

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE ARTES E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

Laura David Bucholz

MODOS DE SER MIGRANTE:
PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO E PRECARIZAÇÃO DO SUJEITO
EM UMA RACIONALIDADE NEOLIBÉRAL

Santa Maria, RS
2024

Laura David Bucholz

MODOS DE SER MIGRANTE:
PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO E PRECARIZAÇÃO DO SUJEITO EM UMA
RACIONALIDADE NEOLIBERAL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito para a obtenção do título de Mestre em Letras – Estudos Linguísticos.

Orientadora: Prof^a Dr^a Marluza da Rosa

Santa Maria, RS
2024

Laura David Bucholz

**MODOS DE SER MIGRANTE:
PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO E PRECARIZAÇÃO DO SUJEITO EM UMA
RACIONALIDADE NEOLIBERAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito para a obtenção do título de Mestre em Letras – Estudos Linguísticos.

Aprovada em 15 de março de 2024:

**Marluza da Rosa, Dr^a (UFSM)
(Presidente/Orientadora)**

Angela Derlise Stübe, Dr^a (UFFS) - videoconferência

Amanda Eloina Scherer, Dr^a (UFSM) - videoconferência

Santa Maria, RS
2024

AGRADECIMENTOS

Escrever esta seção de agradecimentos parece materializar aquilo que a professora Marluza tantas vezes me lembrou, nos momentos em que eu insistia em dizer que *faltava algo* para terminar o texto: é chegada a hora de colocar um ponto final, sempre não finalizado.

Logo, não há outra forma de iniciar este percurso senão agradecendo a professora Marluza por fazer parte da minha constante (trans)formação. Obrigada por, ao invés de me dar respostas, sempre me colocar outras questões. Obrigada por me (des)orientar neste caminho, por vezes, inquietante, e por compartilhar as inquietudes do caminho para que pudéssemos seguir em movimento. Tem muito de você nesta pesquisa (e em mim).

Agradeço imensamente às professoras Amanda Scherer e Angela Stübe, que dedicaram seu tempo à leitura atenciosa do texto, tanto para a banca de qualificação, quanto para a defesa.

À professora Amanda, registro minha admiração e agradeço, especialmente, as considerações precisas que foram feitas no momento de qualificação da pesquisa, que ampliaram nosso olhar para a problemática do sujeito e reverberaram avanços significativos, inclusive no título de nosso trabalho.

À professora Angela, não posso deixar de agradecer as indicações de leitura, as conversas e as oportunidades de ouvi-la nas reuniões do nosso grupo de pesquisa. Para além das contribuições na banca, essas trocas foram valiosas neste percurso.

Menciono, ainda, meu agradecimento à professora Eliana Sturza que, solicitamente, aceitou compor a banca enquanto suplente.

À Letícia e à Laura, agradeço a acolhida em suas casas, nas incontáveis viagens que precisei fazer a Santa Maria. Obrigada pela cópia das chaves, mas, mais que isso, obrigada por fazerem deste percurso mais leve.

Agradeço à Gabi e à Jaíne que (literalmente) me guiaram pelos corredores do prédio 16 e deixaram esse processo de pesquisa menos solitário. Poder compartilhar com vocês as leituras, as vivências acadêmicas (e não acadêmicas), os momentos de desespero e de descontração foi muito importante.

Aos colegas do grupo de pesquisa Discursos de/sobre acolhimento: saber-poder, refúgio e alteridade (DiASPoRA), agradeço as trocas, leituras e conversas que fizeram com que pudéssemos, juntos, aprofundar os debates sobre a temática.

Agradeço à Carol, que abriu as portas para que eu participasse como professora voluntária do curso de português para migrantes. Admiro sua dedicação e agradeço pelo espaço cedido para que eu levasse à sala de aula outros temas para além dos que estavam previstos no planejamento inicial.

Aos seis migrantes que participaram da entrevista, cujos nomes manterei em sigilo, registro meu carinho e minha admiração. Obrigada por compartilharem suas histórias e por não se deixarem silenciar.

A minha família e aos meus amigos, que acompanharam de longe (mas sempre por perto) este percurso, agradeço pelo apoio, pelo incentivo e por sustentarem minha jornada.

Ao Lucas, agradeço por sempre estar disposto a ouvir meus questionamentos, por embarcar comigo nos devaneios dos meus pensamentos e por me ajudar mesmo, por vezes, sem entender. Obrigada por me mostrar a importância de reconhecer os pequenos avanços diários, sem olhar apenas para o que ficou por fazer. Obrigada por me incentivar e me lembrar que sou capaz, mesmo quando eu achava não ser.

A toda a equipe do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Santa Maria, agradeço o suporte e a dedicação.

Por fim, agradeço à CAPES pelo financiamento, que fez com que eu pudesse me dedicar totalmente à pesquisa nesses dois anos.

...os fenômenos que me interessam são justamente aqueles que vêm misturar estas fronteiras, aqueles que as ultrapassam deixando assim aparecer o seu artifício histórico, isto é, as relações de força (DERRIDA, 2001, p. 21).

Para compreender o que são as relações de poder, talvez devêssemos investigar as formas de resistência (FOUCAULT, 2009, p. 4).

RESUMO

MODOS DE SER MIGRANTE: PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO E PRECARIZAÇÃO DO SUJEITO EM UMA RACIONALIDADE NEOLIBERAL

AUTORA: Laura David Bucholz
ORIENTADORA: Prof^a Dr^a Marluza da Rosa

A chamada crise migratória atual, por vezes, está relacionada com questões jurídicas, econômicas e políticas que impactam negativamente o país que recebe os migrantes. Da mesma forma, quando a questão social e humanitária entra em pauta, ela parece estar sempre relacionada ao âmbito institucional e não, de fato, ao olhar para os sujeitos. A partir dessa “crise”, nesta dissertação, refletimos sobre a problemática do acolhimento aos migrantes a partir de dois aspectos, sugeridos pelo discurso institucional como possíveis condicionantes da hospitalidade: trabalhar e falar português. Como objetivos específicos, buscamos a) Compreender como se dá a instituição de sentidos sobre as migrações, bem como a gestão dos sujeitos migrantes, pelo discurso institucional; b) Problematizar como os migrantes são inseridos na racionalidade neoliberal brasileira através do trabalho; e c) Identificar como se constituem os sujeitos migrantes nessas condições, buscando encontrar possíveis marcas de resistência à ordem de discursos dominantes. Tomamos como pressupostos teórico-filosóficos os estudos discursivo-desconstrutivos (CORACINI, 2007, 2019; DA ROSA, RONDELLI, PEIXOTO, 2015), que tem como base a articulação das pesquisas de Foucault, Derrida e Lacan. Com Foucault (2004, 2008, 2009 2010), aprofundamos as noções de modos de subjetivação, relações de poder e resistência, bem como o funcionamento dos modos de governamentalidade. Com Derrida (2000, 2001, 2003), compreendemos a noção de estrangeiro, de hos(ti)pitalidade e nos amparamos em sua crítica ao monolinguismo. Com Lacan (1998), por meio da leitura de Coracini (2007, 2019), Fink (1998) e Elia (2004), valemos da noção de sujeito do inconsciente e de língua/linguagem, proposta pela psicanálise freudo-lacanianana. Amparados nessa visada teórica, analisamos seis recortes do site Refugiados Empreendedores, criado por iniciativa governamental durante a pandemia da COVID-19 para divulgar empresas lideradas por refugiados, onde conseguimos apreender marcas da institucionalização de sentidos sobre as migrações e sobre o trabalho. Contudo, deparamo-nos, no site, com inúmeros condicionantes para que os migrantes que queiram divulgar seus empreendimentos possam fazê-lo. As narrativas dos sujeitos são apagadas e impõe-se que eles precisem vender uma história de superação, a história do “empreendedor”. Sendo assim, analisamos também histórias de vida (CORACINI, 2007; ANDRADE, 2021; DA ROSA, 2013), pois entendemos que, por meio da narrativa de si, conseguimos propor outras interpretações sobre o que está dado como evidente, sendo possível refletir, também, sobre a questão da subjetividade. Para isso, realizamos uma entrevista em grupo com seis migrantes, o que nos permitiu identificar, através de sete recortes analisados, que os sujeitos migrantes se constituem na/pela língua (sempre do outro), em um lugar determinado pela institucionalização de sentidos sobre as migrações, que faz com que eles estejam presos na cadeia produtiva do neoliberalismo e presos na cadeia de significantes em que se dizem/são ditos. Ao chegarem ao Brasil, percebemos que lhes é imposto o (ilusório) aprendizado de uma língua burocratizada que funciona como parte dos dispositivos de governamentalidade, agenciando a

constituição de um sujeito precarizado. Porém, sendo a língua o lugar da incompletude, da falha, algo escapa no processo de constituição desses sujeitos e resiste à ordem de discursos dominantes, o que permite diferentes possibilidades de ser/estar.

PALAVRAS-CHAVE: Migrações; Sujeito; Trabalho; Governamentalidade.

ABSTRACT

WAYS TO BE A MIGRANT: PRECARIZATION OF WORK AND PRECARIZATION OF THE SUBJECT IN A NEOLIBERAL RATIONALITY

AUTHOR: Laura David Bucholz
ADVISOR: Prof^a Dr^a Marluza da Rosa

The so-called current migration crisis is sometimes related to legal, economic and political issues that negatively impact the country receiving migrants. In the same way, when social and humanitarian issues come into play, they always seem to be related to the institutional scope and not, in fact, looking at the subjects. Based on this “crisis”, we intend to dedicate ourselves, in this dissertation, to discussing the problem of welcoming migrants from two aspects, suggested by institutional discourse as possible conditioning factors for hospitality: working and speaking Portuguese. As specific objectives, we seek to a) Understand how the institution of meanings about migration takes place, as well as the management of migrant subjects, through institutional discourse; b) Discuss how migrants are inserted into Brazilian neoliberal rationality through work; and c) Identify how migrant subjects are constituted under these conditions, seeking to find possible marks of resistance to the order of dominant discourses. We take as theoretical-philosophical assumptions discursive-deconstructive studies (CORACINI, 2007, 2019; DA ROSA, RONDELLI, PEIXOTO, 2015), which are based on the articulation of research by Foucault, Derrida and Lacan. With Foucault (2004, 2008, 2009 2010), we deepen the notions of modes of subjectivation, relations of power and resistance, as well as the functioning of modes of governmentality . With Derrida (2000, 2001, 2003), we understand the notion of foreigner, of hos (ti) pitality and we are supported by his critique of monolingualism. With Lacan (1998), reading by Coracini (2007, 2019), Fink (1998) and Elia (2004), we draw on the notion of the subject of the unconscious and language/language, proposed by Freudian-Lacanian psychoanalysis. Supported by this theoretical aim, we analyzed six excerpts from the Refugiados Empreendedores website, created by a government initiative during the COVID-19 pandemic to publicize companies led by refugees, where we were able to capture marks of the institutionalization of meanings about migration and work. However, we are faced with numerous conditions on the website so that migrants who want to publicize their businesses can do so. The subjects' narratives are erased and they are forced to sell a story of overcoming, the story of the “entrepreneur”. Therefore, we chose to analyze life stories (CORACINI, 2007; ANDRADE, 2021; DA ROSA, 2013), as we understand that , through self-narrative, we are able to propose other interpretations of what is considered evident, making it possible to discuss , also, on the issue of subjectivity. We then carried out a group interview with six migrants, which allowed us to identify, through the seven analyzed excerpts, that migrant subjects are constituted in/through the language (always of the other), in a place determined by the institutionalization of meanings about migration, which means that they are trapped in the production chain of neoliberalism and trapped in the chain of signifiers in which they say/are said. When they arrive in Brazil, we realize that they are forced to (illusory) learn a bureaucratized language that functions as part of governmentality devices, managing the constitution of a precarious subject. However, since language is the place of incompleteness, of failure, something escapes

in the process of constitution of these subjects and resists the order of dominant discourses, which allows different possibilities of being.

KEYWORDS: Migrations; Subject; Work; Governmentality.

.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: captura de tela da página de abertura	24
Figura 2: captura de tela da seção “Início”.	79
Figura 3: captura de tela da seção “Início”, com foco nas parcerias.	79
Figura 4: captura de tela da seção “Início” com foco na divisão do site.....	84
Figura 5: captura de tela da seção “Apoios para empreendedores”.	85
Figura 6: captura de tela da seção “Acesso a crédito/microcrédito”.	87
Figura 7: captura de tela da seção “Inscreva seu negócio”.	88

CONVENÇÕES PARA A TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA

/ (barra): indica pausa de menos de 2 segundos na fala do enunciador.

// (barras duplas): indicam pausa de mais de 2 segundos na fala do enunciador.

... (reticências): indicam hesitação na fala do enunciador.

(...): indicam eliminação de um trecho da fala do enunciador.

[]: indicam a inserção de um comentário ou esclarecimento da pesquisadora, que podem conter informações sobre gestos, risos e outras descrições da fala do enunciador.

MAIÚSCULAS: indicam ênfase na entonação do enunciador.

“ ” (aspas): indicam presença de discurso direto na fala do enunciador.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	14
DA METODOLOGIA (IM)POSSÍVEL: A PERSPECTIVA DISCURSIVO- DESCONSTRUTIVA COMO UM MODO DE FAZER PESQUISA	22
1. AS MIGRAÇÕES E A SUPREMACIA DOS ESTADOS-NAÇÃO: CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DOS DISCURSOS	31
1.1 A “GRANDE” IMIGRAÇÃO.....	32
1.2 UM PAÍS DE (QUASE) TODOS.....	37
2. INSTITUCIONALIZAÇÃO DE SENTIDOS (E SUJEITOS): CATEGORIZAR PARA MELHOR GOVERNAR	42
2.1 MODOS DE GOVERNAMENTALIDADE (E DE SUBJETIVAÇÃO)	48
2.2 SEU LUGAR (NÃO) É AQUI	56
3. O ESTRANGEIRO QUE (NOS) HABITA: HOSPITALIDADE PARA QUE(M)?	59
3.1 SEJA BEM-VINDO SE... ..	63
3.2 ...TRABALHAR E FALAR (BEM) PORTUGUÊS	67
4. DOS DESLOCAMENTOS GEOGRÁFICOS AOS DESLOCAMENTOS SUBJETIVOS	76
4.1 REFUGIADOS EMPREENDEDORES: A CADEIA PRODUTIVA DO NEOLIBERALISMO.....	78
4.2 DA CADEIA PRODUTIVA À CADEIA DE SIGNIFICANTES.....	95
(IN)CONCLUSÕES: QUE TRABALHO? QUE LÍNGUA? QUE SUJEITO?	115
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	120
ANEXOS	129

APRESENTAÇÃO

O que você vai *ser* quando crescer?

Essa é uma pergunta ingênua, normalmente, feita às crianças, que nos mostra como ter um trabalho está atrelado às formas de *ser/estar* no mundo em nossa sociedade. Na juventude, a pergunta muda e costuma se direcionar mais especificamente à profissão. A resposta, muitas vezes, produz julgamentos, pois, historicamente, certas profissões são mais valorizadas que outras, fazendo com o que o prestígio social e financeiro esteja relacionado com aquelas mais bem vistas. No entanto, o âmbito universitário, que geralmente nos forma para *ser* a profissão que escolhemos, também nos oportuniza outro tipo de formação, que ultrapassa as fronteiras do êxito financeiro: a construção de leitores críticos e, para além disso, de pesquisadores.

Foi durante a graduação em jornalismo (uma dessas profissões pouco valorizadas) que pude¹ (me) encontrar (n)uma temática de pesquisa que nos escancara para algo familiarmente estranho, mas que insistimos em ignorar: a questão das migrações. Ultrapassando os limites teóricos da comunicação e tomando como base as teorias do discurso, entendo que estudar acerca do que tem sido instituído como crise migratória possibilita que possamos propor deslocamentos sobre o que parece estar na ordem do evidente, do imutável, não só sobre a problemática humanitária, mas também sobre a questão do sujeito e dos processos de subjetivação. Diante disso, se ter um trabalho está fortemente associado a esses processos, não há como ignorar o fato de que estudar sobre migrações e trabalho nos permite (re)pensar sobre os modos pelos quais os migrantes constituem-se como sujeitos em nossa sociedade.

Todavia, se pensarmos no cenário migratório, a pergunta que iniciamos a apresentação desta pesquisa parece provocar outros sentidos. Para as pessoas que vivem em países cuja instabilidade econômica, política e social as expulsa, parece que o que resta é *ser* migrante. Esse modo de *ser/estar* também está intrinsecamente

¹ Nesta seção introdutória, em alguns momentos é usada a primeira pessoa do singular, quando o percurso toca a história pessoal da pesquisadora. Nos demais casos, aderimos à primeira pessoa do plural, pois acreditamos que a escrita é sempre uma reescrita, fruto de diálogos e leituras.

relacionado ao trabalho em nossa formação social, mas, nesse caso, trata-se de um trabalho de outra ordem, que não se relaciona à escolha de uma profissão de prestígio social.

Muito se fala em acolher os migrantes, incluí-los na sociedade e dar-lhes “melhores condições de vida”, o que implicaria empregá-los, já que ter bons resultados financeiros estaria atrelado ao trabalho. Porém, pouco tem se concretizado em políticas públicas que incidem sobre as condições de trabalho desses migrantes. Já na perspectiva discursiva, refletir sobre a questão do trabalho relacionado com o fenômeno migratório e o que isso nos diz sobre nossa sociedade (supostamente acolhedora) ainda não é uma temática muito abordada.

Os migrantes que chegam ao Brasil, como observamos neste estudo, deparam-se com uma sociedade dita hospitaleira, mas que, frequentemente, mostra-se hostil. É importante ressaltar que o país de origem do estrangeiro que chega, o motivo da chegada, a raça e a classe social desses migrantes provocam uma distinção no tratamento de quem os recebe. Logo, a hospitalidade que oferecemos ao migrante desfavorecido social e economicamente (e que vem, na maioria das vezes, de países do chamado sul global) é diferente daquela que é oferecida aos que vêm de uma situação privilegiada, tanto financeira quanto geográfica (ANDRADE, 2021; FAUSTINO; OLIVEIRA, 2021; CORTINA, 2020; RIBEIRO, 2021). Basta observarmos a abordagem midiática do assunto para perceber que é recorrente a construção da imagem do migrante pobre e negro como um problema, uma ameaça. Por outro lado, há um certo enobrecimento de migrantes europeus e brancos, “que foram requisitados” (ANDRADE, 2021, p. 292), como no século XIX, o que reforça os já-ditos racistas e xenofóbicos para com os menos favorecidos.

Então, os migrantes passam a buscar formas de sustento para si e suas famílias, mas a tentativa de encontrar um trabalho digno, com direitos garantidos, não se torna uma tarefa fácil devido aos preconceitos que circulam sobre eles, o que faz com que muitos se submetam a situações precárias, vendendo sua força de trabalho pelo mínimo para sobreviver. Devido à estruturação de nossa sociedade nos padrões econômicos neoliberais e ao imaginário de que esses migrantes estariam vindo “roubar empregos e demandar do Estado”, parece-nos que esse é o lugar que se estabelece para eles: o emprego precário em grandes indústrias, a mão de obra barata e a falta de recursos, sem ter, por vezes, as profissões que exerciam no país de origem sequer consideradas.

Somado a isso, os migrantes ainda se inserem em um cenário brasileiro tomado por desigualdades, em meio a uma crise econômica e social instaurada, marcada pela racionalidade neoliberal, pela constante desvalorização da ciência e pelo pouco (ou nenhum) incentivo à educação e à leitura crítica. Sob tal perspectiva, *ser* empreendedor como forma de garantir êxito profissional parece ser uma via que se popularizou entre os brasileiros.

A partir disso, as condições do trabalho autônomo passam a circular com certa frequência nas mídias, criando a ilusão de que abrir seu próprio negócio garantiria flexibilidade de horários e maior retorno financeiro. Quando a pandemia de COVID-19 foi oficialmente decretada no Brasil, em 11 de março de 2020², enunciados como “ganhe dinheiro sem sair de casa”, “seja seu próprio chefe” e “ganhe mais trabalhando menos”, por exemplo, começaram a circular ainda mais, em virtude das medidas restritivas adotadas pelos órgãos governamentais, que decretavam o fechamento dos setores considerados não essenciais, como o comércio. Em 2022, aproximadamente 15% da população brasileira estava trabalhando sem carteira assinada³, atingindo o maior patamar dos últimos anos. Além disso, dados mostram que havia 13,2 milhões de microempreendedores individuais (MEIs) no Brasil até 2021 (último ano em que a pesquisa sobre MEIs foi realizada⁴), o que corresponde a quase 70% do total de empresas e organizações do país.

O empreendedorismo parece tornar-se uma opção de trabalho fácil, no entanto, mascara uma conjuntura neoliberal de retirada de direitos trabalhistas, em uma popularização do que tem se chamado de “uberização” do trabalho. Em meio a essa crescente no número de microempresas, os empreendedores buscam formas de se destacar para conseguir clientes e conquistar o tal sucesso.

Enquanto jornalista, pude trabalhar no setor de comunicação de algumas empresas e perceber que, nessa conjuntura, fortalece-se uma via muito explorada na área publicitária: a humanização das marcas, que consistiria em criar relações mais

² Conforme dados da Organização Mundial da Saúde (OMS). Disponível em: <https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19#:~:text=Em%2011%20de%20mar%C3%A7o%20de,pa%C3%ADses%20e%20regi%C3%B5es%20do%20mundo>. Acesso em: 25 set 2023.

³ Conforme dados do IBGE. Fonte: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/36351-taxa-media-de-desemprego-cai-a-9-3-em-2022-menor-patamar-desde-2015> Acesso em: 1 jul 2023.

⁴ Conforme dados do IBGE. Fonte: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38044-em-2021-brasil-tinha-13-2-milhoes-de-microempreendedores-individuais-meis> Acesso em: 10 out 2023.

empáticas entre a empresa e o cliente. No entanto, enquanto pesquisadora, a relação entre empreendedorismo e humanização possibilitou outro olhar para a temática das migrações e do acolhimento.

Em um primeiro momento, poderia parecer promissora a ideia de ser um migrante empreendedor em um âmbito onde supostamente haveria um cuidado com a “humanização” das marcas. Logo, detivemo-nos a procurar, nas mídias digitais, páginas de divulgação de empresas criadas por migrantes, pois, a partir delas, acreditávamos ser possível compreender a relação entre empreendedorismo, migrações e acolhimento. Nessa busca, encontramos a plataforma Refugiados Empreendedores, criada pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) em parceria com o Pacto Global e outras instituições privadas. O site compila diversas páginas de negócios liderados por refugiados que moram no Brasil e também contém abas com materiais aparentemente instrutivos, mas que impõem inúmeros condicionantes para aqueles que desejam ter seus empreendimentos ali divulgados.

O que antes parecia ser promissor por ser humanizado passa a (re)velar um outro funcionamento, que aponta para dizeres institucionalizados, compreendidos como verdades absolutas, que ditam como deve ou não ser um “refugiado empreendedor”. A estruturação do site nos levou a questionar o atravessamento do discurso institucional nos discursos sobre as migrações, mas abriu as portas para problematizarmos uma questão ainda maior: a forma com que esses migrantes são inseridos na racionalidade neoliberal brasileira através do trabalho. Além disso, também pudemos compreender que há outro âmbito sugerido pelo discurso institucional como sendo condicionante da hospitalidade, além do trabalho: falar português.

Ao chegar ao país, os migrantes deparam-se com uma demanda pela inserção linguística, que parece se apresentar como outra barreira (DAMIÃO, 2023), além do trabalho. O migrante teria direito a uma hospitalidade, mas com a condição primeira de conseguir “se comunicar”, ou seja, falar português, e trabalhar. Não por acaso, instituições oferecem cursos de português (muitas vezes, divulgados no próprio ambiente de trabalho), o que, como veremos, reforça o que parece ser imposto pelo discurso institucional como “demandas” aos migrantes.

No entanto, trata-se aí de uma concepção de língua instrumental, utilitária, pragmática, que seria possível de ser dominada para funcionar como forma de

comunicação⁵, o que vai de encontro à noção de língua sob a qual nos amparamos. Olhamos para esse cenário sob as lentes da perspectiva teórica discursivo-desconstrutiva, desse modo, não reduzimos a língua a uma só língua, à língua portuguesa ou à língua nacional, por exemplo, tampouco acreditamos que a língua funcione como instrumento de comunicação. Pelo contrário, compreendemos que é na e pela língua que os sentidos (e os sujeitos) se constituem, não estando fixos nem pré-estabelecidos. Do mesmo modo, é nas e através das formas da língua que, enquanto analistas de discurso, podemos apreender potencialidades de (outras) interpretações e de resistência.

Essa questão fez com que ampliássemos nossa problemática: passamos a questionar também como se dão os processos de subjetivação desses sujeitos na língua (sempre do outro). Acreditamos que, por ser um lugar de incompletude, de infinidade de sentidos, é na e pela língua que se pode refletir sobre a questão do trabalho e dos discursos dominantes, além de também ser possível apreender possíveis formas de resistência a esses discursos, que ditam o que devemos ser.

Olhamos para o site Refugiados Empreendedores guiados pela nossa questão de pesquisa: como os migrantes são inseridos na racionalidade neoliberal através do trabalho e como se dão os processos de subjetivação desses sujeitos na/pela língua? e percebemos que algo insistia em retornar. Muito se repetia sobre a história do empreendedor, enquanto apagava-se a história do migrante. Não à toa o funcionamento parece ser semelhante quando observamos a abordagem midiática do assunto. Números contabilizando a entrada de migrantes no Brasil são frequentemente disseminados pelas mídias, mas acabam sendo apenas registros massivos que invisibilizam a situação precária em que eles, muitas vezes, inserem-se. O destaque costuma ser o discurso *sobre* as migrações. Nesta pesquisa, então, buscamos dar um passo a mais e realizamos uma entrevista com migrantes para considerarmos, também, o discurso *dos* migrantes, propondo outras interpretações sobre o que parece estar cristalizado em nossa sociedade.

Portanto, dedicamos o olhar, nesta dissertação, para refletir sobre a problemática do acolhimento aos migrantes a partir desses dois aspectos, sugeridos

⁵ Aprofundaremos essa questão durante a pesquisa. Por ora, ressaltamos que só é possível tornar-se sujeito submetendo-se à língua(gem) e que migrações e trabalho estão intrinsecamente ligados em nossa sociedade, logo, não acreditamos que seja possível separar os dois âmbitos, tal como parece estar instituído.

pelo discurso institucional como possíveis condicionantes da hospitalidade: trabalhar e falar português. Como objetivos específicos, buscamos: a) Compreender como se dá a instituição de sentidos sobre as migrações, bem como a gestão dos sujeitos migrantes, pelo discurso institucional; b) Problematizar como os migrantes são inseridos na racionalidade neoliberal brasileira através do trabalho; e c) Identificar como se constituem os sujeitos migrantes nessas condições, buscando encontrar possíveis marcas de resistência à ordem de discursos dominantes.

No campo teórico-metodológico, filiamo-nos à perspectiva discursivo-desconstrutiva, proposta por Coracini (2007, 2019) e Da Rosa, Rondelli e Peixoto (2015), que trabalha na articulação entre os estudos de Foucault, Derrida e Lacan. Dessa forma, construímos e mobilizamos um referencial teórico discursivo que guia os procedimentos de leitura/análise do *corpus*. Conforme Pavan (2022), a abordagem metodológica dos estudos discursivo-desconstrutivos não consiste em vagar livremente pelos textos teóricos, mas sim no fato de que “somos guiados pelos próprios registros em busca de rastros do que escapa ao sujeito, contradições, repetições, regularidades, dispersões e momentos de silêncio, nos quais, apesar de nada ser falado, muito é dito” (PAVAN, 2022, p. 72). Portanto, a ancoragem teórica desta dissertação se ampara em Foucault (2004, 2008, 2009, 2010), com sua perspectiva discursiva sobre os modos de subjetivação, as relações de poder e a resistência, bem como sobre os modos de governamentalidade; em Derrida (2000, 2001, 2003), com a noção de estrangeiro, de hos(ti)pitalidade, além de sua crítica ao monolinguismo, e em Lacan (1998), lido por meio de Coracini (2007, 2019), Fink (1998), Elia (2004) e Da Rosa, Rondelli e Peixoto (2015), com a noção de sujeito do inconsciente e de língua/linguagem, proposta pela psicanálise freudo-lacanianana.

Para cumprir com os objetivos propostos, no decorrer do trabalho, construiremos nosso dispositivo teórico, aprofundando as noções acima mencionadas, tendo em vista que não há como falar em constituição de sentidos e sujeitos sem considerar as condições de produção dos discursos (FOUCAULT, 2008a) e a memória discursiva (CORACINI, 2007).

Nos capítulos que seguem, abordaremos a constituição da memória sobre as migrações e sua relação com os Estados-nação, bem como a articulação entre a institucionalização de sentidos e os modos de governamentalidade. Ainda consideraremos a imbricação entre hospitalidade e hostilidade, que nos leva à problemática do acolhimento que buscamos discutir. Antes disso, delinearemos

nosso percurso teórico-metodológico, na seção a seguir.

No primeiro capítulo, abordaremos os movimentos migratórios pela perspectiva discursiva, discorrendo sobre a partida, a chegada e a (des)acolhida dos migrantes que vieram ao Brasil. Faremos uma retomada histórica sobre as migrações no país, buscando compreender como se constituiu discursivamente a memória a partir da qual significamos o mundo hoje. Além disso, relacionaremos a questão das migrações com os Estados-nação, para melhor compreender como está estruturado o ideário nacionalista que circula no Brasil.

O capítulo 2 estará dedicado à compreensão dos modos de governamentalidade, da biopolítica e do que estamos entendendo como neoliberalismo, partindo das leituras da teoria de Foucault (2004, 2008, 2009, 2010) sobre as relações de poder e os jogos de verdade. Nesse capítulo, relacionaremos a governamentalidade e as categorizações institucionais com o que o autor chama de práticas divisoras. Buscaremos compreender a relação entre essas noções com o “lugar” que parece ser imposto aos migrantes desfavorecidos que chegam ao Brasil atualmente, o que se articula com a compreensão dos modos de subjetivação e demanda que aprofundemos essa noção teórica também nesse capítulo.

Entendendo que aqueles que parecem não se “encaixar” nos “lugares” impostos pelo discurso institucional não costumam receber o mesmo acolhimento, dedicamos o capítulo 3 à compreensão da noção de hos(ti)pitalidade, proposta por Derrida (2000). Sabendo que o outro, o estrangeiro, também nos constitui, é neste capítulo que voltaremos à noção de sujeito já tangenciada pela leitura de Foucault anteriormente e aprofundaremos as noções de sujeito do inconsciente e de língua, compreendendo como os embates subjetivos com aquele que nos choca provoca uma estranha familiaridade. É nesse capítulo, ainda, que aprofundamos a problemática do trabalho e da inserção linguística como dois aspectos impostos como possíveis condicionantes da hospitalidade.

Por fim, o quarto capítulo será dividido em duas seções e reunirá a análise dos recortes discursivos, para cumprir com os objetivos da pesquisa. Na primeira seção analítica, vamos nos dedicar a compreender como os sujeitos migrantes são gerenciados pelo discurso institucional no que parece dizer respeito somente ao trabalho, para, a partir disso, problematizarmos a questão do acolhimento e da hospitalidade. Analisaremos recortes do site Refugiados Empreendedores, plataforma fundada pelo ACNUR e pelo Pacto Global para “dar maior visibilidade”

(ACNUR; PACTO GLOBAL, [s.d.], [s.p.]) a negócios criados por refugiados. No entanto, entendemos que o site simboliza o discurso institucional, no que concerne à (promessa de) inclusão pelo trabalho.

Na segunda seção, analisaremos recortes de uma entrevista realizada com migrantes que participaram de um curso de português em Santa Rosa, Rio Grande do Sul, para que possamos analisar, a partir de suas narrativas, marcas da institucionalização de sentidos sobre o trabalho e sobre a obrigatoriedade de falar português. Percebemos que, no site, há um apagamento das histórias de vida dos migrantes e uma valorização da história do “empreendedor de sucesso”. Por isso, buscamos ouvir as narrativas silenciadas para analisarmos a questão do sujeito e da sua constituição nessas condições precárias, marcadas por um cenário político, econômico e social fortemente atravessado pela instituição de certos sentidos e pela dominação da racionalidade neoliberal. Refletimos sobre o fato de que há, na oferta do português como “língua de acolhimento”, também uma promessa de inclusão.

Antes de iniciarmos a construção que estamos propondo, faz-se necessário um último e importante apontamento. Entre as tantas formas de nomeação e categorização que as migrações contemplam (refugiados, exilados, imigrantes, apátridas etc), nesta dissertação, tratamos de migrantes, compreendendo-os como pessoas em deslocamento que fazem parte do fenômeno migratório como um todo. Levando em consideração a etimologia da palavra, migrante deriva do latim *migrans*⁶, que significa passar de um lugar para outro, deslocar-se. Por isso, acreditamos que falar em migrante também condiz com nosso movimento enquanto pesquisadores do discurso.

Ao retomar a filosofia da desconstrução proposta por Derrida, Coracini (2007) argumenta que tomar posição na perspectiva desconstrutiva é estar em um edifício, o “edifício logocêntrico” (CORACINI, 2007, p. 53) e proceder deslocamentos dentro dessa estrutura na qual todos estamos inseridos. Desse modo, é somente de dentro desse edifício que é possível perceber os efeitos do pensamento dicotômico. Nas palavras da autora, “basta um pequeno deslocamento para percebermos que não há lugar para a polarização e sua hierarquia [...] que o ser humano e a própria história não se definem por essa dualidade, mas pela mistura, [...] o mesmo e o diferente” (CORACINI, 2007, p. 53). Logo, não tratamos de migrantes enquanto categoria

⁶ Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/migrante>. Acesso em: 12 fev 2024.

jurídico-institucional, tal como instaurada no edifício logocêntrico, que os restringe a uma dualidade incapaz de abranger a complexidade desse fenômeno. Pelo contrário, buscamos propor um deslocamento para que possamos produzir outros sentidos, diferentes formas de *ser*.

DA METODOLOGIA (IM)POSSÍVEL: A PERSPECTIVA DISCURSIVO-DECONSTRUTIVA COMO UM MODO DE FAZER PESQUISA

Para iniciarmos nosso percurso, é necessário situarmos nossa filiação teórica e delinear os procedimentos metodológicos que estruturam esta pesquisa. Deixamos esta seção à parte dos demais capítulos e juntá-la com a apresentação da pesquisa, visto que acreditamos ser parte da cena introdutória delimitar os caminhos que trilharemos nas páginas a seguir. Destacamos que não pretendemos, neste momento, aprofundar as noções teóricas, mas sim, traçar o percurso da pesquisa e apresentar a perspectiva discursivo-desconstrutiva, que nos servirá como base para a compreensão da instituição dos sentidos e sujeitos pelo discurso institucional, assim como para a problematização do trabalho como condicionante de acolhimento e dos processos de subjetivação de migrantes que residem no Brasil atualmente, amarrando-se com os objetivos desta pesquisa.

Ancoramo-nos à perspectiva discursivo-desconstrutiva a partir dos estudos de Coracini (2007, 2019) e Da Rosa, Rondelli e Peixoto (2015), que propõem um viés teórico com base na articulação do pensamento de Derrida, Foucault e Lacan, situando-se no campo dos estudos da linguagem. De forma geral, “tal perspectiva busca compreender as relações, laços ou práticas sociais que, como tais, implicam a constituição do sujeito no/do discurso e na/pela linguagem” (DA ROSA; RONDELLI; PEIXOTO, 2015, p. 254). É importante compreender que, nessa concepção, considera-se a visão discursiva de Foucault, a filosofia da desconstrução proposta por Derrida e a noção de sujeito e de língua/linguagem da psicanálise freudolacaniana. A visada discursivo-desconstrutiva dialoga com os três autores por levar em conta “o jogo de forças que marca tal discussão, considerando tanto os elos como os duelos como constitutivos desse olhar” (DA ROSA; RONDELLI; PEIXOTO, 2015, p. 254). Portanto, as articulações feitas entre os autores extrapolam as disciplinas às quais “pertencem”, se assim podemos dizer. Nesse sentido, entendemos que

É nas margens da filosofia que trabalha Derrida, nas margens da história que atua Foucault, nas margens da psicanálise que ensina Lacan. [...] a abordagem discursivo-desconstrutivista interroga a linguagem, o sujeito, os saberes, as verdades, os discursos e nosso próprio discurso (DA ROSA; RONDELLI; PEIXOTO, 2015, p. 255).

Como postula Coracini (2019, p. 91), os estudos discursivo-desconstrutivos são “muito mais filosóficos do que teóricos no sentido de que não têm compromisso com um modelo a ser aplicado, com premissas (irrefutáveis) e/ou conceitos estruturantes, a não ser se abrir ao acaso do discurso e do texto”, isto é, faz com que sejamos vigilantes quanto à fixidez dos sentidos e das verdades incontestáveis. Essa perspectiva teórico-filosófica procura desestabilizar as noções de sujeito logocêntrico, de língua nacional homogênea e de história como narrativa do passado.

Com base nas noções que mobilizamos, somos guiados pelo *corpus* de pesquisa em busca de repetições, regularidades, dispersões, silêncios, entre outras marcas que possibilitam gestos de interpretação. Segundo Foucault,

A análise do campo discursivo é orientada de forma inteiramente diferente; trata-se de compreender o enunciado na estreiteza e singularidade de sua situação; de determinar as condições de sua existência, de fixar seus limites da forma mais justa, de estabelecer suas correlações com os outros enunciados a que pode estar ligado, de mostrar que outras formas de enunciação exclui. Não se busca, sob o que está manifesto, a conversa semi-silenciosa de um outro discurso: deve-se mostrar por que não poderia ser outro, como exclui qualquer outro, como ocupa, no meio dos outros e relacionado a eles, um lugar que nenhum outro poderia ocupar (FOUCAULT, 2008a, p. 31).

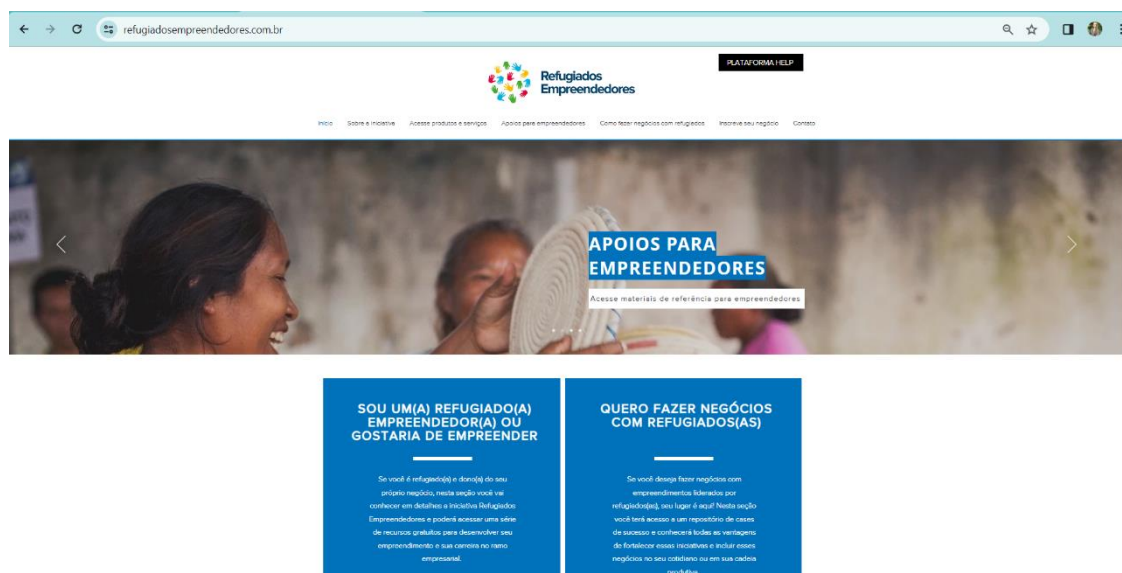
Fazemos gestos de análise com base em um dispositivo teórico, considerando não só o objeto de pesquisa, mas também as condições em que ele se produz, tendo como base a concepção de sujeito do inconsciente, que é constituído na/pela linguagem. Amparados nessa visada teórica, delimitamos que, em nossa pesquisa, estamos tratando de um discurso sobre as migrações, em que a noção de discurso vem da leitura de Foucault (2004; 2008; 2009; 2010).

Dessa forma, não o compreendemos como conjunto de palavras, como pronunciamento ou como fala, tampouco levamos em consideração a intencionalidade de um “eu” que pensa e controla seu dizer. Dito isso, ressaltamos que aprofundaremos nos capítulos seguintes principalmente as noções de língua,

sujeito e modos de subjetivação, memória discursiva, hospitalidade e modos de governamentalidade a partir desse lugar teórico no qual nos inserimos.

Em relação à delimitação do *corpus* de análise, consideramos dois momentos que compõem o fio que buscamos desenhar. Primeiro, partimos de seis recortes da plataforma Refugiados Empreendedores, criada por iniciativa do ACNUR e do Pacto Global em meio à pandemia da COVID-19. O site⁷ – que, como veremos, diz muito sobre a forma que o discurso institucional direciona os (sentidos sobre) migrantes que vêm ao Brasil – foi instituído para ser referência aos refugiados que desejam empreender. Portanto, acreditamos que reúna elementos e regularidades que nos ajudem a refletir sobre a problemática do acolhimento a partir do âmbito do trabalho como um condicionante da hospitalidade, além de problematizar como os migrantes são inseridos na racionalidade neoliberal brasileira e identificar como se constituem os sujeitos nesse cenário. Explicaremos como o site está estruturado a seguir, a partir da ilustração da página de abertura do site.

Figura 1: captura de tela da página de abertura



Fonte: <https://www.refugiadosempreendedores.com.br/> Acesso em 6 set 2023.

⁷ Sabemos que não há como desconsiderar o fato de que, pelo site estar inserido no espaço digital (DIAS, 2021), cria-se uma camada de sentidos a mais que compõe as condições de produção dos discursos que lá circulam. No entanto, a fim de delimitarmos nosso gesto analítico para cumprir com os objetivos desta pesquisa, não nos atentamos aqui às questões (tanto teóricas como analíticas) que esse espaço suscita. Outros trabalhos derivados deste estudo abordaram este ponto (BUCHOLZ, DA ROSA, 2023; BUCHOLZ; DA ROSA, 2024, no prelo).

Há dois direcionamentos ao entrarmos na página: um para quem é refugiado e gostaria de empreender ou cadastrar seu empreendimento no site e outro para quem gostaria de fazer negócios com refugiados e/ou conhecer seus produtos e serviços. Além de elencar os empreendimentos e separá-los por país de origem dos migrantes, região do Brasil em que se instalaram e tipo de negócio, a plataforma também compila diversos materiais voltados a migrantes, como guias, cartilhas, cursos e direcionamentos para acesso a crédito, o que reforça, inclusive, a precarização financeira à qual esses “empreendedores”, aparentemente donos de si e do próprio negócio, submetem-se. A partir desses primeiros recortes analisaremos o atravessamento dos discursos institucional e neoliberal nos enunciados que circulam no site. Com isso, buscaremos compreender como os sujeitos migrantes são governados por esses discursos dominante (que parece dizer respeito somente ao trabalho), para, em seguida, problematizarmos a questão do acolhimento e da hospitalidade.

Durante nosso movimento de análise, deparamo-nos, no site, com inúmeros condicionantes para que os migrantes que queiram divulgar seus empreendimentos possam fazê-lo, tais como ser refugiado ou solicitante de refúgio, ter redes sociais ativas, vender produtos originais, entre outros. Apagam-se as narrativas dos sujeitos e impõe-se que eles precisem vender uma história de superação, a história do “empreendedor”. Por isso, esse silenciamento das narrativas da vida nos chamou a atenção e fez com que ampliássemos o *corpus* de nossa pesquisa.

Sendo assim, analisamos histórias de vida/ narrativas de si (CORACINI, 2007; ANDRADE, 2021; DA ROSA, 2013), pois entendemos que “falar de si é, de algum modo, criar, construir uma história, uma narrativa, uma ficção que se torna, pela discursividade, uma verdade, melhor dizendo, uma realidade” (CORACINI, 2007, p. 117). Dessa forma, incentivar o falar de si é uma forma de “construir uma ficção, a qual incide sobre o passado, transformando-o e tornando-o presente (DA ROSA, 2013, p. 86). Entendemos que por meio da narrativa de si é possível discutir a questão da subjetividade, pois, ao narrar, o sujeito se revela nos lapsos, nas falhas, nos risos, entre outros. Por isso, destacamos que temos como base teórica a noção de um sujeito do inconsciente, cindido, que é efeito de linguagem. É possível articular as histórias de si com a questão do sujeito porque, segundo Da Rosa (2013),

ancora-se em uma língua, a qual é equívoca, e não podemos ignorar também o fato de que, nessa língua, algo sempre escapa ao domínio do falante. Algo de real, de *lalangue*, atravessa a língua, marcando aquilo que “nunca cessa de não se escrever” na cadeia significativa da narração (LACAN, 2005a). Essa subjetividade, no entanto, só é passível de ser entrevista por meio de traços, de indícios que a ela apontam. A subjetividade não se apresenta, jamais, em sua inteireza, pelo fato de que ela nunca é inteira, completa ou fechada sobre si mesma, como sugere a narração construída pelo eu (DA ROSA, 2013, p. 87).

Aprofundaremos a noção de língua e sujeito (pelas visadas de Lacan e Foucault) nos capítulos 2 e 3. Por ora, é válido ressaltar que ao tomarmos as narrativas de si como amparo metodológico as compreendemos como uma rede de fragmentos na qual os sujeitos se “e(in)screvem, o que requer que puxemos fios de lugares diferentes, de inúmeras histórias dentro de uma história, de um imenso tecido que constitui a história de vida do sujeito” (ECKERT-HOFF, 2011, p. 26), isto é, as narrativas trazem à tona traços do que já está estabilizado na memória, mas possibilitam que os migrantes se tornem sujeitos do discurso, despertando novos gestos de interpretação sobre si. A partir desse movimento, pode-se subverter sistemas de significação previamente construídos, pois “é por meio da construção de narrativas que é gerada uma história ainda não ouvida, dando acesso a formas outras de reconhecimento e de se dizer e ser no mundo” (ANDRADE, 2021, p. 296). São essas formas outras que acreditamos terem sido barradas no site Refugiados Empreendedores.

Realizamos uma entrevista com migrantes que fazem parte de uma turma de um curso de língua portuguesa, em Santa Rosa, Rio Grande do Sul, para que pudéssemos escutar os seus relatos. A cidade escolhida se deu devido à participação da pesquisadora como professora voluntária no curso em questão. Como respaldo ético ao registro da escuta das narrativas de vida, o trabalho foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa da UFSM⁸, adequando-se a todas as normas e emitindo toda a documentação necessária. Os entrevistados assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e, conforme as orientações do Comitê, os nomes próprios e outros dados dos participantes da entrevista foram mantidos em sigilo.

Destacamos que a entrevista foi feita no âmbito do projeto social realizado pelo Rotary Club Terra da Soja, em Santa Rosa. O Rotary é uma instituição sem fins

⁸ Número do processo: 23081.041953/2023-75.

lucrativos, que organizou e executou aulas de português para migrantes. A divulgação do curso foi feita pelos participantes do Rotary, que enviaram os informativos para os setores de recursos humanos das grandes empresas da cidade. Além disso, também foram veiculados anúncios nas mídias locais e, segundo os organizadores, alguns alunos se inscreveram por indicação de estudantes da turma anterior. Atuamos voluntariamente na segunda edição do projeto, que contou com a participação de 20 migrantes haitianos. As aulas aconteciam semanalmente, nos sábados à tarde.

É importante ressaltar que não há como ignorar o fato de que o Rotary está inserido no âmbito institucional, portanto, levamos em consideração que as entrevistas também estão inseridas nesse agenciamento. Por isso mesmo, entendemos que as narrativas dos participantes nos dão abertura não só para problematizar a institucionalização e a cristalização de sentidos, mas também interpretar o que escapa dessa ordem. Como toda relação de poder presume que haja resistência, como veremos no capítulo 3, compreendemos, com Coracini (2007, p. 51), que “a fala do hóspede (estrangeiro) pode também resultar num ato político, num ato de resistência”, o que nos permitirá seguir refletindo sobre a problemática do acolhimento aos migrantes e da instituição de sentidos sobre as migrações e sobre o trabalho num contexto neoliberal, sendo possível identificar, através das narrativas de si, como se constituem os sujeitos migrantes nesse cenário, buscando possíveis marcas de resistência aos discursos dominantes.

A partir das entrevistas também foi possível observar outro âmbito institucional que se coloca como condicionante de hospitalidade que, como veremos, também estava presente no site Refugiados Empreendedores, implicitamente: que os migrantes saibam falar (bem) português. Desse modo, apesar de aparecer de forma mais sutil na plataforma, entendemos que problematizar a questão da língua (e, conseqüentemente, do sujeito) é um ponto central de nossa pesquisa, que atravessa ambas as seções analíticas deste estudo.

Como percurso para a realização da entrevista, fizemos, em um primeiro encontro, nossa apresentação, bem como explicitamos a pesquisa e seus objetivos. Saliemos que tivemos a autorização dos responsáveis pelas aulas para que conversássemos com o grupo. Explicamos a eles, ainda, como se daria a participação no estudo, informando sobre a necessidade de assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, documento que garante a segurança dos participantes e o sigilo das informações. Todos os participantes foram informados

sobre a pesquisa na primeira aula, e, no segundo encontro, seis deles se interessaram em participar da entrevista naquele momento.

Após o término da aula, realizamos a entrevista em grupo, com trocas de experiências entre eles e com perguntas norteadoras feitas pela pesquisadora. Todos sentaram-se ao redor de uma mesa, no pátio do local onde ocorriam as aulas, onde havia sido preparado um lanche pelas professoras. Além dos entrevistados, estavam presentes a pesquisadora e uma das professoras responsáveis pelo curso de português. Dentre os seis participantes, dois deles estavam desempregados no momento da entrevista, porém, apesar de um dos pontos centrais do estudo ser o trabalho como condicionante da hospitalidade e a inserção dos migrantes na racionalidade neoliberal brasileira, entendemos que essas marcas podem aparecer quando eles são convidados a falar do/sobre o trabalho. Mesmo sem um trabalho formal (ou talvez exatamente por não terem um), as narrativas de vida desses migrantes podem auxiliar a compreender o cenário em que se inserem e o atravessamento do discurso neoliberal e institucional em seus dizeres. Para organizarmos a transcrição da entrevista, usamos nomes fictícios, sendo eles: Bernard, Carlo, Jean, Pierre, Anne e Caleb.

As perguntas norteadoras para a entrevista giraram em torno da vinda dos migrantes ao Brasil, se houve e como foi a busca por trabalho no país e como se deu o contato/confronto com a língua portuguesa. Todos estando cientes da gravação que estaria sendo feita, começamos a conversar de forma descontraída sobre suas vindas ao Brasil. Como a entrevista se deu em grupo, as intervenções da pesquisadora foram mínimas. A partir da pergunta desencadeadora: vocês poderiam nos contar sobre como foi a vinda ao Brasil? os participantes foram levados a organizar seu dizer a partir de uma narração que incentiva o falar de si. Assim, eles começaram a relatar sobre a chegada à cidade de Santa Rosa e sobre a busca por emprego, passando a interagir entre si, deixando de demandar muitas intervenções.

No entanto, não podemos desconsiderar que havia uma expectativa por parte dos entrevistados, e um certo direcionamento de sentidos dado pelo cenário institucionalizado da aula. Como nos lembra Andrade (2021), ao serem incentivados a falar de si, os sujeitos – migrantes, no caso da nossa pesquisa – têm suas expectativas e resistências. Por isso, acreditamos que foi produtivo a maioria dos diálogos ter se dado entre os próprios participantes, com o mínimo de intervenção possível.

A entrevista foi gravada em áudio e transcrita para a posterior análise. É relevante pontuarmos que a transcrição, assim como os recortes do *corpus*, é guiada pelos objetivos de pesquisa e já é um primeiro movimento de interpretação. Segundo Da Rosa,

o entrevistador nunca é neutro, já que seu olhar é determinante nos sentidos produzidos, não apenas quando se admite uma análise baseada em interpretações, mas no próprio gesto de transcrever a fala, de recortá-la e de dar-lhe sentido a partir da escuta (DA ROSA, 2013, p. 99).

Transcrever a entrevista, portanto, faz parte da análise, pois entendemos que priorizar certos aspectos, recuperar hesitações da fala, atentar-se a certos dizeres e não a outros já consiste em um primeiro recorte. Na transcrição, introduzimos sinais de pontuação e marcas para sinalizar hesitações e pausas. Mantivemos certas marcas de oralidade, considerando a informalidade da situação, mas não destacamos inadequações relativas ao uso do português, pois não consideramos ser esse o foco de nossa análise. Delimitamos, então, sete recortes, e reiteramos que nosso maior interesse é analisá-los levando em consideração que é na e através da língua que os sentidos e os sujeitos se constituem, em relação com a memória e com as condições sócio-históricas, fortemente marcadas pela instituição de certos sentidos e pela dominação da racionalidade neoliberal.

Seja no site Refugiados Empreendedores, seja na entrevista com os migrantes haitianos, a análise dos 13 recortes selecionados foi possível após observarmos e encontrarmos regularidades, falhas, brechas da linguagem, pois é através delas “que o analista de discurso pode atuar, não para desvendar o que está escondido, mas para problematizar o que é dito, questionar o que parece óbvio, o que se naturalizou” (CORACINI, 2010, p. 96). Por isso, tratamos de discurso como um feixe de relações, e traços comuns podem ser apreendidos, na maioria das vezes, nos enunciados, que não se restringem às marcas linguísticas, mas as contemplam.

As regularidades discursivas, assim chamadas por Foucault, apontam para já-ditos que são ressignificados a cada novo dizer. Já dizia o autor que “o novo não está no que é dito, mas no acontecimento de sua volta” (FOUCAULT, 1996, p. 26). Isso implica considerar a historicidade do sujeito e do discurso e os aspectos sociais e políticos que caracterizam um grupo social num dado momento e num dado espaço

geográfico, sendo esses “aspectos responsáveis pelas regularidades e pelos sentidos atribuídos a um texto” (CORACINI, 2007, p. 119). Logo, é a partir das práticas discursivas que podemos rastrear regularidades e dispersões, no caso de nossa pesquisa, marcas dos discursos dominantes e formas de resistência a eles (e como esse funcionamento afeta a subjetividade em constante formação).

Dessa forma, para iniciarmos nosso percurso, é necessário fazer uma retomada histórica sobre as migrações no país, buscando compreender, a partir da articulação entre discurso, memória discursiva e condições de produção, como se instituíram certos sentidos no discurso sobre as migrações. Como veremos no capítulo seguinte, não é recente que o ideário nacionalista e patriota (de)limite os sentidos (e sujeitos).

CAPÍTULO 1

AS MIGRAÇÕES E A SUPREMACIA DOS ESTADOS-NAÇÃO: CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DOS DISCURSOS

Pensar na partida de um lugar ao qual nos sentimos pertencer nos leva, num primeiro momento, a relacionar o termo com deixar algo para trás, partir. Porém, partir pode carregar outro sentido quando pensamos nas migrações: cindir, repartir, quebrar. Essa quebra com o território, com os costumes e com as relações ou posições sociais faz com que seja necessário ressignificar “o que antes nem se pensava precisar ter/fazer sentido” (GAMBASSI; LIMA, 2020, p. 72) no local em que os migrantes chegam. O ato de migrar, portanto, caracteriza-se por um confronto com o diferente, com o estrangeiro para si mesmo e pelo embate com quem o recebe, impactando na relação entre sujeitos e espaço territorial. Partir de um lugar, no caso das migrações, pressupõe um movimento para dentro de outro, com o objetivo de ocupá-lo, ainda que provisoriamente (ANDRADE, 2021).

Quando os migrantes chegam a um novo país, o Estado-nação se apresenta em toda sua supremacia, e “os direitos do migrante se chocam com a soberania nacional e o domínio territorial” (DI CESARE, 2020, p. 26). Entendendo que o pensamento ocidental dominante atravessa a constituição de sentidos e sujeitos atualmente, partimos do pressuposto de que o Estado-nação opera nas formas de subjetivação, inscrevendo a relação do sujeito com o outro. Dessa forma, não podemos negar, ao tratar da temática das migrações, a história e a memória que nos constituem enquanto sujeitos.

Portanto, neste capítulo, partiremos de uma retomada sobre as migrações no Brasil, de modo a compreender como foi se constituindo, historicamente, o funcionamento do discurso sobre as migrações. Com isso, abrimos as portas para as noções de discurso, condições de produção e memória discursiva, a partir da visada discursivo-desconstrutiva, para que possamos problematizar o ideário de nacionalismo, de país monolíngue e hospitaleiro, bem como as representações sobre os migrantes que foram sendo construídas ao longo da história.

1.1 A “GRANDE” IMIGRAÇÃO

Historicamente, os fenômenos migratórios fazem parte do funcionamento social, sendo um importante movimento na constituição das sociedades como um todo. Apesar de os dados numéricos, repetidamente veiculados nas mídias sobre a situação migratória atual, produzirem um efeito de anormalidade sobre o tema, as migrações “não são fatos novos – mas antes, fenômenos antigos que recebem contornos diferentes a cada época, sendo marcados pelo desenrolar da história” (LARA; DA ROSA; TAUZIN-CASTELLANOS, 2021, p. 3). Olhando para a história do Brasil, percebemos que esses contornos, por um lado, carregam marcas de desbravamento, evolução e conquista, mas, por outro, deixam fortes rastros de exploração, dominação e extermínio.

Segundo Barreto (2015), de 1500 até 1850, mais de 4 milhões de africanos foram escravizados, enquanto foram dizimados mais de 3 milhões de indígenas. A partir de 1888, após a abolição da escravatura, as autoridades nacionais proibiram o tráfico transatlântico de escravos e incentivaram o ingresso de estrangeiros, majoritariamente do chamado norte global, o que fez com que o processo migratório para o Brasil se intensificasse.

Com o passar dos anos, os migrantes europeus vieram a constituir o que Barreto (2015) chama de elite imigrante, ocupando espaço de estudantes universitários, proprietários de colônias agrícolas, donos de empresas e intelectuais, sendo caracterizados como bons colonos, industriais, laboriosos, úteis etc. Ao mesmo tempo, apesar de não mais nomeados como escravos, a população africana passou a ser uma ameaça para os que buscavam o “branqueamento” do país. Ao longo da segunda metade do século XIX, cresceu o número de migrantes pobres nas cidades, o que fez com que a elite passasse a apoiar de forma mais vigorosa a “imigração europeia branca” (BARRETO, 2015, p. 120), que traria prosperidade econômica e melhoramento racial de uma só vez. Com isso, para os demais, asiáticos e africanos – e, posteriormente, árabes, levantinos, entre outros –, restava a perseguição do Estado, a discriminação social e religiosa e os empregos precários, pois estariam destoando da sociedade brasileira homogênea e “ideal” que a elite almejava.

Contudo, foi na Era Vargas que o cenário nacionalista se intensificou e que as políticas migratórias foram revistas. Entre 1937 e 1946, “o binômio nacionais-

estrangeiros era constantemente reforçado [...] com o claro objetivo de enfatizar que a mão de obra nacional e a boa gestão eram o motor do desenvolvimento” (BARRETO, 2015, p. 283). Esse binarismo, marca forte no pensamento ocidental dominante até os dias de hoje, reforçou ainda mais a efervescência da xenofobia, da intolerância religiosa e da racialização das comunidades étnicas que tentavam se estabelecer no Brasil.

Nesse período, o Estado-nação em que os migrantes se encontravam estava investindo em projetos educacionais em prol do “abrasileiramento” da República, com estratégias para unificar a língua, os costumes e, com isso, homogeneizar seus habitantes, marca do nacionalismo exacerbado característico do período do Estado Novo. Havia um modelo de educação patriótica e monolíngue, chegando a ser considerado crime idiomático expressar-se em línguas diferentes do português, conforme apontam Berger e Berger (2018). Representar o migrante como alguém desprovido de brasilidade era, portanto, “um mecanismo de ação do Estado-nação sobre ele, uma tentativa de imposição de uma concepção do que seria ser realmente brasileiro” (BERGER; BERGER, 2018, p. 55). O que se entendia como sociedade brasileira – homogênea, monolíngue, com uma cultura supostamente definida – passou a ser uma unidade a ser preservada. Segundo os autores,

Tratava-se de uma república em processo de construção de sua identidade e que era atravessada por diversas contradições étnicas, de classe e culturais, de modo que evidenciava um território de lutas políticas e econômicas, onde as lutas pela representação do outro (do negro, do comunista, dentre outros) estava em plena efervescência entre os próprios grupos da sociedade de imigração (BERGER; BERGER, 2018, p. 55).

A partir disso, compreendemos que a memória que compartilhamos sobre a vinda dos europeus ao Brasil, nos séculos XVIII e XIX, assim como a migração forçada para mão de obra barata e o posicionamento nacionalista fortalecido desde a década de 1940 é constitutiva da nossa sociedade até os dias de hoje. Contudo, vale ressaltar que, quando falamos em memória, referimo-nos ao interdiscurso, compreendido por Coracini (2007, p. 9) como “fragmentos de múltiplos discursos que constituem a memória discursiva [...] fragmentos esses que nos precedem e que recebemos como herança e que, por isso mesmo, sofrem modificações”. Logo, é a

partir da memória discursiva que significamos o mundo de uma forma e não de outra – por isso, há um imaginário sobre as migrações.

É a partir do funcionamento desse imaginário que, ao pensarmos nas migrações atuais, associamos aqueles vindos de países europeus como sendo sempre bem-vindos, enquanto os estrangeiros vindos do dito sul global causam estranhamento e colocam em xeque a tal hegemonia (cultural, linguística e de raça) nacional. Os sentidos que são produzidos sobre as migrações atuais, portanto, advêm da relação com as redes de memória que os (re)significam. No entanto, não somente a relação com a memória discursiva possibilita que os sentidos se constituam. Foucault (2008a), ao falar que seria errôneo pensarmos em *um* discurso, que existiria *a priori*, apresenta a noção de formação discursiva, argumentando que o discurso está em constante movimento e mudança. Isso implica considerar a historicidade do sujeito e do discurso e os aspectos sociais e políticos que caracterizam um grupo social num dado momento e num dado espaço geográfico.

As formações discursivas abrangem a formação do discurso enquanto processo constituído por já-ditos e jamais-ditos (FOUCAULT, 2008a), derivando de outros discursos que criam novos sentidos por serem enunciados em diferentes condições de produção. Essas condições são compreendidas por Foucault (2008a, p. 50) como “condições históricas para que se possa ‘dizer alguma coisa’ [...] Isto significa que não se pode falar de qualquer coisa em qualquer época”. Desse modo, entendemos que, quando falamos em migrações, há uma rede de sentidos que se mobiliza – mas não quaisquer sentidos, aqueles constituídos a partir das relações com a memória discursiva, com as formações discursivas e com as condições de produção.

Portanto, entendemos, com Lara, Da Rosa e Tuzin-Castellanos, que

é no/pelo discurso que se constroem e desconstroem, no imaginário e no simbólico, limites e muros, fronteiras e pontes. O discurso assume ainda seu papel de prática social refletindo, mas também construindo e modificando as representações sobre o mundo, as identidades e as relações (LARA, DA ROSA, TAUZIN-CASTELLANOS, 2021, p. 4).

Isso nos leva a compreender que é do/pelo discurso que deve partir nosso movimento para desestabilizar o que se apresenta como evidente, como estável, como imutável. Então, embora muito seja repetido sobre o Brasil ser um país

acolhedor, o que parece provocar um certo apagamento desse imaginário historicamente marcado pela discriminação social, racial e de classe, no que diz respeito ao mercado de trabalho, por exemplo, o deslocamento de matéria-prima e mão de obra continua sendo visto com bons olhos pela sociedade capitalista, o que se reflete na migração contemporânea, em que vemos alguns seres humanos serem bem-vindos somente enquanto bens e não enquanto pessoas (GAMBASSI, 2022), como no século passado. Isso aponta para o que eles representam no imaginário sobre as migrações, ou seja, europeus, norte-americanos, brancos e ricos continuam sendo requisitados “enquanto pessoas”, com base na memória de que teriam auxiliado no desenvolvimento do país, promovido avanços econômicos e fornecido mão de obra necessária e qualificada para o trabalho (PAVAN, 2022). Em contrapartida, migrantes em sua maioria de raça e classe desvalorizadas culturalmente seriam requisitados somente “enquanto bens”, pois gerariam lucro, ocupariam empregos precários e que, geralmente, os brasileiros não aceitariam, como em agroindústrias, por exemplo.

Diante disso, sabendo que foi, historicamente, construído um ideal de nação homogênea e de cidadão nacional, que pertence a este lugar e não a qualquer outro, entendemos que para aqueles que compartilham dessa visão estadocêntrica, em que o Estado deteria o poder soberano, a migração seria um desvio a ser interrompido (DI CESARE, 2020). O reforço de uma delimitação “nacional” e o sentimento de nacionalidade, portanto, faz com que se reforcem as marcas que produzem a cisão entre os que pertencem e os que não pertencem, entre os que são “do lugar” e os que não são, corroborando com a produção de sentidos sobre as migrações atuais.

Com base no que Di Cesare (2020) postula como uma filosofia da imigração, entendemos que a existência do migrante em uma sociedade infringe o princípio em torno do qual o Estado foi criado, rompendo a ligação entre solo e monopólio do poder estatal. Segundo a autora, aos cidadãos “nacionais” seria reconhecida a liberdade para decidir acolher ou excluir o estrangeiro que chega. No entanto, a discriminação também parte do Estado-nação, que vigia as fronteiras, controla a população e marca a barreira entre os cidadãos e os estrangeiros, reforçando a gramática do “nós *versus* eles”. Em síntese, para Di Cesare,

Os Estados-nação reivindicam a escolha de estabelecer quem pode entrar em seus limites e quem, ao contrário, é parado na fronteira. Em

uma ordem global estadocêntrica, ameaçada pela migração, o direito à exclusão torna-se assim a contraprova e a marca da soberania estatal. Porque desse modo o Estado se afirma e mede sua força. Os Estados-nação exigem o poder de dispor dos próprios limites territoriais e políticos recorrendo também à força. Quem ultrapassa corre o risco de ser detido, aguardando ser expulso. Caso seja aceito, caberia novamente à autoridade estatal decidir reconhecê-lo como novo membro da comunidade ou rejeitá-lo (DI CESARE, 2020, p. 29).

A constituição de um Estado-nação soberano, que ditaria as regras (sociais, econômicas, políticas, jurídicas, humanitárias, entre outras) do país remete-nos ao que Anderson (2008) postula como comunidade imaginada. Segundo o autor, a nação seria uma “comunidade política imaginada como sendo intrinsecamente limitada e, ao mesmo tempo, soberana” (ANDERSON, 2008, p. 32). Esse imaginário de nação estabelecido no Brasil também constitui os sujeitos ditos “nacionais”, o que impacta na acolhida aos migrantes, que viriam desestabilizar a suposta homogeneidade e coerência do povo. Como sintetiza Bhabha (1998), ao propor a nação como uma narração,

Os fragmentos retalhos e restos da vida cotidiana devem ser repetidamente transformados nos signos de uma cultura nacional coerente, enquanto o próprio ato de performance narrativa interpela um círculo crescente de sujeitos nacionais. Na produção da nação como narração ocorre uma cisão entre a temporalidade continuísta, cumulativa, do pedagógico e a estratégia repetitiva, recorrente, do performático. É através deste processo de cisão que a ambivalência conceitual da sociedade moderna se torna o lugar de escrever a nação (BHABHA, 1998, p. 202).

Por isso, é recorrente que o migrante seja representado como aquele que perturba a narrativa nacional, a não ser que seja semelhante ao que se espera de um “cidadão nacional” pela comunidade imaginada do Estado brasileiro. A partir desse funcionamento, parece-nos que os migrantes viriam deslocar o que se entende por “sociedade brasileira” e até mesmo o que se entende por “língua portuguesa” colocando-as em “risco”, já que, tal como diz Coracini (2007), todo ato de enunciação transforma o sujeito e transforma a língua (que nunca é apenas uma), deixando na língua e em si mesmo uma cicatriz. Esse processo se dá atravessado por diferentes discursos, intrinsecamente heterogêneos, o que provoca distintos efeitos de sentidos.

Com base no que vimos até então, entendemos, com Foucault (2008a, p. 26), que o funcionamento do discurso é múltiplo e heterogêneo, sendo um espaço de

dispersões, sempre marcado pela exterioridade que o constitui, à qual o processo de produção de sentidos está relacionado. Sendo atravessado por diferentes discursos, o sujeito não tem controle sobre os efeitos de sentido que são produzidos, pois são determinados pelas condições de produção. Em síntese, as condições de produção delimitam que o sentido seja um ou alguns e não outro(s), o que faz com que as migrações dos séculos passados não produzam o mesmo efeito nem tenham o mesmo impacto que as migrações recentes, como a de haitianos, bolivianos, venezuelanos. Hoje, os que migram ao Brasil estariam supostamente vindo para roubar empregos, usufruir dos benefícios dos brasileiros, demandar do Estado e atrapalhar o ideal de nação – entre outros sentidos que se produzem a partir do imaginário nacionalista do país e que influenciam os crimes xenofóbicos (e na maioria das vezes também racistas) que eles sofrem.

Dedicaremos a seção seguinte para esmiuçar o que estamos compreendendo como “migrações atuais”, sem perder de vista a relação intrínseca entre a história das migrações no Brasil e o estabelecimento de um Estado-nação fortemente marcado por características nacionalistas com a constituição de sentidos e sujeitos nesse cenário.

1.2 UM PAÍS DE (QUASE) TODOS

Segundo o relatório do Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra), o Brasil recebeu mais de 50 mil solicitações de reconhecimento da condição de refugiado até o final de 2022⁹, totalizando cerca de 348 mil solicitações, se somadas às registradas desde 2011, segundo o mesmo relatório. Dados como esses nos permitem ressaltar que os números poderiam ter sido ainda maiores, pois, devido à pandemia da COVID-19, houve maior limitação à circulação de pessoas com o controle das fronteiras terrestres do Brasil. Da mesma forma, ressaltamos que, nesse relatório, são contabilizadas apenas as solicitações de reconhecimento de refúgio, o que sugere que o número de estrangeiros que não se enquadram na condição

⁹ Disponível em:

https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/Obmigra_2020/OBMIGRA_2023/Ref%C3%BAgio_em_N%C3%BAmeros/Refugio_em_Numeros_-_final.pdf Acesso em: 12 set 2023.

institucional de refugiado não está sendo considerado nessa contagem. Abordaremos a problemática da nomeação no capítulo 2.

Contudo, não só no período da pandemia as migrações foram tratadas como um problema. Desde meados de 2015, as migrações são adjetivadas de forma diferente, se compararmos à “grande imigração” do século XIX. Fluxo migratório, processo migratório e crise migratória são alguns termos frequentemente usados quando a temática aparece nas mídias nos últimos tempos. Esse caráter de provisoriedade, como se fosse algo passageiro, influencia nos sentidos sobre as migrações, na suposta acolhida que oferecemos aos estrangeiros que chega(ra)m ao Brasil atualmente e nas pesquisas sobre o tema.

Segundo Da Rosa (2021a),

são praticamente inexistentes, na perspectiva discursiva, os estudos sobre as migrações atuais que as concebam para além da passagem de um país a outro, ou seja, que as tomem como processo sócio-histórico de longa duração e fora do cenário de ‘crise’ geralmente evocado (DA ROSA, 2021a, p. 267).

Como vimos na seção anterior, a disseminação de enunciados nacionalistas reforça o ideário de uma suposta nação homogênea, além de constituir o imaginário de que o brasileiro é um povo trabalhador, de que o Brasil é um país hospitaleiro, acolhedor, com diversas culturas que convivem em harmonia num ambiente próspero. Da mesma forma, enquanto alguns estrangeiros permeiam o imaginário dos brasileiros como sendo superiores, com uma cultura elitizada, “de primeiro mundo” (no caso dos americanos e europeus, supostamente brancos e ricos), há preconceito contra estrangeiros de raça e classe socialmente desvalorizadas. Esses são considerados exploradores e indesejáveis, como já vimos. Segundo Coracini (2007),

O estrangeiro permanece no imaginário do brasileiro como o explorador, o indesejável, aquele que se gostaria de esquecer, de banir, porque perturba, exhibe a própria fragilidade indesejada, mas que está aí, no inconsciente, na memória, reminiscências de um passado esquecido, mas que se faz presente o tempo todo no inconsciente, que pode se manifestar em “ressentimento” ou numa certa implicância que o leva a ressaltar os defeitos do outro, suas falhas e sofrimentos, na busca de um consolo para seu próprio sentimento de inferioridade; e esse ressentimento ou essa implicância o faz viver, dá sentido à sua existência e lhe imprime um sentimento de identidade (CORACINI, 2007, p. 76).

Desse modo, esses discursos constituem o imaginário que os brasileiros têm do estrangeiro e vice-versa, sendo repetidos e transformados em narrativas que vão constituindo a memória discursiva de um povo. Conforme Coracini (2007, p. 59), ser brasileiro “é ser o que dizem que somos e ver o outro da forma que o vemos [...] Entretanto, o que somos e o que vemos está carregado do que ficou silenciosamente abafado na memória discursiva, como um saber anônimo, esquecido”. Com isso, entendemos, com Andrade (2021, p. 294), que as representações de língua, povo e cultura que vão sendo construídas para quem chega “influenciarão as imagens que esses migrantes farão de si e do outro, brasileiro”, impactando, portanto, na constituição de subjetividades, como veremos no capítulo seguinte.

Essas representações preconceituosas levam a crimes xenofóbicos, desprezando-se a dignidade humana e as causas dos deslocamentos. Segundo Andrade (2021), esse imaginário é construído por parte dos “nativos” pertencentes a nações ricas, geralmente brancos e representantes do poder econômico e social. Como vimos no início do capítulo, a elite historicamente “aproveitou as ondas migratórias para impulsionar seu próprio desenvolvimento” (BARRETO, 2015, p. 500), encarando o migrante “indesejável” em seu papel de trabalhador, servindo como mão de obra, mesmo em meio aos avanços das discussões sobre os direitos humanos na época¹⁰.

Então, para alguns migrantes, ser quem são, falarem como falam e morarem onde moravam basta para que se tornem vítimas de diversas formas de violência. Articulando com o que vimos anteriormente sobre as diferenças entre as representações e o acolhimento dado a certos estrangeiros e não a outros, Ribeiro (2021) pontua que a manifestação de crimes xenofóbicos e glotofóbicos tem base étnico-racial, religiosa e ainda se estrutura nas dicotomias que circundam nosso modo de sociedade atual (preto e branco, pobre e rico, cristão e não cristão, entre outras). Dessa forma, segundo o autor, “a aversão ao estrangeiro negro não está no mesmo nível da aversão ao estrangeiro branco” (RIBEIRO, 2021, p. 345). Os “gringos”, como são frequentemente chamados os estrangeiros de procedência europeia no sul do país, acabam atrelados à memória sobre os migrantes do século XIX, que vieram ao Brasil para trazer a suposta evolução, não sendo alvo de crimes xenofóbicos da

¹⁰ Assim como a questão da categorização, a problemática envolvendo o discurso jurídico, no qual os direitos humanos se inserem, será trazida no capítulo 2.

mesma forma que migrantes negros e pobres.

O conceito de xenofobia significa rejeição, medo, aversão ao que vem de fora, ao forasteiro (CORTINA, 2020). Para Faustino e Oliveira (2021), o termo se resume à aversão ao estrangeiro, não envolvendo necessariamente nenhum outro elemento como raça, língua ou nacionalidade. No entanto, basta observarmos as representações midiáticas e as notícias, circundadas pelas condições de produção atuais, para percebermos que a maioria dos crimes é perpetrada contra imigrantes negros e pobres. Para os autores, “a racialização da xenofobia é expressa pela ‘desumanização’ e ‘demonização’ distinta dos estrangeiros que não se resume à aporofobia e/ou formação profissional, mas sim pela manutenção atualizada do velho crivo racial anti-negro” (FAUSTINO; OLIVEIRA, 2021, p. 204). Desse modo, entendemos que, junto com o racismo, a noção de aporofobia, cunhada por Cortina (2020), torna-se importante para a compreensão do cenário atual.

Nas palavras da autora, falar em xenofobia não basta quando pensamos na aversão ao estrangeiro pobre, pois o que produz a rejeição não é somente o fato de que eles vêm de fora, sejam estrangeiros, mas “incomoda que sejam pobres, que venham a complicar a vida dos que, bem ou mal, vão se defendendo, que não tragam, aparentemente, recursos, mas, sim, problemas” (CORTINA, 2020, p. 18). Não devemos negar a existência da xenofobia e da xenofobia racializada (FAUSTINO; OLIVEIRA, 2021), mas é preciso levar em conta a aporofobia como parte da rejeição sofrida por migrantes que vêm de situações precárias e insustentáveis. O desprezo ao pobre está relacionado, muitas vezes, com a aversão a quem não pode entregar nada em troca (CORTINA, 2020) e, por isso, é excluído da sociedade estruturada por contratos políticos e econômicos.

A violência contra sujeitos em descolamento ou deslocados é sustentada, como vimos, em fatores econômicos, religiosos, culturais, raciais e políticos. No entanto, segundo Ribeiro (2021), o fator linguístico não pode ser desconsiderado, visto que tais violências materializam-se na linguagem e nas práticas discursivas. A intolerância à língua do estrangeiro e/ou ao seu modo de falar configura-se como glotofobia, “o que desliza para um processo discriminatório em que o outro é violado por sua condição de estrangeiro e seu modo de falar” (RIBEIRO, 2021, p. 345). Parece-nos que isso também opera com a questão que veremos adiante, sobre a imposição já institucionalizada para que os migrantes “aprendam a falar português”. No entanto, desde já, destacamos que não equiparamos a noção de língua dos

estudos discursivos com a ideia de língua nacional, neste caso, a língua portuguesa, sendo esse um dos pontos da nossa problematização no capítulo 3. Como vimos, ter um ideal monolíngue a ser preservado, fortalecido pelos enunciados nacionalistas que muito circulam, faz com que a glotofobia seja, de certa forma, ainda mais “autorizada”.

Em síntese, pudemos perceber, a partir da construção deste capítulo, que, mesmo as condições de produção dos discursos sendo diferentes, se compararmos as migrações do século XIX com as atuais, há uma memória que atravessa a constituição dos sentidos sobre as migrações. A dicotomização (marca do pensamento ocidental dominante) que tendemos a fazer entre aqueles migrantes que foram requisitados em contraposição aos que não foram se desdobra em inúmeras outras: legais e ilegais, desejados e indesejados, “bons e maus”, sendo os bons aqueles que viriam auxiliar no desenvolvimento do país, logo, mereceriam ser acolhidos e os maus aqueles que atrapalhariam a ordem nacional e dependeriam do Estado, causando prejuízos para a sociedade brasileira (muito mais relacionado às migrações dos séculos passados, cujos sentidos respingam nas migrações atuais).

Além disso, inúmeras categorias enquadram e limitam os estrangeiros que vêm ao Brasil, colaborando com os modos de governamentalidade: refugiado, migrante, imigrante, emigrante, exilado etc. Sendo assim, o próximo capítulo será dedicado a essa problemática, que entendemos servir como articulação para nossa discussão sobre as noções de sujeito e de modos de subjetivação.

CAPÍTULO 2

INSTITUCIONALIZAÇÃO DE SENTIDOS (E SUJEITOS): CATEGORIZAR PARA MELHOR GOVERNAR

A partir do que vimos até aqui, parece-nos que enquadrar certas pessoas em categorias jurídico-institucionais em detrimento de outras tem o propósito de assegurar a soberania do Estado e fortalecer a ilusão de nação una e homogênea. Sob o ponto de vista jurídico, o Estado estabelece as fronteiras legais que determinam o que se compreende como refugiado e, da mesma forma, os que não se encaixam nessa categoria. Foi em 1951, na Convenção de Genebra, que essa nomeação foi instaurada, classificando como refugiados aqueles que precisam sair de onde vivem para não morrer. No Brasil, em 1997, foi implementado o Estatuto dos Refugiados, garantindo o direito de solicitar refúgio para qualquer pessoa que chegue ao Brasil, alegando perseguição em seu país por motivo de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas. Segundo a legislação¹¹,

Art. 1º Será reconhecido como refugiado todo indivíduo que:

- I – devido a fundados temores de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas encontre-se fora de seu país de nacionalidade e não possa ou não queira acolher-se à proteção de tal país;
- II – não tendo nacionalidade e estando fora do país onde antes teve sua residência habitual, não possa ou não queira regressar a ele, em função das circunstâncias descritas no inciso anterior;
- III – devido a grave e generalizada violação de direitos humanos, é obrigado a deixar seu país de nacionalidade para buscar refúgio em outro país. (BRASIL, 1997).

Então, para ser considerado refugiado perante a lei, é preciso que seja feita uma série de procedimentos burocráticos junto ao Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE). Esse dispositivo jurídico determina, portanto, quem pode ser considerado refugiado e, conseqüentemente, usufruir dos benefícios garantidos pela lei. Segundo Pavan (2022), o termo “condição”, que aparece inúmeras vezes quando se fala em refugiados, desempenha uma ação reguladora do sujeito, delimitando quem ele pode ou não ser, onde ele pode ou não estar e que direitos ele tem ou deixa

¹¹ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9474.htm Acesso em: 21 jun 2023.

de ter. Porém, se nos apegássemos somente ao que se instaura como verdade absoluta, neste caso, pelo dispositivo da lei, poderíamos considerar que “[t]odo ser humano tem o direito de deixar qualquer país, inclusive o próprio, e a este regressar” (ONU, 1948). Reside, aqui, a contradição dos direitos humanos, pois não é para qualquer humano que os direitos são sempre garantidos. Nas palavras de Pavan (2022),

São esses mesmos direitos humanos básicos que deixam de ser providos pelo Estado de origem, Estado este que, além de não mais os garantir, é também quem promove sua violação. Tal violação remete tanto à infração e à transgressão jurídica quanto ao próprio sujeito viol(ent)ado. Nos três incisos do Estatuto do Refugiado, além da exposição da violação dos direitos por parte do Estado de origem, há o uso de uma linguagem imperativa – expressa na materialidade linguística pelos verbos “poder”, na negativa “não possa”, e “obrigar”, em “é obrigado” –, que transmite a ideia de que para o sujeito não há outra opção a não ser migrar, o que corrobora a nomeação de deslocado forçado (PAVAN, 2022, p. 39).

Embora a declaração defina que os seres humanos nascem iguais e com os mesmos direitos, essa delimitação mantém a desigualdade entre classes, visto que nem todos os seres humanos têm acesso aos tais direitos. Segundo Gambassi (2022, p. 68), “a depender do país em que se nasce e de sua posição no ranking do desenvolvimento, bem como da classe social e da possibilidade de acesso a saber que possui esses direitos, tem-se ou não sua garantia”. Bragato (2014) nos ajuda a compreender esse paradoxo, quando postula que os direitos humanos não são universais, uma vez que

são apresentados como um desdobramento natural do pensamento liberal e das lutas políticas europeias da Modernidade, cujo liberalismo clássico e suas ideias de liberdade individual e igualdade formal são consideradas o núcleo duro destes direitos (BRAGATO, 2014, p. 204).

Nesse sentido, entendemos que é o próprio cenário liberal e eurocêntrico que determina quem tem acesso a esses direitos: “Quem não tem cidadania, [...] não tem proteção da lei, nem pertence a alguma comunidade. Quem, em resumo, não tem nada mais além da própria humanidade não pode gozar de tais direitos” (DI CESARE, 2020, p. 67). Logo, os direitos acordados para o homem não seriam mais do que privilégios do cidadão.

No que concerne ao direito de migrar e às formas de designar as pessoas em deslocamento, há também aqueles que não se enquadram como refugiados. Os chamados migrantes são compreendidos como pessoas que se deslocaram por motivos que não se encaixam na categoria de refugiado, ou seja, os considerados migrantes escolheriam se deslocar para “melhorar sua vida em busca de trabalho ou educação [...] diferente dos refugiados, que não podem voltar ao seu país” (ACNUR, 2015). Dessa forma, cola-se à categoria de migrante a condição de provisoriedade, de suposta “livre escolha”. Nesse caso, parece haver uma distinção entre as práticas de acolhida, colocando, de um lado, o “refugiado merecedor”, que assume uma categoria de vítima, que foge do perigo da morte e, portanto, não tem escolha, e o “migrante não merecedor”, que migra voluntariamente por razões pessoais, tornando-se ilegítimo (LARA, 2019, p. 83). Na gama de designações, ainda podemos acrescentar as trazidas pela Lei da Migração¹², onde consta que

§ 1º Para os fins desta Lei, considera-se:

I - (VETADO);

II - imigrante: pessoa nacional de outro país ou apátrida que trabalha ou reside e se estabelece temporária ou definitivamente no Brasil;

III - emigrante: brasileiro que se estabelece temporária ou definitivamente no exterior;

IV - residente fronteiriço: pessoa nacional de país limítrofe ou apátrida que conserva a sua residência habitual em município fronteiriço de país vizinho;

V - visitante: pessoa nacional de outro país ou apátrida que vem ao Brasil para estadas de curta duração, sem pretensão de se estabelecer temporária ou definitivamente no território nacional;

VI - apátrida: pessoa que não seja considerada como nacional por nenhum Estado, segundo a sua legislação, nos termos da Convenção sobre o Estatuto dos Apátridas, de 1954, promulgada pelo Decreto nº 4.246, de 22 de maio de 2002, ou assim reconhecida pelo Estado brasileiro.

Por outro lado, quando pensamos na situação dos haitianos que estão no Brasil, a regra, muitas vezes, já não se aplica, pois “embora não estejam fugindo de conflitos armados ou de algum tipo de perseguição [...] e, portanto, em tese, não possuam o estatuto de refugiados, vêm recebendo do governo brasileiro vistos de residência permanente por razões humanitárias” (LARA, 2019, p. 85), por causa da missão do Brasil no país. Entre 2004 e 2017, o Brasil comandou a Missão das Nações

¹² Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2017/lei/l13445.htm Acesso em: 21 jun 2023.

Unidas para Estabilização do Haiti (MINUSTAH), estabelecendo vínculo com o país, o que fez com que o Brasil fosse um destino viável para a migração haitiana após o terremoto que atingiu o país em 2010.

Apesar da acolhida “humanitária” amparada pelo discurso jurídico¹³, a lei brasileira não os reconhece como refugiados, status que lhes daria o visto permanente. Com isso, a nomeação propõe sentidos contrastantes, já que, sem o visto, o migrante “está aqui provisoriamente e podemos (ou deveríamos poder) expulsá-lo a qualquer momento [...] não é à toa que são raras as referências aos migrantes ‘legais’. Se adjetivados, surgem pela sua conotação ilegal” (BARRETO, 2015, p. 503). Portanto, compreendemos que a acolhida aos haitianos não foi acolhedora, tampouco humanitária. Pelo contrário, foram destinados a trabalhos exaustivos e precários, como nos frigoríficos, no caso do sul do país, e, segundo Barreto (2015), acabam cumprindo jornadas de trabalho acima do limite estabelecido por lei e recebendo abaixo do que teriam direito. Muitos migrantes (não só, mas também haitianos) que possuem ensino superior completo, inclusive, precisaram trabalhar em empregos cuja exigência é muito inferior ao conhecimento que possuem, devido ao não reconhecimento dos diplomas estrangeiros pelo Ministério da Educação (MEC), órgão do governo brasileiro.

Isso nos mostra como são tênues as fronteiras que dividem uma categoria (política) de outra, por isso, esse cerceamento jurídico intervém nos processos de subjetivação e de significação, como veremos na seção seguinte, atuando na divisão entre os nacionais e os estrangeiros, os acolhedores e os acolhidos, os que oferecem e os que necessitam ajuda (DA ROSA, 2021a). Esse movimento sustenta o discurso

¹³ Devido aos haitianos não se encaixarem nas premissas definidas pelo Estatuto do Refugiado e, portanto, não se enquadrarem nessa categoria jurídica, o CONARE recusou cerca de 200 pedidos de refúgio de haitianos em 2010, visto que a solicitação era justificada, em sua maioria, pelas situações adversas provocadas pelo terremoto que atingiu o país naquele ano. Os pedidos foram encaminhados ao Conselho Nacional de Imigração (CNIg), órgão de caráter deliberativo que faz parte da estrutura do Ministério da Justiça e Segurança Pública, e, em 2011, considerando a falta de amparo jurídico sobre questões ambientais, o órgão concedeu a autorização de permanência temporária no Brasil. Com o aumento das solicitações, em 2012, o CNIg anunciou a resolução que dispõe sobre a concessão do visto permanente aos nacionais do Haiti. Na resolução em questão, está posto que: “Art. 1º Ao nacional do Haiti poderá ser concedido o visto permanente previsto no art. 16 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, por razões humanitárias, condicionado ao prazo de 5 (cinco) anos, nos termos do art. 18 da mesma Lei, circunstância que constará da Cédula de Identidade do Estrangeiro. Parágrafo único. Consideram-se razões humanitárias, para efeito desta Resolução Normativa, aquelas resultantes do agravamento das condições de vida da população haitiana em decorrência do terremoto ocorrido naquele país em 12 de janeiro de 2010” Disponível em: https://dspace.mj.gov.br/bitstream/1/1541/1/REN_CNIg_2012_97.pdf Acesso em: 02 fev 2024.

institucional, que categoriza para agrupar e homogeneizar elementos diversos, definindo a experiência migratória por graus de permissibilidade (DA ROSA, 2021a). Segundo a autora, essa tentativa de homogeneizar um grupo heterogêneo é um procedimento discursivo de triagem feito por diversas instituições. Porém, para pensar os discursos institucionalizantes, desprendemo-nos da ideia de que tratamos de instituição enquanto sinônimo de empresa ou organização. De acordo com Da Rosa,

Quando tomamos como foco as instituições, estamos diante de lugares cujos discursos são vistos como legítimos e autorizados. Todavia, contemporaneamente, as instituições assumem múltiplas faces e seu papel varia de acordo com os sujeitos e com as condições de produção em que atuam. Elas deixam de lembrar apenas espaços físicos e, devido ao advento das relações sociais em rede, tomam um lugar na virtualidade, ou seja, na dimensão de potencialidade que essa noção comporta. Sendo assim, os discursos institucionais passam a ser não apenas aqueles enunciados de uma posição juridicamente legitimada, da qual “os locutores, instados a responder por exigências complexas e até contraditórias, obedecem a uma injunção mais geral: organizar a polifonia, reduzir a dissonância, produzir a coerência” (KRIEG-PLANQUE e OGER, 2010, p. 93), mas também todo conjunto de regras que define o que pode e deve ser dito e feito nas esferas pública e privada, cerceando, assim, o enunciador (DA ROSA, 2018, p. 1540).

Então, entendemos as instituições não como lugares físicos, mas como fruto de processos históricos, bem como, segundo Mariani (2015, p. 51), de “práticas discursivas que se legitimaram e institucionalizaram ao mesmo tempo em que organizam direções de sentidos e formas de agir no todo social”. Portanto, não reduzimos a noção de instituição à de organização, tampouco delimitamos o discurso institucional a textos formais e oficiais (DA ROSA, 2021b), mas sim, àquilo que determina efeitos de verdade e de universalização de sentidos. Segundo a autora, retomando Sarfati (2014), trata-se de “pensar menos nos sentido da instituição do que na instituição dos sentidos (DA ROSA, 2021b, p. 469), ou seja, refletir sobre aqueles sentidos que já estão cristalizados em nossa sociedade.

Nas palavras de Mariani (2015), quando falamos em discurso institucional, trata-se daquilo que, em uma dada formação social, “todo mundo sabe (ou, se não sabe, deveria saber)” (MARIANI, 2015, p. 51). Sabendo que não se trata de um discurso oficial, de uma instituição física, mas sim de um discurso que instaura os sentidos como verdadeiros, estabilizados, podemos considerar parte dessa gama de dizeres institucionalizantes aqueles veiculados pelo discurso jurídico, humanitário,

jornalístico, universitário, entre outros.

Da mesma forma, entendemos que o discurso institucional se caracteriza por autorizar certos sentidos, torná-los evidentes em dado meio. Segundo Da Rosa (2021b), retomando Krieg-Planque (2017), há um efeito de estabilização de enunciados e de apagamento de conflitos, e isso se dá “por meio de procedimentos linguísticos/enunciativos diversos” (DA ROSA, 2021b, p. 471). Podemos exemplificar essa questão trazendo o estatuto dos refugiados que, reformulado para a Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, conhecida como Lei da Migração (BRASIL, 2017), garantiria benefícios morais, éticos e jurídicos supostamente a todos os migrantes, regulando a entrada e a estada no Brasil. Porém, cabe questionar:

o que implica conferir um lugar a essa categoria de estrangeiros em nossa lei, em nosso conjunto de normas jurídicas, senão o gesto civilizatório de tornar semelhante o dessemelhante, de generalizar e abstrair sua singularidade, de degluti-lo? (DA ROSA, 2018, p. 1537).

A partir dessa questão, colocada por Da Rosa (2018), podemos inferir que a categorização jurídica, a nomeação dada aos estrangeiros, determina lugares que serão ocupados pelos migrantes. Isso aponta para um princípio de exclusão, que determina “quem você é”, mas também “quem você *não* é” e, conseqüentemente, o que pode ou não ser feito e dito.

Devido a essas categorizações, não há como conceber a igualdade de oportunidades para todos os estrangeiros que chegam (e ficam) no Brasil, pois, conforme Redin e Bertoldo (2021), o sujeito migrante precisa justificar-se e enquadrar-se legalmente para comprovar e garantir sua permanência no país, mesmo, por vezes, estando em condições de vulnerabilidade, potencializadas pela raça e pela classe. Ainda segundo as autoras, na medida em que a presença desses migrantes precisa ser constantemente justificada e legitimada, sua condição se estabelece como sempre provisória.

Essa retomada sobre os modos de nomear as pessoas em deslocamento nos leva a pontuar uma questão que consideramos central nesta pesquisa: nos interessa menos a forma com que os estrangeiros estão sendo chamados, nomeados, e mais a problematização sobre a (de)limitação de sujeitos e sentidos pelo discurso institucional, o que lhes implica assumir um lugar determinado.

Portanto, independentemente da nomenclatura regulamentada pelo discurso

jurídico (refugiado, imigrante, migrante, entre outras), compreendemos que o estrangeiro é visto como aquele que está onde não deveria estar, que está “fora do (seu) lugar” (PAVAN, 2022, p. 35). Essa categorização é meramente “arbitrária” (REDIN; BERTOLDO, 2021, p. 302) e nos parece ter a finalidade de gerar identificação para melhor governar os indivíduos e gerenciar os processos de subjetivação, como veremos nas seções seguintes.

2.1 MODOS DE GOVERNAMENTALIDADE (E DE SUBJETIVAÇÃO)

Nesta seção, partimos da leitura de Foucault (2004; 2008; 2009; 2010) para compreender no que consiste a governamentalidade, os modos de governar em nossa sociedade, buscando aprofundar de maneira mais direcionada a questão do neoliberalismo como uma racionalidade que também governa sentidos e sujeitos atualmente. Ao nos debruçarmos sobre essas noções foucaultianas, entendemos que não há como deixar de considerar as relações de poder, bem como a resistência, cuja problemática muito nos interessa nesta pesquisa, que tem como um dos objetivos apreender possíveis marcas de resistência à ordem de discursos dominantes, que determina o que entendemos como migrações contemporâneas.

Desde a retomada histórica que fizemos no capítulo 1, vimos que o Estado-nação em que o migrante é inserido tem estratégias de coerção social e mecanismos legais para agenciar, barrar e interditar os migrantes que chegam ao país. Logo, podemos compreender que o Estado governa o migrante como parte da população sobre a qual exerce seu governo. Diante disso, faz-se necessário compreendermos como se dá o funcionamento da governamentalidade, muito relacionado às formas de poder, a partir da leitura de Foucault.

Pensar em poder pode nos remeter à posse, como se existissem seres que deteriam o poder sobre outros. Contudo, segundo Foucault (2004), o que existem são relações de poder, nas quais as pessoas se inserem. Não há, como diz o autor, um tribunal superior que dita o poder, o certo e o errado, e tampouco determina quem teria “mais” poder. Pelo contrário, a hierarquização do poder se constitui pelas próprias práticas sociais e suas relações histórica e política. As relações de poder pressupõem pelo menos dois indivíduos, sendo que, entre eles, há uma certa assimetria, é reconhecido por ambos uma certa superioridade, no sentido de que um

tem um conhecimento, um saber que o outro não tem (CORACINI, 2019). Se pensarmos nas próprias práticas linguageiras cotidianas, também é possível observar uma relação de poder, visto que “o que as orienta são as práticas sociais em que estamos imersos e que fazem com que certas línguas e culturas sejam mais valorizadas do que outras em contextos específicos” (ANDRADE, 2021, p. 295), o que se escancara ainda mais quando se trata das migrações contemporâneas.

Nas palavras de Foucault,

Se o poder fosse somente repressivo, se não fizesse outra coisa a não ser dizer não você acredita que seria obedecido? O que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso. Deve-se considerá-lo como uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social muito mais do que uma instância negativa que tem por função reprimir (FOUCAULT, 2004, p. 8).

Para chegarmos na noção de governamentalidade, e como ela se relaciona com a questão da subjetividade e da migração atual, retomaremos brevemente o processo pelo qual se constituiu o que Foucault (2008b, 2010) chama de biopolítica.

A noção de biopolítica passa a ser discutida por Foucault pela sua análise crítica ao poder pastoral, refletindo sobre seu funcionamento a partir da instituição eclesiástica no século XVIII. O poder pastoral seria um poder individualizante, que implica um mecanismo de cuidado, cujo objetivo é aumentar o poder sobre os indivíduos, tal como um pastor que cuida de cada ovelha de seu rebanho, buscando sua salvação. Em sua crítica a essa forma de poder, Foucault postula que emergem duas vias de biopoder: o poder disciplinar, que é exercido majoritariamente sobre os corpos, com o objetivo de docilizá-los e homogeneizá-los; e a biopolítica, que é uma forma de governo, onde o Estado exerce controle sobre a vida (FOUCAULT, 2010).

Com o advento do capitalismo e do liberalismo, a lógica da biopolítica, conforme Foucault (2010), tem como base a dinâmica do capital, sendo a vida útil priorizada para que seja produzido algo bom ao Estado. A biopolítica, em síntese, é o poder sobre a vida,

uma tecnologia de poder que lida com a população, e a população como um problema político, como um problema a um só tempo científico e político, como problema biológico e como problema de poder. [...] essa biopolítica vai introduzir não somente instituições de

assistência (que existem faz muito tempo), mas mecanismos muito mais sutis, economicamente muito mais racionais do que a grande assistência (FOUCAULT, 2010, p. 205)

Desse modo, há uma ressignificação da figura do pastor, para a figura do Estado, onde, mesmo sem a figura religiosa que era o centro do poder pastoral, há, ainda, a busca pela salvação (através da saúde, da segurança, da lei etc.), ou seja, o objetivo é que o rebanho busque a salvação no próprio Estado. Faz-se importante ressaltar, ainda, que o principal mecanismo da biopolítica é o comando através de dados, relatórios e estatísticas, apagando a singularidade e homogeneizando os seres em determinadas categorias, como veremos na seção seguinte. Esse funcionamento vai contribuir para os modos de governamentalidade.

Segundo Andrade (2008), em sua releitura de Foucault, a governamentalidade funciona como um conjunto de técnicas e de conhecimentos científicos para melhor “administrar” os indivíduos, mas não se trata de qualquer técnica, pois não é em qualquer lugar ou época que as pessoas podem ser geridas de uma determinada forma. Em síntese, segundo a autora, “incorpora-se um conjunto de hábitos e determinados usos de técnicas que configuram os modos de ser e existir no mundo, os quais são delimitados pela história (ANDRADE, 2008, p. 18), o que podemos relacionar, atualmente, com as categorizações jurídicas e institucionais que são estabelecidas para nomear os migrantes, impactando nos modos de subjetivação, como veremos adiante.

Portanto, assim como a noção de governamentalidade envolve o conjunto de técnicas institucionais de controle da população, também abrange a formação de um Estado supostamente administrativo, que se utiliza dessas táticas para exercer seu controle. De acordo com Foucault (2009), o Estado deve ser compreendido a partir das técnicas de governamentalidade. Berger e Berger (2018, p. 67) ressaltam que se trata de um Estado-nação como agente da governamentalidade, “não como uma instituição unificada e estável, mas como produto dos próprios processos políticos, enquanto espaços de negociação, de avanços e de recuos”. Os autores lançam mão da noção de governamentalidade, trazida por Foucault, referindo-se a uma genealogia da arte de governar, sendo “uma forma complexa de poder, que aciona táticas, estratégias e técnicas de governo que permitem ao Estado – entendido como uma abstração mistificada – sobreviver e manter seus limites territoriais e simbólicos

tendo como alvo a população” (BERGER; BERGER, 2018, p. 54). Governar é, portanto, uma forma complexa de poder, que tem como foco as massas, não os indivíduos.

Nesse sentido, compreendemos que, com relação às migrações atuais, não é por acaso que a problemática surja em torno de governar “os fluxos”. Segundo Di Cesare (2020, p. 29), “as diferenças estão, no máximo, entre aquele que vê no imigrante uma possibilidade útil, uma oportunidade, e aquele que denuncia seu perigo”. Desse modo, entendemos que as formas de governar os migrantes, cujos lugares são estabelecidos por toda uma rede de relações de poder, impactam na constituição de subjetividades, de modo que, através das técnicas de poder e dos dispositivos para o controle da população, molda-se um saber sobre ela e sobre a conduta dos indivíduos. Para compreendermos como se dá esse funcionamento em relação às migrações, faz-se necessário, antes, explicitarmos o que Foucault postula como modos de subjetivação.

Entendemos que, apesar de Foucault ter dedicado grande parte de seus estudos para compreender o funcionamento do poder, a questão do sujeito esteve intrinsecamente relacionada a suas pesquisas. Já dizia o filósofo que seu objetivo “não foi analisar o fenômeno do poder, nem elaborar os fundamentos de tal análise, meu objetivo, ao contrário, foi criar uma história dos diferentes modos pelos quais, em nossa cultura, os seres humanos tornaram-se sujeitos” (FOUCAULT, 2009, p. 231). De acordo com o pensamento do autor, os sujeitos se constituem em um constante processo (por isso o termo processos de subjetivação), inscrevendo-se em relações de poder e regimes de verdade.

Como vimos na apresentação da pesquisa, a perspectiva discursivo-desconstrutiva articula os estudos de Foucault, Derrida e Lacan. Os três pilares convergem no que diz respeito à crítica ao sujeito logocêntrico, compreendido como causa de si mesmo, origem dos dizeres e responsável pelos sentidos que produz. Logo, compreendemos, com Coracini (2019), que quando Foucault fala em subjetividade, ele o faz tomando-a como posição discursiva, inserida numa dada formação discursiva e num dado momento histórico-social, em constante construção.

Em seus estudos, Foucault prefere a utilização do termo subjetivação, uma vez que o autor procura “investigar os modos como os sujeitos, ou melhor, como as subjetividades são produzidas através de processos de subjetivação” (DA ROSA, RONDELLI, PEIXOTO, 2015, p. 272). Consideramos importante destacar que,

tomando como base o pensamento de Foucault, estamos falando de um sujeito em processo. Sendo assim, não se trata de algo finalizado, de um produto, mas, pelo contrário, de um efeito, de práticas que são simbólicas, materiais e históricas, e optar pelo termo modos de subjetivação ou processo de subjetivação marca esse efeito de continuidade, historicamente condicionado.

Portanto, os modos de subjetivação são constituídos sempre em relação com a exterioridade. É no e pelo discurso que “podem ser determinadas a dispersão do sujeito e sua descontinuidade em relação a si mesmo” (FOUCAULT, 2008a, p. 61). Assim, aprendemos que não há como existir uma forma padrão da subjetividade, pois ela é variável e emerge em relação com os processos históricos, sociais, políticos, urbanos, num contínuo vir a ser. O sujeito descentrado e não coincidente consigo mesmo é um dos pontos de aproximação entre os estudos de Foucault e Lacan sobre a noção, como veremos no capítulo 3.

Para o filósofo, as formas de subjetivação seriam um “processo de agenciamento, em que as instituições se colocam como reguladoras e forma(ta)doras dos indivíduos” (GAMBASSI, 2022, p. 32). Logo, sendo os modos de subjetivação relacionados com as práticas de governamentalidade, para Foucault (2008), ao mesmo tempo em que nos assujeitamos aos jogos de verdade e às relações de poder, também há uma possibilidade de resistência, de ruptura, pois elas não são fixas nem estáveis. Nas palavras de Gambassi (2022, p. 33), “há a possibilidade de se submeter a determinadas regras para a produção de verdade, assim como de subvertê-las a depender dos modos pelos quais o sujeito se relaciona com esses jogos”. Dessa forma, ao mesmo tempo em que, discursivamente, constituem-se jogos de verdade e efeitos de poder, também se permite que seja possível existir, naquilo que parecia plano, uma “torção” (DA ROSA, 2021, p. 470), produzindo outros sentidos e diferentes modos de subjetivação.

Todo esse complexo funcionamento da constituição de subjetividades na perspectiva foucaultiana, que, como vimos, está intrinsecamente relacionado com as formas de governo de um Estado sobre a população, levam-nos a pontuar, ainda, que, para que os objetivos de um governo sejam alcançados, é necessário que os sujeitos submetam-se a ele “por livre e espontânea vontade” (ANDRADE, 2008, p. 25). Então, parte desse funcionamento é que os indivíduos sejam (ou acreditem ser) livres. A ideia de um sujeito livre, autônomo, remete-nos a noção de liberalismo, que deu base para o que hoje compreendemos como neoliberalismo, ponto fulcral de

nossa pesquisa e que se articula com esta seção.

O termo neoliberalismo passou a ser discutido a partir de 1938, no Colóquio Walter Lippmann, em que economistas, sociólogos, jornalistas e filósofos se reuniram para debater a derrocada do liberalismo, que perdia sua hegemonia. A discussão girava em torno de que “livre-iniciativa, empreendedorismo e competitividade seriam características que brotariam quase que espontaneamente dos indivíduos, caso fôssemos capazes de limitar radicalmente a intervenção econômica e social do Estado” (SAFATLE, 2021, p. 24). Dessa forma, seria priorizado o Estado mínimo através da sua retirada do mercado que, em tese, regularia toda a ordem econômica.

Para Foucault (2010), o neoliberalismo deve ser compreendido como uma racionalidade governamental, onde é necessário organizar as condições que garantem a liberdade individual – e, conseqüentemente, o exercício do poder – sendo a lógica de mercado um lugar de verificação. Logo, o papel do Estado seria diminuído, favorecendo a lógica da livre concorrência. Nas palavras de Dardot e Laval (2016, p, 30), o neoliberalismo “estende a lógica do mercado muito além das fronteiras estritas do mercado, em especial produzindo uma subjetividade ‘contábil’ pela criação de concorrência sistemática entre os indivíduos”. Em síntese, a crítica neoliberal se sustenta em que o Estado prejudicaria as ações comerciais e que o fortalecimento de sindicatos seria uma ameaça à economia. Porém, nas palavras de Safatle (2021), o neoliberalismo é o triunfo do Estado e não sua redução ao mínimo, pois quando os interesses pessoais são submetidos aos interesses do outro, é necessário que todos submetam-se a regras impessoais do mercado.

Vale ressaltar que a crítica de Foucault se dá a partir de sua leitura do neoliberalismo americano, no século XVIII, mas acreditamos que as discussões seguem extremamente atuais. Sobretudo, a reflexão do autor sobre a teoria do capital humano nos interessa, pois entendemos que ela ressoa quando falamos em empreendedorismo, marca forte do neoliberalismo e importante para nossa pesquisa. Para Foucault, o capital humano não seria uma concepção de força de trabalho, como trazida por Marx¹⁴, mas uma concepção de capital-competência.

Não é uma concepção de força de trabalho, é uma concepção do capital-competência, que recebe, em função de variáveis diversas,

¹⁴ Marx postula que o operário vende a sua força de trabalho (e não o seu trabalho em si), por certo tempo, em troca de um salário estabelecido a partir de certa situação de mercado que corresponde ao equilíbrio entre a oferta e a procura de força de trabalho.

certa renda que é um salário, uma renda-salário, de sorte que é o próprio trabalhador que aparece como uma espécie de empresa para si mesmo (FOUCAULT, 2008b, p. 310).

Pensar por essa perspectiva implica acreditar que a relação entre trabalho e sucesso financeiro depende exclusivamente da competência do trabalhador, ou seja, se a renda vai mal, seria resultado de pouco esforço ou de baixo investimento em si mesmo. Foucault (2008b) já dizia que tratar de um “empresário de si” é fazer dele seu próprio capital, sendo seu produto para si mesmo. Nas palavras do filósofo, o capital humano implica que “a renda não pode ser dissociada do indivíduo humano que é seu portador” (FOUCAULT, 2008b, p. 312). Podemos ver que, nessa racionalidade, os processos de subjetivação teriam sua complexidade reduzida a um modelo supostamente racional e estático, formando sujeitos obedientes e mais facilmente governáveis.

Em “Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico”, Safatle, Júnior e Dunker (2021, p. 12) buscam, nos moldes econômicos atuais, rastros que impactam diretamente no sofrimento dos sujeitos, visto que “cada época prescreve a maneira como devemos exprimir ou esconder, narrar ou silenciar, reconhecer ou criticar modalidades específicas de sofrimento”. O neoliberalismo tomado por essa visada é compreendido como gestor do sofrimento psíquico, no sentido de gerar e gestar, por postular o sujeito livre, unicamente responsável pela sua própria vida. Ora, se retomarmos o que diz Foucault, que a liberdade (ou a ilusão de liberdade) é condição para a existência e o exercício do poder, parece-nos, portanto, que as relações de trabalho foram psicologizadas para serem mais bem geridas. Para Safatle, Júnior e Dunker,

É por tais razões que este livro aborda o neoliberalismo não apenas como uma teoria sobre o funcionamento da economia, desenvolvida entre 1930 e 1970, por Von Mises, Hayeck, Friedman e Becker, mas também como uma forma de vida definida por uma política para a nomeação do mal-estar e por uma estratégia específica de intervenção com relação ao estatuto social do sofrimento. Essa forma de vida articula moral e psicologia, economia e direito, política e educação, religião e teologia política, propondo um tipo de individualização baseado no modelo da empresa. Uma vida que deve ser apreendida, dirigida e avaliada como se faz com uma empresa. (SAFATLE; JÚNIOR; DUNKER, 2021, p. 7).

Logo, pensar no sujeito como uma empresa, como chefe de si mesmo, que

vive em uma terra sem leis e depende do seu próprio esforço para gerar renda, levamos a pensar que empreender surge como a visada lógica para os que não querem submeter seu tempo, sua força de trabalho e sua dependência financeira a terceiros. Porém, não se trata (nunca) de uma relação simétrica.

Essa racionalidade do neoliberalismo, que faz parte da biopolítica enquanto tecnologia de poder, opera sobre a vida da população e garante a vida dos chamados cidadãos. Segundo Coracini (2007, p. 106), “para ser considerado cidadão, o indivíduo precisa entrar nas regras do jogo hegemônico, ou seja, nas regras do jogo do poder e, nele, encontrar o seu lugar”. Desse modo, entendemos que não há como se constituir sujeito sem se submeter à ordem dominante do Estado-nação, como vimos no capítulo anterior. De acordo com Berger e Berger (2018, p. 64),

o estado-nação, através de diferentes instituições (escola, fábrica, manicômio, prisão etc.), alcança o imigrante mesmo se este estiver em um gueto. Essas instituições têm o poder de disciplinar tanto os que estão nela, como os que estão fora dela. Logo, esse imigrante, mesmo que não compartilhe dos valores morais da sociedade de imigração, estará sujeito ao mesmo processo disciplinador, ainda que esse exija dele um maior esforço de adaptação [...] esse poder disciplinador manifesta-se como técnica de poder essencialmente centradas no corpo individual (BERGER; BERGER, 2018, p. 64).

Por isso, entendemos que a relação Estado-migrante-acolhimento é intrínseca e (de)limitadora, ditando o discurso institucional nesse âmbito e, conseqüentemente, gerenciando sentidos e sujeitos. Diante disso, a constituição dos sentidos sobre as migrações e sobre os migrantes atuais, fortemente atravessados pelo cerceamento do Estado-nação, fortalecem a ilusão de que os brasileiros são superiores e resguardam a soberania nacional, e também reforçam a ideia de que os migrantes buscam “melhores condições de vida”.

Ora, sendo a “nossa” sociedade melhor que a “deles”, ofereceríamos, portanto, as tais melhores condições de trabalho, de saúde, de liberdade de expressão etc. Contudo, as condições que observamos nos mostram um cenário diferente. Dito isso, abordamos, na seção seguinte, essa relação, buscando dar ênfase ao lugar que é determinado ao migrante na sociedade por esse funcionamento.

2.2 SEU LUGAR (NÃO) É AQUI

Até aqui, vimos que a institucionalização de sentidos sobre as migrações e sobre os migrantes, bem como as formas de governamentalidade em nossa sociedade neoliberal, instituem os sentidos que tomamos como verdadeiros, como evidentes. No entanto, cabe problematizarmos o que parece estar pré-estabelecido como o “lugar” do migrante desfavorecido na sociedade brasileira. Como esses lugares são constituídos e que sujeitos ali se constituem?

Sabemos que os dispositivos jurídicos e institucionais “desempenham papel estruturante no cerc(e)amento dos sujeitos” (PAVAN, 2022, p. 35). Como vimos na seção anterior, o Estado-nação mantém mecanismos de governamentalidade que impactam nos modos de conduta de todos os sujeitos que estão sob seu domínio territorial, ou seja, “o Estado governa o imigrante como parte da massa populacional sobre a qual e através da qual exerce seu governo” (BERGER; BERGER, 2018, p. 65). Os migrantes, portanto, geralmente chegam ao Brasil sem condições financeiras para se restabelecer e ainda lhes são impostos valores culturais, morais e sociais que eles, na maioria das vezes, não compartilham. De certa forma, poderia ser ingênuo acreditar que as categorias nas quais os estrangeiros podem se enquadrar (refugiado, migrante, imigrante, exilado etc.) serviriam como forma de separá-los dos brasileiros para melhor acolhê-los, mas o cenário é outro. Essa categorização tem um funcionamento muito mais amplo, que impacta na construção desse “lugar” destinado ao migrante.

Segundo Da Rosa (2021a), a partir de sua leitura de Erner (2006), categorizar consiste em agrupar e homogeneizar elementos diversos. Todavia, “ao tornar fenômenos sociais contraditórios mais facilmente apreensíveis e compreensíveis, as categorias sociais [...] correm o risco de produzir imagens enviesadas, estereotipadas ou mesmo estigmatizadas” (DA ROSA, 2021a, p. 270). Assim, diferentes maneiras de nomear implicam diferenças nos modos de subjetivação e nas formações discursivas em que se inscrevem uns e outros (DA ROSA, 2021a).

Já dizia Foucault (2009) que um dos modos de objetivação do sujeito são as práticas divisoras, que atuam como uma forma de categorização. O filósofo chama de práticas divisoras o mecanismo em que o sujeito é dividido no seu interior e em relação aos outros (FOUCAULT, 2009). As categorizações enquanto práticas divisoras “servem” à governamentalidade no sentido de delimitar os sujeitos para que

seja possível melhor governá-los. Logo, as categorias atravessam “as práticas discursivas e intervêm nos processos de subjetivação e de significação” (DA ROSA, 2021a, p. 271). É nesse sentido que entendemos que, institucionalmente, instalam-se lugares preestabelecidos aos migrantes supostamente merecedores e não merecedores de acolhimento, os quais já saberíamos quem são, afinal, somos constituídos pela memória discursiva constitutiva da nossa formação social, histórica e política.

Ainda nas palavras de Da Rosa (2021a), as categorizações “justificam a triagem feita por diversas instituições” (DA ROSA, 2021a, p. 271), que determina quem são os desejáveis e os indesejáveis, os legais e os ilegais, os temporários e os permanentes e assim por diante. Por fim, também compreendemos com Da Rosa (2021a, p. 272) que as categorizações “servem aos processos de subjetivação, no discurso institucional, também ao atuarem na divisão entre os nacionais e os estrangeiros, os acolhedores e os acolhidos, os que oferecem e os que necessitam de ajuda.” Estando os migrantes devidamente demarcados como “não-nacionais”, inserem-se em um modo de governo específico que faz com que se identifiquem com certos lugares e não outros: determinadas vagas de emprego, locais a serem frequentados, onde e quando falar a “sua” língua, entre outros. Em síntese, o mesmo governo que lhes inclui ao mesmo tempo os fragiliza (BERGER; BERGER, 2018), que os (de)limita e que os agencia.

É importante destacar, ainda, que não somente as categorias institucionais, mencionadas no início do capítulo, fazem parte das formas de gerenciar os sujeitos migrantes, mas também a própria construção de uma categoria de inimigo em oposição aos que se enquadram como vítima. Basta observarmos que, para conseguir se enquadrar em uma das categorias, há uma série de comprovações que necessitam ser feitas e que possibilitam inúmeras interpretações, afinal, como seria (humanitariamente) possível diferenciar aquele que não pode voltar ao seu país por motivo de guerra daquele que não pode retornar por viver em extrema miséria? Segundo Berger e Berger (2018), não é raro que migrantes devam expor questões pessoais e evidenciar seus méritos, suas histórias de vida, para que possam sensibilizar os agentes públicos sobre sua condição. Assim sendo, o Estado-nação governa os modos de agir dos migrantes, atribui a eles uma identidade e os insere em controles disciplinares pautados por estratégias que se alteram em diferentes condições, como interesses econômicos, étnicos e morais.

No capítulo seguinte, trataremos de duas formas de gerenciamento dos sujeitos migrantes, que nos parecem ser sugeridas pelo discurso institucional como condicionantes de hospitalidade. Trabalhar e falar português parecem ser dois âmbitos que são impostos aos migrantes, para que só assim possam ser acolhidos. Ora, se precisam ser acolhidos, inseridos, é porque seriam diferentes, não estariam adequados aos padrões brasileiros considerados “superiores”. Portanto, antes, faremos um percurso sobre a noção de hospitalidade e de estrangeiro, aquele que nos choca com uma familiaridade incômoda e que nos mostra o que não queremos ver.

CAPÍTULO 3

O ESTRANGEIRO QUE (NOS) HABITA: HOSPITALIDADE PARA QUE(M)?

O encontro com o outro, o diferente, o estrangeiro, nos choca (KRISTEVA, 1994). Essa experiência choca no sentido de espantar, pegar desprevenido aquele que segue um suposto padrão, mas também causa um choque, um embate, “uma colisão entre línguas, culturas, modos de ser no mundo” (PAVAN, 2022, p. 31). O sentimento de nacionalidade exacerbado que constitui os chamados nativos brasileiros parece ser desestabilizado com a chegada de migrantes, de estranhos, que, através do choque, abalam e questionam a ilusão de imutabilidade da identidade individual e coletiva. Então, decidimos ignorá-los, seja pelo incômodo da piedade, seja pelo desprezo por ver uma certa perturbação da ordem e do bem-estar (CORACINI, 2010), o que também significa e aponta para uma escolha.

Escolhemos não tomar responsabilidade pelo outro, mas, ao ignorá-lo, acabamos reconhecendo sua presença. Nas palavras de Pavan (2022, p. 31), “somente lançando o olhar e o vendo é possível tomar a decisão de ignorá-lo”. Entretanto, é por meio dessa recusa que nos afasta que também nos identificamos, encontramos familiaridade no diferente. Isso nos remete ao que postula Freud (2019) sobre a noção de infamiliar (*unheimlich*), pois, ao mesmo tempo em que é desconhecido, porta algo de familiar.

Segundo o psicanalista, “o infamiliar é uma espécie do que é aterrorizante, que remete ao velho conhecido, há muito íntimo [...] seria propriamente algo do qual sempre, por assim dizer, nada se sabe” (FREUD, 2019, p. 54-55). Essa inquietação se dá pelo estranho sentimento de familiaridade, de já se ter visto ou vivenciado uma situação. A oposição entre estranho e familiar não se mantém de forma polarizada, pois, enquanto algo parece ser familiar, também causa estranhamento. É algo que “deveria ter permanecido oculto, mas veio à luz” (FREUD, 2019, p. 152). Portanto, compreendemos que o migrante que chega ao Brasil nos seria estranhamente familiar, confrontando-nos com essa estranheza, porque carrega algo de familiar com o qual nos identificamos. É possível dizer, então, que o estrangeiro nos constitui, somos estranhos para nós mesmos ao mesmo tempo em que nos reconhecemos (KRISTEVA, 1994). De acordo com a autora,

Estranha, também, essa experiência do abismo entre mim e o outro que me choca – nem mesmo o percebo, ele me anula talvez porque o nego. Diante do estrangeiro que recuso e ao qual me identifico ao mesmo tempo, perco os meus limites, não tenho mais continente, as lembranças das experiências em que me haviam deixado cair me submergem, descontrolo-me. Sinto-me “perdida”, “vaga”, “enevoadá”. Múltiplas são as variantes do sobrenatural: todas reiteram a minha dificuldade em me colocar em relação ao outro e refazem o trajeto de identificação-projeção que jaz no fundamento de meu acesso à autonomia (KRISTEVA, 1994, p. 196).

O estrangeiro escancara a presença daquele que é diferente de mim, mas que também me constitui, embora me seja desconhecido, inconsciente. A estranheza que sentimos quando o inconsciente se revela por meio da linguagem aponta para o estranho que nos habita, que incomoda por mostrar algo que não queremos reconhecer.

Isso nos leva a retomar a noção de sujeito da psicanálise freudo-lacanianiana que, juntamente com a noção de modos de subjetivação postulada por Foucault, nos ajudará a refletir sobre como se constituem os sujeitos migrantes inseridos nesse funcionamento institucional e político-econômico que estamos buscando problematizar. Além disso, só é possível encontrar possíveis marcas de resistência aos discursos dominantes compreendendo como se dá o processo de constituição do sujeito, intrinsecamente ligado à uma língua passível de falhas, furos, lapsos...

Num primeiro momento, poderíamos pensar que Foucault, ao tratar dos processos de subjetivação a partir de seu lugar enquanto filósofo, relacionando a subjetividade com as condições históricas, sociais e políticas de determinada época, não teria aproximação com os estudos da psicanálise freudo-lacanianiana sobre o sujeito, que o compreende como efeito de linguagem, sempre incompleto, marcado pelo inconsciente, como veremos adiante. No entanto, é justamente nesse ponto que podemos localizar uma convergência: em ambas as perspectivas, trata-se de um sujeito fragmentário, não coincidente consigo mesmo, que está sempre em processo de constituição, num eterno vir-a-ser.

Assim como iniciamos a construção teórica sobre os processos de subjetivação em Foucault, podemos começar a tratar do sujeito lacanianiano a partir do que ele *não* é: um indivíduo, único, completo e que pensa por si mesmo. Coracini (2019) retoma o que teoriza Lacan (1998, p. 581) ao propor um sujeito do inconsciente: “penso onde não sou, logo sou onde não penso”. Embora o psicanalista admita a importância de

Descartes, que tratava da noção de sujeito através da máxima “penso, logo existo”, Lacan vira do avesso a concepção de sujeito cartesiano e postula que é no campo do inconsciente que o sujeito advém, como efeito de significantes, como sujeito da linguagem (CORACINI, 2019), marcado pelo significante. Sendo a linguagem sempre faltosa, plurissêmica, caracterizada pela falha e pela falta, “o sujeito do inconsciente também foi denominado por Lacan (1975) *fa-lasser*, ser de fal(t)a, e, como tal, sujeito a quem sempre algo fal(t)a, nada se completa” (CORACINI, 2019, p. 92). Quando acreditamos ter alcançado a completude, deparamo-nos com a falta, com a impossibilidade da plenitude.

Assim, o sujeito é sempre sujeito da linguagem, instituindo-se e constituindo-se no e pelo espelho do olhar do outro, com quem se identifica e que dá a sensação de completude, camuflando a sua natureza clivada, dividida (CORACINI, 2007). Se o sujeito, portanto, “é onde não pensa”, como dizia Lacan, e também é efeito de linguagem (ou efeito entre significantes), podemos retomar o pensamento do autor ao postular que o “inconsciente é estruturado como uma linguagem”, ou seja, como uma cadeia de significantes sobre os quais não se tem controle. Isso implica dizer, para o autor, retomado por Da Rosa, Rondelli e Peixoto (2015, p. 269), que “o inconsciente possui um funcionamento metafórico e metonímico, visto que um significante sempre remete a outro significante, jamais deixando-se capturar”. Assim, pode-se dizer que o sujeito lacaniano emerge na e pela linguagem, ou seja, é sempre em uma relação com a ordem simbólica (FINK, 1998), sendo o Simbólico compreendido como a forma que o mundo é organizado pela linguagem, pela cadeia de significantes.

Podemos dizer que o Simbólico abrange o que é da ordem da representação. No entanto, o simbólico não existe de forma pura, pois há algo que falha, que não é possível representar. Portanto, cabe lembrar que ele está sempre amarrado com outros dois registros: o Imaginário e o Real. O primeiro está no âmbito do que pensamos controlar, da ilusão de que achamos ser possível circunscrever. O Real, por sua vez, não está atrelado à realidade, mas está na ordem do irrepresentável, é o que faz falhar, o que escapa, o que provoca que o sujeito tropece. O Real, segundo Fink (1998), é o que resiste à simbolização, escapando à linguagem. Esses três registros foram ilustrados por Lacan através do nó borromeano que, como três argolas conectadas, funcionam somente em coexistência. Voltaremos a esse ponto em seguida.

Quanto ao uso do termo significante, Lacan revisita a teoria de Saussure, na

qual o signo linguístico corresponde à união de um significado com um significante. Porém, na perspectiva lacaniana, não há união *a priori*. Para o psicanalista, o significante possui primazia sobre o significado, visto que, segundo o autor, é somente *a posteriori* que o significado se associa a ele.

Esse “divórcio” (ELIA, 2004, p. 19) entre significante e significado nos permite compreender que o significante prevalece sobre o significado e este se produz a partir da articulação entre os significantes, isto é, o que dá sentido a cada significante é o lugar que ele ocupa na cadeia de significantes. Na releitura lacaniana, o sujeito é o que um significante representa para outro significante. Essa forma de compreender o sujeito faz com que não seja possível apreendê-lo como unidade, visto que, “por ser efeito de uma cadeia significante, é somente na remessa de um significante a outro que tal sujeito pode ser compreendido” (DA ROSA, 2013, p. 63), logo, o sujeito só existe quando inscrito nessa ordem simbólica, até mesmo antes de nascer. Nas palavras da autora,

Antes de seu nascimento, o sujeito não é senão um polo de atributos, ou seja, de significantes mais ou menos encadeados em um discurso. Assim, sua existência já é sustentada e sua verdade já começa a ser construída na relação com o desejo dos pais, com o lugar que lhe cabe na família, com o modelo (ideal do eu) de ser humano que ele deve vir a ser. Por meio desse discurso, aos poucos, o sujeito é imergido na ordem simbólica, a qual passa a significá-lo (DA ROSA, 2013, p. 64).

Isso nos permite reiterar que não há sujeito fora da linguagem, pois é por intermédio dela que o sujeito pode se inserir na ordem simbólica e identificar-se. Contudo, se falamos que o sujeito – seja compreendido através de processos de subjetivação, seja através da teoria psicanalítica lacaniana – está sempre inacabado, cindido, como poderíamos nós, enquanto analistas de discurso, apreender rastros desse sujeito que se constitui marcado pelo inconsciente? Elia (2004, p. 14), em sua releitura de Lacan, postula que a experiência psicanalítica trazida de Freud “produz as condições de emergência do sujeito do inconsciente [...] e cria as condições de produção das chamadas formações do inconsciente – atos falhos, lapsos, sonhos, sintomas, chistes”. O sujeito, então, está onde escapa, onde “não pensa” e pode ser apreendido “entre”, nos tropeços da língua. É nesse sentido que se entende o inconsciente, na releitura de Freud feita por Lacan, como “o lugar onde a(s) verdade(s) do sujeito reside(m)” (DA ROSA, RONDELLI, PEIXOTO, 2015, p. 269),

pois vem das formações do inconsciente a possibilidade de o sujeito emergir.

Onde o sujeito se imagina inteiro, completo e centrado, o que se mostra é apenas uma máscara para sua verdade inacessível, que dá indícios de existência, porém, nunca é revelada por inteiro (PAVAN, 2022), pois há algo que sempre escapa da ordem da representação, como vimos anteriormente. O Real (sempre articulado com o Simbólico e com o Imaginário) é aquilo que faz falhar, que escapa, que permite que o sujeito tropece e que se “presentifique” num determinado instante.

Logo, é na e através das falhas da língua(gem) que podemos “refletir sobre as não coincidências entre aquilo que o sujeito pensa ser e o que ele (se) diz ser” (DA ROSA, RONDELLI, PEIXOTO, 2015, p. 269), assim como é possível apreender modos de o sujeito resistir ao que está posto como verdade supostamente evidente. Da mesma forma, também é na e pela língua que podemos buscar rastros dos processos de subjetivação que ensina Foucault. Trataremos da noção de língua na seção seguinte.

No entanto, antes disso, entendemos que pensar na noção de estrangeiro para si mesmo, de estranho familiar e suas implicações subjetivas, leva-nos a seguir a problematização sobre a acolhida que (não) é oferecida aos migrantes que chegam ao Brasil atualmente. Diz Kristeva (1994, p. 9), ao falar sobre o estrangeiro, que “por reconhecê-lo em nós, poupamo-nos de ter que detestá-lo em si mesmo”. Desse modo, o estranhamento que sentimos com os migrantes, mesmo que um pouco familiar, provoca embates tanto físicos quanto subjetivos, fazendo com que a tal hospitalidade brasileira se torne um tanto quanto hostil. Coracini (2007, p. 110) denuncia a finitude e a provisoriedade da hospitalidade, “que serve aos interesses momentâneos daqueles que têm poder, que estão no poder”. Logo, a hospitalidade universal, incondicional, em que o migrante não seja acolhido somente se tiver uma contrapartida a oferecer, é apenas uma utopia. Pensar numa sociedade que, ao mesmo tempo, insere e exclui, acolhe e rejeita, leva-nos a compreender os regimes de hospitalidade propostos por Derrida, foco da seção seguinte.

3.1 – SEJA BEM-VINDO SE...

Vimos no primeiro capítulo que a soberania estatal sobre o território brasileiro reforça o sentimento de nacionalidade exacerbado, que cria a ilusão de um povo

brasileiro ideal, homogêneo, monolíngue etc. No entanto, de acordo com Di Cesare (2020), essa soberania se coaduna com a hostilidade, porque se exerce sobre o país em que os cidadãos se veem como proprietários, donos, e se sentem autorizados a negar ou limitar o acesso dos estrangeiros. Entendemos, com isso, que a hospitalidade, que deveria ser incondicional (DERRIDA; DUFOURMANTELLE, 2003), não se dá da mesma forma, nas mesmas relações.

Derrida e Dufourmantelle (2003), num primeiro momento, descrevem o termo hospitalidade como o ato de hospedar, de abrigar, de alojar incondicionalmente, estando relacionado com o direito de asilo, com o ato de abrigar alguém, não impondo a este “estrangeiro” normas ou limites (ANDRADE, 2013). Contudo, em seu percurso teórico, o filósofo pontua que essa hospitalidade incondicional está na ordem do impossível, sendo ela sempre condicionada.

Na prática, os migrantes fragilizados submetem-se ao acolhimento dos brasileiros, “a regras de ‘hospitalidade’ do país que os recebe, vivenciando diferentes formas de dominação” (ANDRADE, 2021, p. 291). Em linhas gerais, o cenário das migrações atuais se repete: os países os acolhem, mas para mantê-los sob estreita vigilância (DI CESARE, 2020). Essa seria, segundo Derrida (2003), a hospitalidade condicionada. Deixamos que entrem em “nosso” país, se contribuírem de alguma forma (mas não de qualquer forma), ou ainda se cumprirem “nossas regras”.

Oferecemos-lhes nosso país como morada, se aceitarem as regras e condições que lhes são impostas e ainda se observarmos vantagens em tê-los em nosso espaço de convívio. Ou seja, vislumbramos esse outro como um objeto do qual podemos tirar proveito, retirando-lhe, geralmente, o direito de ser quem é. Pouco ou nada sabemos deles, mas exigimos que eles saibam o que desejamos e esperamos deles. Dessa forma, os obrigamos a se moldarem a uma matriz de comportamento que seja espelho de nós mesmos, de modo a domar a sua “estranheza”, a sua singularidade cultural e linguística, aos nossos padrões compartilhados. Exercemos sobre eles um controle, pois está sob nossa “vigilância” (ANDRADE, 2021, p. 301).

O termo “hostipitalidade” é proposto por Derrida (2000) e Derrida e Dufourmantelle (2003) para tratar da hospitalidade condicionada. A palavra hospitalidade, pela leitura do autor, deriva do latim *hospes* e conserva uma estranha semelhança com a raiz *hostis*, que significa tanto hóspede como inimigo, *hostil* (DERRIDA; DUFOURMANTELLE, 2003). Dessa forma, entende-se que a hostilidade está presente em qualquer ato de hospitalidade (PAVAN, 2022), pois há a

necessidade de o hospedeiro escolher, filtrar seus “convidados” (DERRIDA, 2000), aqueles a quem decide oferecer o direito de hospitalidade. Contudo, escolher implica excluir, sendo a hospitalidade e a hostilidade diretamente ligadas. Segundo Derrida e Dufourmantelle (2003), mesmo o hóspede enquanto convidado deve possuir uma data para partir, portanto, o acolhimento se dá por tempo determinado. Nessa dinâmica, chamada de hos(ti)pitalidade (DERRIDA, 2000), entendemos que, de alguma forma, quem acolhe também é hostil, o que nos remete também ao que Derrida (1972) chama de *phármakon*, que é remédio e veneno ao mesmo tempo.

Nas palavras do filósofo, o convidado (pensemos, aqui, na figura do migrante) é um “estranho tratado como amigo ou aliado, em oposição ao estranho tratado como um inimigo”¹⁵ (DERRIDA, 2000, p. 4), o que nos mostra a linha tênue entre a hospitalidade e a hostilidade, já que aquele que ocupa o lugar do anfitrião é quem dita as regras e as condições a serem seguidas por quem chega. Essa linha tênue entre ser hospitaleiro e ser hostil também reforça o lugar de hóspede e de hospedeiro, sendo que para que um exista, o outro precisa existir, ou seja, é preciso que haja alguém numa posição de inferioridade, de submissão, para que sejam atribuídos esses lugares aos sujeitos (CORACINI, 2007), em uma relação quase que parasitária.

Entendermos o funcionamento da hospitalidade condicionada nos leva a pensar que há um efeito de superioridade nos brasileiros que se instala no domínio da normalidade. Esse efeito ilusório, contudo, faz com que ignoremos que esse estranho nos constitui (KRISTEVA, 1994; FREUD, 2019) enquanto “possibilidade que signifiquemos o mundo, que sejamos vistos como sujeitos e que participemos de uma sociedade” (GAMBASSI; LIMA, 2020, p. 73). Portanto, ao compreendermos que a hospitalidade incondicional, como idealizada por Derrida, está no âmbito do impossível, passamos a relacionar a hospitalidade como sendo sempre um dispositivo de troca. Segundo Da Rosa (2023, p. 145), em sua leitura de Agier (2018), “a ideia da hospitalidade incondicional permanece, mas esta se dá, na prática, de forma situada, relacional e contextual”. De acordo com a autora, a vinda do estrangeiro “anuncia-se como fruto a-colher” (DA ROSA, 2023, p. 145), ou seja, haverá acolhimento, se houver algo em troca que possa beneficiar quem acolhe. De acordo com a autora,

¹⁵ Tradução nossa para: “The welcomed guest [hôte] is a stranger treated as a friend or ally, as opposed to the stranger treated as an enemy (friend/enemy, hospitality/hostility)”.

Essa espera pode ser associada à expectativa que temos ao “acolher” o outro, expectativa daquele que zela pelo tempo da colheita, do que está a-colher, ou seja, do modo como podemos vir a nos beneficiar com essa chegada: por meio do status de acolhedor, por meio do número de acolhidos, por meio do que Détourbe (2018) aponta como um “indicador” (DA ROSA, 2023, p.148).

Os estrangeiros se estabelecem, então, nesse lugar de instabilidade, onde há a obrigação de render frutos para a nova nação, atravessado pelos desafios impostos pela xenofobia racializada (FAUSTINO; OLIVEIRA, 2022) enfrentada diariamente por eles.

Contudo, faz-se necessário compreendermos como esses lugares se estabelecem, como esse efeito de verdade que paira sobre as posições assumidas pelos sujeitos se constitui. Não é raro associarmos como evidente que teríamos que acolher aqueles que vêm ao Brasil em busca de “melhores condições de vida”. Concordamos com Da Rosa (2023, 2021, 2018) que é o âmbito institucional que institui fortemente os sentidos sobre as migrações atuais. Já dizia Derrida (2000) que acolher o estrangeiro vulnerável não advém de uma questão sentimental, altruísta, mas sim de uma obrigação regulada por lei. A lei, tomada aqui como um dos discursos institucionalizantes, impõe ao migrante um lugar e, conseqüentemente, condições que devem ser aceitas por quem quiser ocupá-lo (DA ROSA, 2018). Portanto, dar um lugar também implica delimitá-lo, em um movimento de hos(ti)pitalidade, que acolhe, mas também exclui.

A partir da leitura de algumas pesquisas, como Da Rosa (2018; 2022; 2023), Marinucci (2017), Bertoldo (2018) e Ribeiro (2021), compreendemos que o discurso institucional parece estabelecer dois âmbitos como condicionantes da hospitalidade que, amparados em nossa visada teórica, acreditamos que são inseparáveis. Um deles seria o âmbito do trabalho, pois o que o discurso institucional sugere é que o migrante *precisa* trabalhar (e não em qualquer trabalho, como veremos adiante) – para ser mais tolerado. O outro âmbito seria o movimento, o esforço para aprender a falar português. Não é por acaso que vemos a disseminação de cursos de português como “língua de acolhimento” sendo oferecidos a migrantes. Esses âmbitos podem ser relacionados com a denominação que retoma Da Rosa (2021a), postulada por Moatti (2020), as formas controladas de acolhida. Aprofundaremos os dois âmbitos a seguir.

3.2 ...TRABALHAR E FALAR (BEM) PORTUGUÊS

No momento em que chegam ao Brasil, os migrantes se deparam com inúmeras barreiras, tanto físicas quanto simbólicas. A busca por trabalho como forma urgente de sustento, num primeiro momento, pode ser facilitada ao verem indústrias e frigoríficos aguardando na fronteira com inúmeras vagas a serem preenchidas, como foi o caso dos participantes da nossa pesquisa. Quando isso não acontece, órgãos governamentais criam iniciativas¹⁶ para interiorizar os migrantes, condicionando sua moradia à cidade das empresas que buscam por mão de obra.

Ao mesmo tempo, a inserção linguística parece ser outra barreira, visto que, desde a chegada ao território brasileiro, a língua portuguesa se impõe. O migrante teria direito a uma hospitalidade, mas com a condição primeira de “responder por um nome e isto lhe é imposto numa outra língua, a língua de quem o acolhe” (ANDRADE, 2013, p. 173). O estrangeiro deve-se justificar na língua do outro, arriscando-se a “ficar sem defesa diante do direito do país que o acolhe ou que o expulsa” (DERRIDA; DUFOURMANTELLE, 2003, p. 15). Conforme Mattos e Stübe (2021), o sujeito se depara com a necessidade de inserção em uma nova língua e com a inevitável inserção em outra formação social, onde sua língua não é valorizada, sequer ouvida.

É frequente que, no próprio movimento de interiorização, haja oferta de cursos de língua portuguesa como “língua de acolhimento”. Não por acaso, são ONGs, instituições sociais, grupos religiosos, grupos de professores voluntários, entre outros, que oferecem cursos como esses, o que, como veremos, reforça o que parece ser imposto pelo discurso institucional como “demandas” aos migrantes. Segundo Da Rosa (no prelo), “para as pessoas solicitantes de refúgio, o ensino da língua é uma de nossas primeiras ofertas, em associações religiosas e/ou não governamentais, em projetos de extensão de universidades etc.”. Logo, “falar português” passa a ser parte dessas obrigações dos sujeitos migrantes, que buscam cursos de língua portuguesa que prometem “acolhê-los” também por meio da língua, condicionando essa aprendizagem ao seu suposto sucesso na nova sociedade. Como problematizam Diniz e Neves (2018), no caso do ensino de português como a chamada “língua de

¹⁶ Um exemplo disso é a Operação Acolhida, criada em 2018 e chamada de “resposta humanitária para o fluxo migratório intenso de venezuelanos na fronteira”. A operação atua na interiorização “segura, ordenada e gratuita” dos venezuelanos para outras cidades do Brasil. A realocação está ligada com a demanda de mão de obra nas cidades para as quais os migrantes são enviados. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/operacao-acolhida> Acesso em: 02 fev 2024.

acolhimento”,

naturaliza-se, por exemplo, o imaginário de que o acesso a certas práticas letradas em português garantirá o acesso a posições sociais mais valorizadas socialmente, quando, na realidade, essa não é uma condição necessária e nem suficiente (DINIZ; NEVES, 2018, p.101).

A partir disso, antes de aprofundarmos teoricamente o que estamos compreendendo como o “falar português” como sendo um possível condicionante da hospitalidade, cabe delimitarmos teoricamente a noção de língua para os estudos discursivo-desconstrutivos.

Nos estudos discursivos, não compreendemos a língua como passível de ser dominada, como se fosse possível contorná-la enquanto unidade. Muito se fala, inclusive, em ser fluente em determinada língua, o que consideramos ser impossível, já que a língua é falha e não permite fluir, pois em certos momentos nos deparamos com abismos, retomando Kristeva (1994). Como já dizia Derrida (2001), essa língua homogênea, una, inalcançável é uma promessa sempre adiada. Logo, entendemos a língua como lugar de constituição de sentidos e sujeitos, sendo opaca e lugar de falha. É nessa falha, como vimos na seção anterior, que conseguimos apreender modos de subjetivação, pois o sujeito precisa se submeter à linguagem e à língua, à cadeia de significantes que o interpela, lugar da infinidade de sentidos, que permite que resvalam fragmentos do inconsciente (CORACINI, 2013). Pensamos nos sentidos como não sendo evidentes, abrindo-se espaço para falhas constitutivas – lapsos, atos falhos, que manifestam o sujeito através das irrupções na tessitura do discurso.

Coracini (2009) entende que toda língua se constitui de outras línguas – assim como não há discurso que não seja atravessado por outros dizeres, pelo já-dito. Nesse sentido, compreendemos que não há como separar completamente, tampouco definir as fronteiras entre línguas. Quando pensamos no imaginário que existe sobre o Brasil e o brasileiro – povo acolhedor, país multicultural, com melhores condições para se viver – também é reforçado o ideário de nação e nacionalidade que, estabelecido pelas fronteiras territoriais e linguísticas, separaria o que é “nosso”, familiar, e o que é “estranho”, estrangeiro. Falar “a” língua portuguesa, portanto, seria uma dessas fronteiras, como se fosse possível (de)limitá-la.

Segundo Pavan (2022, p. 60), “nesse contexto, o português representa a pátria e, intrinsecamente conectado às fronteiras territoriais, estrutura o que se entende por

Estado-nação e por sujeito nacional”. Diante disso, ser brasileiro estaria ilusoriamente ligado àquele que nasceu no território e fala sua língua. Essa imposição linguística nada mais é do que, também, uma imposição de poder, ou seja, é a língua da economia e da política, portanto, “da sociedade”. De acordo com Coracini (2007) que o colonizador pode (querer) impor a sua monolíngua pela força e/ou pela lei. Porém, acreditar que seria possível impor “a” língua portuguesa não passa de uma ilusão, tal como diz Derrida (2001).

Toda língua, portanto, não passaria de “um simulacro de unidade” (CORACINI, 2007, p. 49), pois não há língua única, completa inteira. O mito do monolinguismo produz a ilusão de que há uma unidade que configura o que é ser brasileiro. Conforme Derrida (2001, p. 19), “não falamos nunca senão uma língua, mas não falamos nunca uma única língua”. Não há, portanto, monolinguismo absoluto, pois a língua do outro sempre se cruza com a “minha”. A ideia de monolinguismo é, de acordo com Derrida (2001), atrelada a uma perspectiva logocêntrica de sujeito, que provoca sentimento de pertencimento a essa língua estanque que, na verdade, é um efeito. Apropriamos dessa ilusão de língua una, transparente, à busca por uma estabilidade, mas estamos a todo momento entre-línguas (CORACINI, 2007).

O lugar entre-línguas, ocupado pelos sujeitos (não só, mas também) cujas narrativas constituem nossa pesquisa, é um lugar de conflito, onde as palavras “se situam entre a tênue fronteira da possibilidade e da impossibilidade de se dizer” (ECKERT-HOFF, 2016, p. 140). Dessa forma, entendemos que é nesse espaço entre-línguas que se constituem os sujeitos migrantes e que, segundo Coracini (2007), é na relação ser-estar-entre-línguas que se forma uma língua híbrida, mistura de línguas e sentimentos, que influencia na constituição dos sujeitos, em constante construção. Portanto, sugerimos que é nesse espaço de confronto entre-línguas que podemos apreender traços dos sujeitos que ali se constituem, sendo possível apontar para marcas dos discursos neoliberal e institucional, bem como para possíveis formas de resistência a esses discursos, visto que, ao se deslocar de um território para outro, o deslocamento físico carrega consigo deslocamentos subjetivos que emergem nas línguas (ANGELUCCI, 2023).

Como estamos buscando construir desde o primeiro capítulo, neste estudo, partimos do pressuposto de que os sentidos e os sujeitos se constituem na e pela língua(gem), delimitados por certas condições de produção. Então, acreditamos ser incoerente concordar com uma visão de língua que a contemple apenas como um

objeto de comunicação, como parece ser o caso dos enunciados institucionalizados que circulam atualmente sobre o tal ensino de língua para os migrantes. A partir disso, interessa-nos refletir sobre essa concepção precarizada de língua que aparece no discurso institucional.

Como exemplo dessa precarização, podemos retomar o que Da Rosa (2018) postula sobre o âmbito universitário, que, mesmo com o objetivo de inserir os migrantes no espaço de sala de aula, tem editais de formas de ingresso (pouco) divulgados e redigidos em português, além de exigirem prova de redação e atestado de proficiência em língua portuguesa. Isso aponta para uma exigência de inserção linguística, que apaga quaisquer outros saberes que o migrante possa ter, até mesmo saberes academicamente reconhecidos em seu país de origem (DA ROSA, 2018), o que nos mostra que, além de ter a língua interditada, ele também é destituído de seus saberes e experiências. Nesse sentido, compreendemos que a problemática pode ser apreendida também nas relações de trabalho.

É frequente que cursos de português como “língua de acolhimento” sejam divulgados em empresas (frigoríficos, empreiteiras, construtoras etc.) onde trabalham muitos migrantes. No caso de nossos entrevistados, todos ficaram sabendo sobre o curso ofertado através do setor de recursos humanos do frigorífico que os empregava no momento da entrevista. Nos relatos trazidos na entrevista, muitos enfatizaram a questão da comunicação como um empecilho para o dia a dia no trabalho, não só pela dificuldade em conversar com colegas e com seu chefe, mas também pelo desconhecimento de seus direitos enquanto trabalhadores.

O migrante deve submeter-se à língua do hospedeiro para que assim possa cumprir as “regras da casa”, retomando Derrida e Dufourmantelle (2003). Nas palavras do filósofo,

O estrangeiro é, antes de tudo, estranho à língua do direito na qual está formulado o dever de hospitalidade, o direito ao asilo, seus limites, suas normas, sua polícia, etc. Ele deve pedir a hospitalidade em uma língua que, por definição, não é a sua, aquela imposta pelo dono da casa, o hospedeiro, o rei, o senhor, o poder, a nação, o Estado, o pai, etc. [...] A questão da hospitalidade começa aqui: devemos pedir ao estrangeiro que nos compreenda, que fale nossa língua, em todos os sentidos do termo, em todas as extensões possíveis, antes e a fim de poder acolhê-lo entre nós? (DERRIDA; DUFOURMANTELLE, 2003, p. 15).

Por isso, entendemos que a inserção linguística que é demandada não deixa

de ser impossível, pois, segundo Da Rosa (2018, p. 1544), a “barra instaurada pela língua-cultura de quem hospeda não representa apenas a dificuldade de acesso [...], mas o cerceamento, a castração imposta pelo sistema simbólico desse outro país”. Buscamos traçar esse percurso na análise envolvendo a noção de língua, pois, sabendo que a imposição do aprendizado da língua portuguesa faz parte do discurso institucional, aquele que institui sentidos, acreditamos ser possível apreender a “emergência do outro e a emergência da língua” (DA ROSA, no prelo), ou seja, através da língua, que é sempre entre-línguas, buscar marcas do que resiste ao discurso dominante.

Em síntese, parece haver, de certa forma, um movimento onde os brasileiros obrigariam os migrantes a se moldarem a certos comportamentos, estilos de vida, formas de falar etc., objetivo que não é (nem será) atingido em sua completude. Porém, em grande parte das vezes, isso não é explicitamente formulado, mas faz parte do funcionamento daquilo que todo mundo sabe ou deveria saber (MARIANI, 2015), no caso, os brasileiros (que estariam acolhendo os migrantes). No entanto, concordamos com Diniz e Neves (2018) no que diz respeito a uma (de)limitação desses sujeitos, sempre no âmbito da falta. Segundo os autores,

Assim como outros grupos minoritarizados, imigrantes e refugiados no Brasil vêm sendo, frequentemente, marcados por aquilo que temos denominado “discurso da falta”. Trata-se de um discurso essencialista e totalizador que, a partir de uma posição etnocêntrica, significa certos sujeitos por aquilo que supostamente “não são”, “não fazem”, “não sabem” e “não conhecem”, apagando, conseqüentemente, suas vivências, suas agências, seus saberes e seus conhecimentos [...] Como efeito desse discurso, naturaliza-se a ideia de que tais sujeitos não estão “prontos” para ocuparem os lugares que estão ocupando ou desejam ocupar (DINIZ; NEVES, 2018, p.100).

Dessa forma, compreendemos que falar português é uma demanda que está diretamente ligada ao ambiente de trabalho no qual os migrantes se inserem e que diz desse “não estar pronto”. Embora muitos tenham formação superior, por exemplo, trabalham em empregos com baixa remuneração e pouca valorização porque, mesmo que sejam profissionais, ainda precisam aprender português, ou seja, somente quando aprenderem é que “estarão prontos”. Esse adiamento parece funcionar como uma forma de manutenção do lugar de não pertencimento, que também influencia nas maneiras que os sujeitos se identificam.

Portanto, esse sujeito se constitui em meio às relações de trabalho (que são

relações de poder) e se subjetiva através da língua (que não é possível ser dominada, ensinada, sequer delimitada como língua portuguesa). Tendo isso em vista, para compreendermos de que forma o trabalho aparece também como um condicionante da hospitalidade, é preciso retomar, como vimos no capítulo 1, a relação entre migração e trabalho, que vem sendo construída desde a chegada dos europeus no Brasil, nos séculos passados. Então, entendemos que não há como separar o que compreendemos como migrações hoje da memória discursiva que atravessa os sentidos que se produzem sobre os migrantes que chegam ao país atualmente.

Sayad (1998) postula que a grande questão da migração era (e arriscamos dizer que ainda é) compreender como maximizar as vantagens (econômicas) e reduzir os custos (principalmente sociais e culturais) que a presença dos migrantes impõe. O sociólogo diz que essa formulação sustenta toda a história do fenômeno da migração, em que as regulamentações, mesmo mudando conforme as circunstâncias, impõem a todos o seu lugar em função das necessidades do momento (SAYAD, 1998). Conforme o autor, o imigrante só pode ser concebido indissociavelmente ligado ao trabalho, e poderíamos acrescentar que essa máxima parece estar posta como evidente nos discursos institucional, jurídico e até mesmo no humanitário. Em síntese, para Sayad,

um trabalhador imigrante (sendo que trabalhador e imigrante são, neste caso, quase um pleonasma), mesmo se nasce para a vida (e para a imigração) na imigração, mesmo se é chamado a trabalhar (como imigrante) durante toda a sua vida no país, mesmo se está destinado a morrer (na imigração), como imigrante, continua sendo um trabalhador definido e tratado como provisório, ou seja, revogável a qualquer momento. A estadia autorizada ao imigrante está inteiramente sujeita ao trabalho, única razão de ser que lhe é reconhecida (SAYAD, 1998, p. 54-55).

Entretanto, não se trata de qualquer trabalho. O migrante trabalhará no local e na função pré-estabelecidos por aqueles que compõem a elite do Estado-nação em que eles se inserem. Não falamos de um simples direcionamento, mas de toda uma ordem de discursos que impõe ao migrante o “seu lugar”. Desse modo, o trabalho acaba tornando-se um dever do migrante, que se vê obrigado a retribuir o suposto acolhimento que lhe é dado. Sendo assim, parece-nos que o migrante que se encaixa nesses moldes é mais “tolerado” que o migrante desempregado, que “mancharia a imagem nacional” e “geraria somente prejuízos ao país”, demandando do Estado.

Como, geralmente, os migrantes chegam sem nenhuma condição de se reestabelecer, acabam não tendo escolha a não ser trabalhar onde for, por mais precárias que sejam as condições.

Nesse cenário, os empregos destinados aos migrantes são, normalmente, aqueles que os brasileiros desprezam, ou seja, “que sobram”. Não à toa o lugar reservado àqueles que “não têm lugar”, onde a oferta de mão de obra é maior e mais precária, acaba sendo em frigoríficos, construtoras etc. Ainda é importante frisar que esse vínculo entre as políticas migratórias e trabalhistas acende um outro problema, além da precarização do trabalho: o risco de deportação (MARINUCCI, 2017). Em muitos casos, é o vínculo empregatício que determina a estadia do migrante no país, tornando o fenômeno ainda mais complexo.

Além disso, reiteramos que essa precarização e vulnerabilidade se acentua quando a condição migratória se intersecciona com questões de etnia, religião, classe social e cor de pele. Portanto, guardando as devidas exceções para aqueles que não se encaixam nessa (grande) parcela, os trabalhadores migrantes são ainda mais atingidos “pelos efeitos da atual conjuntura, sobretudo em termos de desemprego e subemprego” (MARINUCCI, 2017, p. 7). De acordo com o autor, o trabalho deixou de ser um instrumento de incorporação nas sociedades para se tornar um vetor da discriminação e exclusão social.

Portanto, compreendemos que o controle estatal, que coloca a migração laboral a partir dos critérios de deseabilidade (BERTOLDO, 2018), exclui a possibilidade de ingresso e permanência de todos aqueles que não são considerados qualificados para os padrões de desenvolvimento do país – os que estariam desempregados, por exemplo. Dessa forma, o modelo capitalista e neoliberal em que nossa sociedade se enquadra atualmente amplia a exploração do trabalho de migrantes, visto que, segundo Bertoldo (2018), a política migratória brasileira os sujeita a relações de trabalho mais suscetíveis a abusos e discriminação. Dito isso, parece-nos que o trabalho é o organizador e o estabilizador da complexidade migratória. Esse funcionamento aponta para uma forte marca da governamentalidade, que vimos no capítulo anterior, visto que a constante vigilância do trabalho é uma tecnologia disciplinar.

Contudo, interessa-nos frisar que a exploração dos trabalhadores migrantes também aponta para um cenário de precarização do trabalho como um todo. De acordo com Marinucci (2017, p. 7), “a violação dos direitos laborais dos estrangeiros

é, portanto, o ponto de partida para a vulnerabilização de toda a classe trabalhadora”. Logo, a partir da visada neoliberal, os sujeitos agiriam motivados pelos seus próprios interesses, ao passo que a precarização das condições de trabalho é ressignificada pela iniciativa empreendedora (DA ROSA, 2022), inclusive para os migrantes. Nas palavras da autora, “ao mesmo tempo em que o trabalho é defendido como um direito humano, também é mostrado como (única?) possibilidade de o migrante/refugiado ser digno e íntegro” (DA ROSA, 2022, s/p). Nessa visada neoliberal, difunde-se a ideia do empreendedorismo como alternativa para aqueles que desejam ter sucesso sem supostamente atrelar-se a um emprego formal. Disfarçada de “melhores condições de vida”, a precarização do trabalho (seja migrante ou não) emerge.

Empreender, portanto, carrega uma retórica inspiracional, onde a história de vida do migrante ganha outro sentido, o de publicizar seu produto/serviço. Nesse sentido, a suposta “decisão” de migrar se configura como um investimento em si mesmo, como se o fato de se deslocar, por mais traumático que possa ter sido, tenha contribuído para o empreendedor que se constituiu no Brasil. Esse movimento fortemente marcado pela lógica neoliberal direciona o pertencimento dos migrantes ao país pela via do bom trabalhador, do empreendedor, que não demanda do Estado, ou seja, eles devem ter autonomia sobre sua condição social e econômica. O migrante empreendedor, então, deixa de ser aquele que se temia, que se desconfiava, e passa a somar à “sociedade acolhedora”, cooperando para o bom desempenho econômico do país.

Percebemos que o discurso institucional se curva à lógica neoliberal quando instituições governamentais oferecem cursos de diversas áreas voltados ao estímulo ao empreendedorismo como solução para integrar os migrantes economicamente¹⁷. O que vemos é uma suposta parceria entre empresas privadas, que buscam cada vez mais cumprir uma pauta humanitária, e migrantes em busca de se reestabelecer na sociedade, com necessidade de geração de renda para sustento imediato de sua família. Essa relação, não por acaso, é assimétrica, pois é uma relação de poder.

Retomando o que Foucault postula sobre a racionalidade neoliberal, é

¹⁷ Além da plataforma Refugiados Empreendedores, existem instituições criadas com o intuito de propriamente integrar os migrantes que chegam ao Brasil. A Abraço Cultural, por exemplo, é uma instituição que preza pela “integração cultural, social e econômica” como sendo o caminho para uma “vida justa e digna”. São oferecidos cursos em diversas áreas, disponibilizados presencialmente no Rio de Janeiro e em São Paulo, e de forma online. Disponível em: <https://abracocultural.com.br/sobre-nos/#historia> Acesso em: 02 fev 2024.

interessante observar que, em um de seus exemplos, o filósofo descreve o migrante como um empreendedor, pois um dos elementos que constituem o capital humano é a mobilidade, ou seja, a capacidade de deslocamento. Nas palavras do autor, “a migração é um investimento, o migrante é um investidor. É um empresário de si mesmo que faz algumas despesas de investimento para obter um certo melhoramento” (FOUCAULT, 2008b, p. 317). Ora, se migrar, num primeiro momento, representaria um custo material e psicológico, com o tempo esse custo poderia ser revertido em melhorias. Contudo, como vimos no capítulo anterior, a crítica de Foucault sobre o neoliberalismo está no fato de que o empreendedor de si supostamente seria responsável pela sua vida, escolhendo deslocar-se ou ficar em seu país, optando por empreender ou continuar trabalhando onde está, por exemplo. Nessa lógica, desconsidera-se as relações de poder e os modos de governamentalidade geridos pelos Estados-nação.

Em síntese, oferecer cursos de português como “língua de acolhimento”, com o intuito de, muitas vezes, fazer com que os migrantes “se comuniquem” melhor e saibam seus direitos, e cursos de empreendedorismo para migrantes (mas não quaisquer migrantes), para que eles tenham uma oportunidade de “sair” da precarização das grandes indústrias, pode parecer inofensivo. Porém, como bem lembra Coracini (2019), enquanto analistas de discurso é preciso estar vigilante quanto à fixidez dos sentidos. Esse cenário, que parece estar dado como estável e fixo, leva-nos a questionar se esses âmbitos não estariam relacionados com o que retoma Da Rosa (2021a), postulado por Moatti (2020), como as formas controladas de acolhida. Perguntamo-nos que trabalho é esse que está sendo ofertado? Que língua é essa que está sendo ensinada? Que sujeito é esse que se constitui nessas condições? Buscaremos traçar algumas considerações na análise a seguir.

CAPÍTULO 4

DOS DESLOCAMENTOS GEOGRÁFICOS AOS DESLOCAMENTOS SUBJETIVOS

Antes de iniciarmos a construção da análise, entendemos ser necessário recuperar alguns pontos que têm nos orientado neste caminho. Partimos da ideia de que o discurso institucional não é somente constituído por textos oficiais, nem mesmo (re)produzido por organizações. Ao contrário, compreendemos como aqueles discursos que institucionalizam sentidos (discurso jurídico, jornalístico, humanitário, midiático, entre outros). Os sentidos cristalizados por esses discursos produzem o efeito de que, quando falamos em migrações, é somente de maneiras limitadas que conseguimos pensar/interpretar/dizer, e é para essa delimitação de sentidos (e sujeitos) que dedicamos nosso olhar durante a análise do *corpus* de nossa pesquisa. Da mesma forma, outro ponto central de nosso estudo é a questão do trabalho, e entendemos que não há como falar de trabalho nas condições de produção atuais sem compreender as marcas do discurso neoliberal, que responsabiliza os sujeitos (em tese, livres) por seus atos e, conseqüentemente, seus resultados.

Falar em discurso institucional e neoliberal nos leva a retomar o que vimos, com Foucault (2004; 2008; 2009; 2010), sobre as relações de poder e os modos de governamentalidade. É através desses mecanismos que a gestão se dá, mesmo que de formas sutis. Categorizar, por exemplo, é uma das ferramentas institucionalizantes que dividem e reforçam as dicotomias nacionais e estrangeiros, acolhedores e acolhidos, legais e ilegais etc. É importante ressaltar que toda essa gestão se dá governada por um Estado-nação que controla suas fronteiras e (de)limita o que seria “a” língua nacional e homogênea, o brasileiro “ideal”, entre outras marcas fortemente nacionalistas.

Nesse sentido, na perspectiva discursivo-desconstrutiva, partimos do pressuposto de que é na e pela língua que sentidos e sujeitos se constituem, sendo esta opaca, porosa, falha e passível de tropeços. São nessas falhas que o sujeito emerge. Sujeito do inconsciente, que fala onde não pensa, que é efeito de linguagem, sempre em processo, determinado pelas relações de poder em que se insere, em dado momento histórico. Por isso, articulamos as noções de sujeito do inconsciente,

postulada por Lacan, e de modos de subjetivação, trazida por Foucault, tendo em vista que, para ambos, trata-se de um sujeito fragmentário, em construção. Também vimos que sentidos e sujeitos são sempre constituídos atravessados por uma memória discursiva que recebemos como herança, nos termos de Coracini (2007), a partir da qual significamos o mundo.

No início do capítulo 2, vimos que é considerado refugiado todo aquele que não possa voltar ao seu país de origem, devido a perseguições políticas, problemas sociais, questões raciais, entre outros condicionantes descritos por lei. A partir dessa regulamentação, vemos que os haitianos, por exemplo, cujas narrativas compõem parte do *corpus* de nossa pesquisa, não se enquadram nessa categoria, por receberem visto humanitário e, em tese, serem livres para retornar ao Haiti quando quiserem.

No entanto, podemos nos questionar sobre o que essa diferença de nomeação implica, sendo que não é tão óbvio que os haitianos possam voltar ao seu país “quando quiserem”. Como vimos, desde o terremoto que dizimou grande parte do Haiti em 2010, a situação no país ficou insustentável tanto ambientalmente quanto política e economicamente (COSTA, 2016). Diante disso, se ambos (refugiados e migrantes) não “podem” regressar, o que os diferencia para que sejam juridicamente categorizados de formas diferentes? Nomear de uma forma e não de outra, como veremos, carrega implicações sócio-históricas e subjetivas, o que torna esse funcionamento bastante problemático. Voltaremos a esse ponto na análise a seguir.

Durante todo o percurso analítico, poderemos perceber o funcionamento do discurso institucional enquanto tática de governamentalidade para (melhor) governar os sujeitos e delimitar os sentidos, não somente no que diz respeito às categorizações, mas também ao que parece ser imposto como condicionantes de hospitalidade, como vimos anteriormente. Portanto, nesta primeira seção analítica, dedicamo-nos a compreender e a problematizar como os sujeitos migrantes são inseridos na racionalidade neoliberal através do que parece dizer respeito somente ao trabalho, e, junto a isso, conseguimos apreender marcas desse funcionamento institucionalizante que parece regula(menta)r as formas de acolhida aos migrantes.

4.1 REFUGIADOS EMPREENDEDORES: A CADEIA PRODUTIVA DO NEOLIBERALISMO

Quando falamos em refugiado, já estamos fazendo referência a uma categoria jurídico-institucional. Não existem “refugiados” *a priori*, mas somente após serem inseridos no agenciamento que assim os produz. Entendemos, então, que os sentidos que essa categoria institui são outros, se compararmos com imigrante, emigrante, exilado, entre outras. Falar em refugiados também é dizer vítima, pessoa em situação de vulnerabilidade, indicar que este (e não outro) precisa de ajuda. Parece-nos que essa é a base do discurso institucional sobre o acolhimento, ou seja, “estes serão acolhidos *porque* são vítimas, *porque* não têm outra escolha, *porque* não podem voltar ao seu país”. Em relação aos juridicamente categorizados como migrantes, os sentidos são outros: em sua maioria, estes são vistos como migrantes laborais, que trabalham (e vivem) em situações precárias, nas agroindústrias, por exemplo, com trabalho braçal e desvalorizado, mas que poderiam voltar ao seu país, caso quisessem.

Para os que se enquadram na categoria de refugiado (vítima, vulnerável...), ou seja, aqueles que *precisam* da ajuda dos brasileiros, parece ser apresentada uma outra opção de trabalho: a possibilidade de ser um refugiado *empreendedor*. Para problematizarmos essa questão, analisaremos seis recortes do site Refugiados Empreendedores, plataforma que foi instituída para ser referência aos refugiados que desejam empreender, e, portanto, acreditamos que reúna elementos e regularidades que nos ajudem a compreender essa problemática.

A plataforma Refugiados Empreendedores foi criada pelo ACNUR, em parceria com o Pacto Global, durante a pandemia da COVID-19. O fato de o site ter sido proposto por iniciativa governamental já aponta, antes de mais nada, para um direcionamento do discurso institucional, sendo parte do funcionamento de um discurso autorizado, legitimado. Junto a isso, falar em refugiados *empreendedores* aponta para o atravessamento do discurso neoliberal, em que os sujeitos empreendedores teriam mais sucesso do que aqueles que trabalham para um chefe. Seriam, portanto, autônomos e bem-sucedidos. Aprofundaremos essas questões a seguir.

Para iniciarmos, cabe ilustrarmos como o site está configurado e como ele se apresenta, pois é possível perceber uma articulação entre os discursos institucional

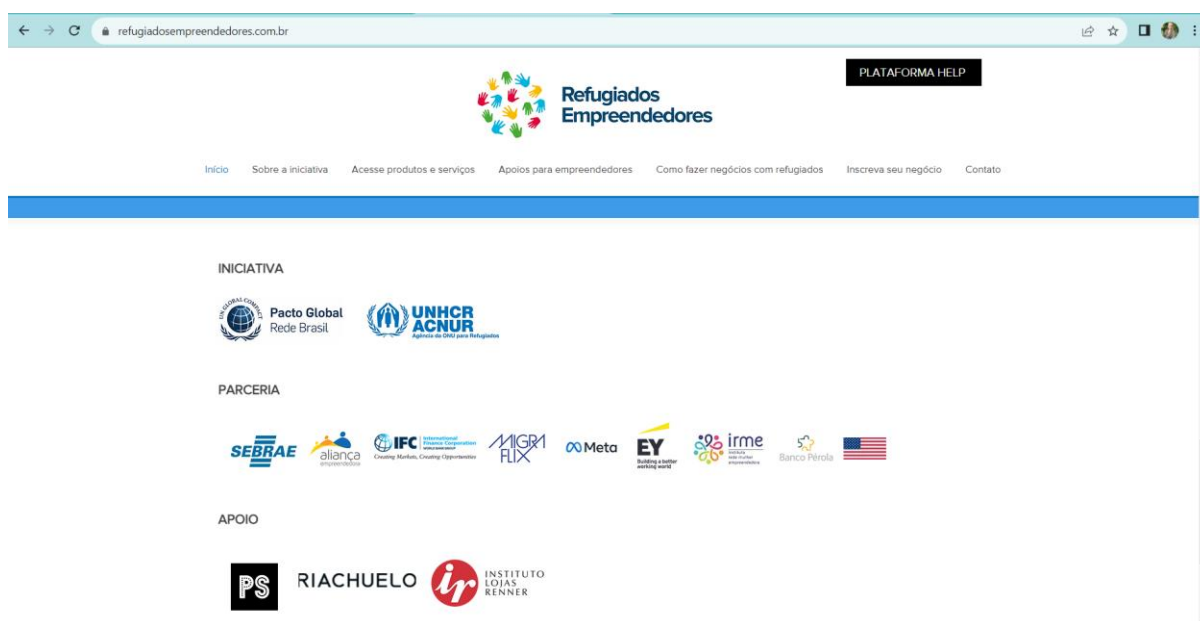
e neoliberal desde as condições de produção dos recortes analisados. Vejamos as Figuras 2 e 3 a seguir.

Figura 2: captura de tela da seção “Início”.



Fonte: <https://www.refugiadosempreendedores.com.br/> Acesso em: 6 set 2022

Figura 3: captura de tela da seção “Início”, com foco nas parcerias.



Fonte: <https://www.refugiadosempreendedores.com.br/>¹⁸ Acesso em: 6 set 2022

Vemos, na Figura 2, o menu superior com as opções “Início; Sobre a iniciativa; Acesse produtos e serviços; Apoios para empreendedores; Como fazer negócios com refugiados; Inscreva seu negócio; Contato”. Apesar de as figuras acima servirem

¹⁸ As empresas que constam na imagem, da esquerda para a direita, na linha “Parceria” são: Sebrae, Aliança Empreendedora, Internacional Finance Corporation, Migraflax, Meta, Ernest & Young, Instituto Rede Mulher Empreendedora, Banco Pérola. Apoio: Primavera Sound, Riachuelo e Lojas Renner.

como ilustração da plataforma, a fim de contextualizar a página e explicitar o percurso que fizemos para buscar os recortes que analisamos, não há como escapar do nosso olhar que existe uma representação do refugiado na posição de vulnerabilidade através da imagem da mulher veiculada ao entrar no site. É através do interdiscurso que podemos fazer essa relação, visto que, historicamente, a mulher é representada em posição de subjugação ao homem, sendo vista como mais frágil, menos capaz e que demanda mais ajuda.

Somando seu semblante sorridente ao enunciado “apoios para empreendedores”, formular dessa forma compõe uma rede de sentidos que, ao mesmo tempo, também nos permite interpretar que, se ela está feliz, só pode ser porque recebeu o *nosso* apoio. À direita, vemos um botão no canto superior que diz “PLATAFORMA HELP”, na cor preta, que salta aos olhos por destoar das cores da página. Esse pequeno detalhe parece reforçar a rede de sentidos que pressupõe que esse refugiado precisa de ajuda, e esse seria o lugar do socorro.

Ainda interessa-nos ressaltar as parcerias e os apoiadores do site na Figura 3, que afirmam o atravessamento neoliberal que buscamos problematizar durante a análise, visto que empresas privadas estão em “parceria” e “apoio” com a ONU. Essa seção muito significa quando pensamos em nossa sociedade atual, onde as trocas comerciais, muitas vezes, estão disfarçadas de parcerias. Voltaremos a esses pontos durante a análise dos recortes a seguir.

Neste primeiro momento, vamos focar no que é tratado na aba “sobre a iniciativa”, já que se configura como espaço de apresentação da plataforma. O texto de apresentação segue replicado a seguir e consiste em nosso primeiro recorte:

R1:

A Plataforma Refugiados Empreendedores **surge no contexto da crise global despertada pela pandemia de Covid-19 como uma ferramenta para dar maior visibilidade aos negócios liderados por empresários(as) e refugiados(as) no Brasil.**

[...]

Nesse contexto, **é essencial promover parcerias inovadoras para a inclusão das pessoas refugiadas através da expansão das oportunidades de subsistência a longo prazo.** Mais do que ser a principal ferramenta do ACNUR para apoiar o empreendedorismo dos(as) refugiados(as), essa plataforma **pretende se consolidar como referência para o setor privado para a promoção de como fazer negócios com refugiados.**

Por aqui, também **é possível encontrar uma série de histórias incríveis e inspiradoras**, que podem ajudar tanto refugiados(as) que queiram iniciar ou fortalecer seus negócios no país quanto brasileiros(as) que desejam

conhecer mais sobre esses empreendimentos – e incluí-los em seu dia a dia. (ACNUR; PACTO GLOBAL, [s.d.], [s.p.], grifos nossos).

Nos primeiros parágrafos, contextualiza-se que a plataforma surge no contexto da chamada crise global despertada pela pandemia de COVID-19, e se autointitula como sendo uma ferramenta para dar maior visibilidade aos negócios liderados por empresários(as) e refugiados(as) no Brasil. Cabe, antes de tudo, pontuar que se está falando de “empresários e refugiados”, ou seja, não é qualquer refugiado, são “empresários”. Coracini (2007) relaciona o “e” com o hífen, que, ao mesmo tempo, une e separa, “funcionando como um elo e um intervalo” (DA ROSA, 2013, p. 10). Nas palavras de Gambassi (2022, p. 116), o traço que cinde ao mesmo tempo em que conecta aponta para “um eterno adiamento de hospitalidade”. Podemos interpretar que tratar de “empresários e refugiados” teria como efeito a inclusão em determinado grupo (os empresários), mas, ao mesmo tempo em que se promete incluir alguns refugiados, também se exclui tanto o grupo dos migrantes que não são admitidos como refugiados, quanto o dos refugiados que não são vistos como empresários nos moldes da plataforma.

Percebemos, também, uma dissonância, pois dar ênfase a “empresários” faz com que os sentidos produzidos sejam outros. Se empresários, na visada neoliberal, teriam sucesso com seus próprios negócios, porque estariam, então, solicitando refúgio? Não há como ignorar o fato de que esse direcionamento está amarrado com uma memória das migrações dos europeus para o Brasil, no século XIX, aqueles que foram requisitados (ANDRADE, 2021; DA ROSA, 2018), que vieram para “enriquecer a cultura” e “trazer progresso” ao país. Podemos indagar se esse movimento institucionalizado de querer que os refugiados se tornem “empreendedores”, “donos do próprio negócio” não estaria relacionado com um movimento de agenciamento, que busca separar aqueles que foram “requisitados” dos que não foram.

Além disso, as expressões “negócios liderados por” e “promover parcerias inovadoras” são marcas linguísticas que apontam para o funcionamento do discurso neoliberal, de forma que, ao dizer desse modo, é mobilizada uma rede de já-ditos que faz parte do processo de governamentalidade que estamos buscando compreender. Entendemos que dizeres como “líder” e “parcerias” sugerem uma resignificação das relações hierárquicas, por vezes exploradoras, moldadas pela nossa sociedade neoliberal e capitalista. Segundo Costa e Chiaretti (2023, p. 5), no neoliberalismo, a

relação patrão e funcionário é substituída por uma relação contratual diferente, em que “delimitações a respeito do trabalho são vagas e, sendo assim, são também menos afeitas às sujeições jurídicas, mais passional e mesmo controlável, logo, mais sujeitas a uma série de faltas e excedências”.

Essa mudança no modo de dizer provoca um efeito de apagamento da exploração do trabalhador, visto que formular dessa forma sugere que, se alguém não quiser se submeter a um chefe, então deve “liderar seu negócio”, ou ainda, se resiste a um sistema de exploração, então deve firmar “parcerias”. Isso provoca o efeito de que ser empreendedor colocaria esses refugiados em outro âmbito, o âmbito comercial fortemente atravessado pelo neoliberalismo. Esse discurso parece delimitar também os modos possíveis de resistência, pois não é de qualquer forma que os migrantes podem se inserir nesse funcionamento. Aprofundaremos essa questão na análise do Recorte 4.

Porém, as “parcerias inovadoras” nos permitem analisar outra questão, pois o enunciado continua da seguinte forma: “é essencial promover parcerias inovadoras *para a inclusão* das pessoas refugiadas através da expansão das oportunidades de subsistência a longo prazo”. Assim, entendemos que são as parcerias que permitirão incluí-los, e essa acolhida será por meio da expansão de oportunidades. Retomando Derrida (2003), são os “donos da casa” que determinam as condições da hospitalidade que será oferecida. Como a plataforma tem como objetivo “consolidar-se como *referência para o setor privado* para a promoção de como fazer negócios com refugiados”, podemos perceber rastros de que há, de certa forma, uma necessidade de mostrar vantagem aos brasileiros – mas não quaisquer, nem todos os brasileiros, e sim àqueles que fazem parte do setor privado e que, supostamente, recebem os migrantes de forma hospitaleira – dando empregos ou “firmando parcerias”. Esta, para nós, é uma forma de problematizarmos também a hospitalidade condicionada, trazida por Derrida (2003), pois isso reforça que somente “estes” migrantes, que além de ser refugiados, empreendem, mereceriam acolhimento.

Ainda precisamos atentar ao que se chama de “histórias incríveis e inspiradoras”. Ao se dizer desse modo, produzem-se sentidos de que estes são os refugiados que são exemplos a serem seguidos, afinal, suas histórias serviriam de inspiração. Contudo, observando a sequência do enunciado, percebemos que não se trata de qualquer história que será veiculada no site: “podem ajudar tanto refugiados(as) que queiram iniciar ou fortalecer seus negócios no país quanto

brasileiros(as) que desejam *conhecer mais sobre esses empreendimentos – e incluí-los em seu dia a dia.*” Ora, no site, encontram-se “histórias incríveis”, mas o convite é para que os brasileiros conheçam “mais sobre esses empreendimentos” e possam “incluir-los em seu dia a dia” – os empreendimentos, não os refugiados, por mais que tenham histórias inspiradoras. Isso nos leva a retornar à primeira parte de R1 e perceber que essa é uma construção feita desde o princípio: a plataforma se intitula como ferramenta para dar maior visibilidade aos *negócios* liderados por refugiados, e não aos próprios refugiados ou as suas histórias de vida, isto é, o que parece estar em questão na plataforma é dar visibilidade às histórias de sucesso do empreendedor e não do refugiado – e, conseqüentemente, “acolher” os empreendedores.

Parece estar na ordem da evidência que as tais histórias inspiradoras seriam as histórias de vida, pois, na visada neoliberal, o sujeito seria sua própria empresa. Retomando a crítica de Foucault (2008, 2010), nessa perspectiva, não haveria como dissociar a renda, portanto, o sucesso financeiro, do trabalhador e de sua competência. Com isso, percebemos que a história inspiradora está vinculada com o sucesso financeiro, logo, o acolhimento também estaria, já que serão os empreendimentos a serem incluídos no dia a dia dos brasileiros (e relembramos que não são quaisquer brasileiros, e sim os que fazem parte do setor privado e, conseqüentemente, obteriam vantagem na cadeia produtiva).

Dessa forma, podemos notar que o discurso neoliberal deixa marcas em um âmbito legitimado, que é o âmbito institucional. Sendo um discurso institucionalizado, autorizado por órgãos governamentais, como é o caso da plataforma Refugiados Empreendedores, percebemos o forte impacto do Estado-nação sobre os sujeitos, isto é, o mesmo governo que os inclui ao mesmo tempo os fragiliza (BERGER; BERGER, 2018). Não se busca incluir o sujeito, e sim seu negócio, que trará benefícios econômicos ao país. Hos(ti)pitalidade.

Como vimos na seção metodológica, o site Refugiados Empreendedores conta com dois direcionamentos: um para quem é refugiado e deseja empreender e outro para quem deseja fazer negócios com refugiados (FIGURA 4).

Figura 4: captura de tela da seção “Início” com foco na divisão do site.



Fonte: <https://www.refugiadosempreendedores.com.br/> Acesso em: 6 set 2022

Para analisarmos os próximos recortes, partiremos da primeira seção, chamada “sou um(a) refugiado(a) empreendedor(a) ou gostaria de empreender” e, após, dedicaremos nosso olhar aos recortes da segunda seção, chamada “quero fazer negócios com refugiados(as)”.

Chamamos a atenção a seguir para duas abas da seção “sou um(a) refugiado(a) empreendedor(a) ou gostaria de empreender”: apoios para empreendedores e inscreva seu negócio. Vejamos a primeira, ilustrada pela Figura 5, que introduz o Recorte 2.

Figura 5: captura de tela da seção “Apoios para empreendedores”.



Fonte: <https://www.refugiadosempreendedores.com.br/apoios-para-empresendedores> Acesso em: 6 set 2022

R2:

Nesta seção, você vai encontrar uma série de **recursos on-line gratuitos para ajudar na sua capacitação**, seja você dono do seu próprio negócio, ou um empreendedor que ainda está na fase de planejamento. Também reunimos por aqui uma série de **dicas para que você consiga crédito para a sua empresa**, assim como instituições parceiras, que podem lhe ajudar nesta caminhada. Bons estudos!

Na aba chamada “apoios para empreendedores”, foram compilados cursos sobre, principalmente, administração básica, educação financeira, liderança e marketing, o que nos sugere outra dissonância. Supostamente, esses refugiados seriam empreendedores, mas não saberiam administração básica, ou ainda seriam líderes dos próprios negócios, mas precisariam aprender a liderar. Essas interpretações parecem nos dar uma ideia daquilo que não se diz ao se dizer “empreendedor”. Retomando Foucault (2008a), os já-ditos (mas também jamais-ditos) são ressignificados a cada novo dizer, então, tratar de “empreendedores”, nesse caso, reforça, ao mesmo tempo em que busca apagar, toda a memória construída sobre as migrações (que “estes” não são bem-vindos porque demandariam do Estado, logo, melhor seria ensiná-los a empreender).

Diante disso, partimos do pressuposto de que os refugiados – que seriam empreendedores ou que desejariam empreender – precisam ter ferramentas para acessar o site (celular ou computador), para que assim possam acessar os materiais, e, ainda, precisam entender a língua portuguesa, pois todo o site está em português. Neste ponto, percebemos como está marcada a ilusão de português como língua nacional, língua única e imutável, que, como vimos, não passa de uma promessa (CORACINI, 2007; DERRIDA, 2001). Sendo uma aba voltada aos migrantes, parte-se do pressuposto que eles *devem* saber português. Retomando Da Rosa (2018), o migrante, além de ter a língua interdita, também é destituído de seus saberes, ou seja, por mais que ele “saiba” administrar um negócio, tenha formação na área, a barreira linguística se impõe como condicionante também para o sucesso do empreendimento. Quando clicamos na aba “idioma”, imaginamos que seria possível escolher outra língua nesse campo, mas o que acontece é apenas uma divisão dos cursos que foram gravados em português e em espanhol, o que também apagaria todas as demais línguas, reduzindo os migrantes que “podem” ser empreendedores apenas aos que têm acesso a uma dessas duas línguas.

Nessa seção, há, também, outro ponto que nos mostra a forte articulação comercial que há no site. Os cursos oferecidos na plataforma são disponibilizados de forma gratuita, contudo, não foram elaborados pelos próprios organizadores do site, mas sim, terceirizados de outras instituições, tais como Aliança Empreendedora, Migraflif, Facebook, Sebrae, Itaú, Senai e Bradesco. Por mais que haja um apelo humanitário, que parece recobrir os sentidos, as “parcerias” são uma marca bastante reforçada, como vimos na Figura 3. Não à toa as instituições com foco específico em migrantes, como a Migraflif, por exemplo, também oferecem cursos de língua portuguesa, logo, o caminho comercial parece estar previamente articulado: entrar no site, deparar-se com a necessidade de assistir a cursos, mas, por não compreendê-los, ir atrás de aulas de português. Essa rede também fica visível nas seções seguintes, como veremos adiante.

Além dos cursos, guias e cartilhas disponibilizados nessa aba, há outro ponto que demanda nosso olhar (FIGURA 6), visto que objetivamos analisar o atravessamento dos discursos institucional e neoliberal na plataforma.

Figura 6: captura de tela da seção “Acesso a crédito/microcrédito”.



Fonte: <https://www.refugiadosempreendedores.com.br/credito> Acesso em: 6 set 2022

R3:

Aqui você encontra uma lista de instituições que oferecem crédito e microcrédito para refugiados que sejam donos do seu próprio negócio. Confira os requisitos, as taxas de juros e o período de carência de cada linha. **E, para tomar uma decisão ainda mais informada, não deixe de ler a nossa Cartilha de Informações Financeiras para Migrantes e Refugiados.** [grifos do site]

Visualize a cartilha em português, espanhol, inglês, árabe ou francês.

A aba “acesso a crédito/microcrédito” é um ponto interessante para nossa análise. A existência de uma aba como essa já aponta para o pressuposto de que, se está ali, é porque obviamente os refugiados que empreendem ou querem empreender precisariam pedir empréstimo. Como vimos, é marca dos discursos institucionalizados a produção de efeito de obviedade, aquilo que “todo mundo sabe (ou, se não sabe, deveria saber)” (MARIANI, 2015, p. 51).

Pela forma como o enunciado foi construído em “Para tomar uma decisão ainda mais informada, não deixe de ler a nossa cartilha...”, vemos que a tomada de decisão, na verdade, já foi feita, ou seja, a partir desse momento, a decisão será apenas “mais informada” do que antes. Não podemos deixar de observar que, nessa aba, inglês, árabe e francês são adicionadas às possibilidades de tradução do material, e não

acreditamos ser por acaso. Vemos que se constrói um efeito de sentido de que os migrantes precisam de microcrédito, antes, sequer, de acessarem os cursos instrutivos para abrir uma empresa. A questão financeira se coloca como principal barreira, e as parcerias com instituições financeiras que vimos no recorte anterior aqui retornam. Caso precisem pedir empréstimo, o que parece já estar decidido, os refugiados já teriam a indicação de certos bancos, reforçando as parcerias comerciais que beneficiam somente um dos polos.

Essa parece ser uma reação contra aqueles que viriam para desestabilizar o imaginário homogêneo do que é ser brasileiro. Dessa forma, é preciso ensiná-los a pedir empréstimo (já que se pressupõe que os refugiados empreendedores não tenham recursos para abrir seu negócio) para que assim, supostamente, eles se enquadrem no que seria considerado aceitável, tornando-se autônomos e deixando de demandar do Estado.

Para seguirmos problematizando essa questão, analisaremos a aba “Inscreva seu negócio”, ilustrada pela Figura 7.

Figura 7: captura de tela da seção “Inscreva seu negócio”.



Fonte: <https://www.refugiadosempreendedores.com.br/inscricao> Acesso em: 6 set

2022

A aba em questão serve como local para que refugiados que já possuem sua empresa possam cadastrá-la, a fim de que seja divulgada no site. Vamos nos deter, para a análise, no texto escrito que acompanha a instrução para o processo de cadastramento de um novo negócio. Chamamos a atenção aos “requisitos que devem ser obedecidos”. São nove itens que regulam a divulgação de empresas criadas por refugiados no site. Recortamos seis deles para fazermos algumas considerações.

R4:

- Os empreendedores **devem ser refugiados(as) ou solicitantes de refúgio**. No caso dos venezuelanos, pessoas com o status de residente temporário também poderão submeter suas atividades;
- O empreendimento **deve contar com redes sociais ativas** e, preferencialmente, algum telefone para que potenciais consumidores e parceiros – além da equipe do ACNUR – entrem em contato. **Serão consideradas apenas redes sociais totalmente dedicadas ao empreendimento, não redes sociais pessoais**;
- Além de informações sobre a história e trajetória do empreendedor, **será necessário incluir fotos do empreendimento** - nossa equipe irá fornecer orientações referentes à imagem;
- Poderão ser inscritos negócios de qualquer área, sejam formais ou informais, **mas é importante que a empresa já esteja em funcionamento e que haja planejamento de médio prazo**;
- Para ser incluído na plataforma, **é necessário que o empreendimento comercialize algum produto original** – ex.: alimentação, artesanato, moda, etc. **Não serão incluídos na plataforma empreendimentos dedicados à revenda de produtos**. Empreendimentos que envolvam a prestação de serviços serão avaliados individualmente pela nossa equipe.
- **Caso o negócio seja descontinuado**, ou haja mudança de setor, pedimos que o empreendedor entre em contato com o ACNUR comunicando a mudança, para que o ajuste no conteúdo seja feito ou, em caso de encerramento das atividades, para **que o case seja removido da plataforma** (ACNUR; PACTO GLOBAL, [s.d.], [s.p.], grifos nossos).

Há uma regularidade em todos os itens: o uso de imperativos, característica marcada do discurso institucional, como “deve ter”, “deve ser”, “é necessário”, “é importante”, além do uso de condicionantes como “caso X...Y”. Ora, estamos falando de uma plataforma que se diz ferramenta para auxiliar refugiados que empreendem ou gostariam de empreender, mas o que vemos são mais restrições do que facilidades. O discurso institucional, com marcas como essas, apresenta o trabalho como condicionante de hospitalidade, pois só acolhe/inclui se o diferente se mantiver em seu devido lugar (trabalhando), partindo do pressuposto de que os sentidos já estão cristalizados (DA ROSA, 2018).

Podemos melhor articular esses sentidos produzidos com o que Derrida (2003) postula sobre a hospitalidade condicionada. Os “donos da casa”, portanto, ditam as condições: *podemos ajudar você, mas somente se for refugiado ou solicitante de refúgio, se tiver habilidade para já ter criado e alimentado uma rede social, se souber e já tiver tirado fotos que ilustrem seu negócio, se já tiver feito planejamento de médio prazo, caso seu produto seja original (portanto, não seja pirataria) e caso seu negócio*

não feche. No viés neoliberal, como vimos, a responsabilidade recai sobre o indivíduo, e parece vir daí a pressuposição de que o “refugiado empreendedor” já tenta dado conta de aprender e fazer tudo sozinho, tal como um *self-made man*¹⁹. A plataforma entra somente como forma de visibilidade, o que pode ser interpretado como um efeito de isenção, como se não houvesse todo o agenciamento institucional e governamental funcionando nesse discurso. É interessante observarmos que, em “para ser incluído na plataforma, é necessário que...” o verbo *incluir* retorna, possibilitando outros sentidos. Enquanto, na apresentação da plataforma, a inclusão está relacionada às “parcerias inovadoras”, aqui, há inúmeros condicionantes para a tal inclusão, não somente as parcerias.

Por último, ainda destacamos, nesse recorte, um ponto que nos chamou a atenção e que podemos relacionar com o que analisamos no primeiro recorte. Observamos o segundo item, em que consta que “serão consideradas apenas redes sociais totalmente dedicadas ao empreendimento, não redes sociais pessoais”. Apesar de estar dito, na aba de apresentação, que no site encontraremos histórias incríveis, nesta seção, é reforçado que as páginas nas redes sociais não podem ser pessoais, ou seja, não devem conter traços das tais histórias, a não ser que sejam histórias circunscritas pelo âmbito do trabalho. É interessante observar, no item 3, que se trata de “informações sobre a história e a trajetória do empreendedor”, então não é sua história de vida, não é a narrativa de si, e sim a história enquanto empreendedor, (de)limitando o lugar que esse sujeito pode assumir e do qual pode falar, narrar sua história.

Da mesma forma que esse lugar de “inserção” é delimitado, também compreendemos que são barrados os possíveis modos de resistência, pois há inúmeros condicionantes atrelados à permanência ou não da divulgação da empresa no site. Logo, se algo não estiver conforme o ordenado, o empreendimento não é aceito ou é excluído da plataforma. Hos(ti)pitalidade.

Esse primeiro movimento de análise sugere que o discurso institucional determina o que se entende por migrações, e, mais que isso, por uma migração “bem-sucedida”. As marcas linguísticas analisadas apontam para uma memória que constitui nossa sociedade, a de que os “bons refugiados” seriam aqueles que servem

¹⁹ Self-made man, em tradução livre, quer dizer uma pessoa cujo sucesso é fruto do seu próprio esforço, sendo uma expressão muito usada para tratar do neoliberalismo.

de mão de obra, assim como no século XIX. Seríamos, então, levados a pensar que, abrindo seu próprio negócio, os refugiados estariam indo “contra a maré”, sendo unicamente responsáveis pelo seu sucesso, e é aí que percebemos o atravessamento do discurso neoliberal. Ser um refugiado empreendedor, que carrega um paradoxo na própria nomeação, seria mesmo a “solução” para as mazelas da migração? Ou seria essa uma forma de reforçar as relações de poder que estruturam nossa sociedade hoje? Percebemos que se difunde a ideia do empreendedorismo como alternativa para aqueles que desejam ter sucesso sem supostamente atrelar-se a um emprego formal, mas o que vemos é apenas uma outra forma de precarização. Voltaremos a esse ponto na análise dos próximos recortes.

A aba “quero fazer negócios com refugiados(as)” nos leva à seguinte divisão: benefícios para o seu negócio (do brasileiro, implicitamente) e benefícios para a sociedade (também brasileira). Enfocamos alguns pontos da aba “benefícios para o seu negócio” para tecer a análise.

R5:

- Inovação: Uma **cadeia produtiva** mais diversa consegue solucionar desafios de forma mais **inovadora e criativa**
- Adaptação: Empreendimentos liderados por pessoas refugiadas normalmente tem uma **alta capacidade de adaptação** do negócio, sendo um **recurso valioso** para atender demandas específicas e entregar exatamente o que se necessita
- Retenção: assim como no caso de **empregados(as) refugiados(as)**, empresas lideradas por refugiados(as) tendem a estabelecer **vínculos duradouros com seus parceiros**

Termos como “inovadora e criativa”, “parceiros” e “equipe”, como vimos, são substituições que decorrem do discurso neoliberal que se escancara nesses enunciados. Essa amenização da exploração do trabalhador surge como uma solução para que todos os trabalhadores sintam-se acolhidos, mas esconde a gestão do sofrimento dos sujeitos, que se sentem responsáveis pelo sucesso ou fracasso da empresa – e de si mesmos, retomando Foucault (2008, 2010) ao dizer que, na visada neoliberal, compreende-se o sujeito como um empreendedor de si mesmo.

Em relação ao item “adaptação”, damos destaque ao que está sendo chamado de “alta capacidade de adaptação” dos negócios liderados por refugiados, além de ser considerado um “recurso valioso” (para os negócios dos brasileiros, que é o foco

da seção). Como vimos, o migrante é concebido sempre associado ao trabalho (SAYAD, 1998) e, segundo o autor, é “tratado como provisório, ou seja, revogável a qualquer momento. A estadia autorizada ao imigrante está inteiramente sujeita ao trabalho, única razão de ser que lhe é reconhecida” (SAYAD, 1998, p. 55). Desse modo, parece não haver outra escolha a não ser “adaptar-se”, pois é preciso trabalhar para se sustentar e, mais que isso, para ser mais tolerado.

De forma geral, percebemos que há uma tentativa de convencimento para empresários brasileiros, enfatizando que “acolher” os refugiados traria benefícios para si próprios, o que permite que façamos uma reflexão sobre nossa formação social, que aglutina o diferente somente quando parece vantajoso para o hospedeiro, pouco importando os sujeitos que ali se constituem. Relembramos que o funcionamento da hospitalidade se dá como um dispositivo de troca. Segundo Da Rosa (2023), como vimos no capítulo 3, a vinda do estrangeiro “anuncia-se como fruto a-colher” (DA ROSA, 2023, p. 145), ou seja, como uma promessa de que haverá acolhimento, se houver algo em troca.

Assim como é preciso aguardar o tempo da colheita, também é preciso que os migrantes tenham tempo para render os tais frutos, o que nos leva ao terceiro item que compõe o R5: “retenção”. No dicionário, retenção²⁰ significa 1. Ato ou efeito de reter(-se); 2. Estado do que demora ou atrasa, delonga; 3. Conservação de alguma coisa em poder de alguém, posse. Na plataforma Refugiados Empreendedores, essa retenção estaria ligada a vínculos duradouros entre a empresa do refugiado e a empresa do brasileiro, o que remete à posse – parasitária? – mas também à demora, à “expectativa daquele que zela pelo tempo da colheita” (DA ROSA, 2023, p. 145).

Vemos, ainda, que há um eufemismo ao tratar da situação desses refugiados, ao dizer que eles tendem a “estabelecer vínculos duradouros com seus parceiros”, sendo que o que ocorre, na maioria das vezes, é a falta de escolha e oportunidade, obrigando-os a ficar presos nessa *cadeia*. O significante “cadeia produtiva” nos desperta muitos sentidos. “Incluir refugiados na cadeia produtiva” carrega uma dissonância que nos chama a atenção. A expressão traz em si o incluir, que remete ao acolher, marca da hospitalidade, mas também a cadeia, o prender, o vigiar, marca

20 Fonte: dicionário Michaelis online. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/reten%C3%A7%C3%A3o/> Acesso em: 15 jan 2024.

da hostilidade. Cadeia produtiva muito diz sobre a situação em que os migrantes se inserem: presos nas grades das relações de trabalho e do discurso neoliberal, precisam produzir além da sua força física e mental para poder (sobre)viver, retomando Dunker, Safatle e Júnior (2021) que postulam o neoliberalismo como uma forma de gestão do sofrimento.

Da mesma forma que há uma tentativa de convencimento para os empresários brasileiros contratarem e/ou “firmarem parcerias” com refugiados, há, também, uma série de benefícios de que a sociedade (brasileira) poderia usufruir com o acolhimento aos migrantes.

R6:

O empreendedorismo representa uma possibilidade para a integração e também uma estratégia para que pessoas refugiadas e migrantes possam **superar alguns dos desafios** na área de inclusão social e econômica.

[...]

A maioria dos economistas concorda que refugiados(as) e migrantes **oferecem qualificações diferentes dos nativos e contribuem para a prosperidade da economia**. Entre outras justificativas, está o fato de que **assumir riscos é fator inerente ao próprio deslocamento**, característica esta que se reflete também na esfera econômica/empresarial.

[...]

No cenário ideal, **o empreendedorismo seria um caminho escolhido, e não uma via explorada diante de dificuldades** em encontrar um emprego formal e com remuneração adequada.

[...]

Todos, no entanto, **contribuem para a movimentação da economia local, gerando novas demandas e oportunidades no país que os acolhe**.

[...]

Ao estarem inseridos no mercado de trabalho e na **cadeia** de produção por meio dos seus empreendimentos, as pessoas refugiadas também **contribuem para a sociedade em seu entorno, seja por meio do pagamento de impostos ou pela geração de empregos** (ACNUR; PACTO GLOBAL, [s.d.], [s.p.], grifos nossos).

Debruçar metade da plataforma para esse movimento de convencimento nos diz muito sobre o cenário histórico, político e econômico em que vivemos. Não parece óbvio que, por motivos humanitários, precisaríamos acolher, mas sim, somente acolher caso tragam benefícios para a sociedade. A-colher. Acrescentamos, ainda, que não são quaisquer refugiados que trariam esses benefícios, mas os

empreendedores, que seriam, como vimos, refugiados “úteis”. Em relação à integração, é interessante observar que é o empreendedorismo que geraria a tal integração, e não qualquer outra forma de trabalho, já que se busca acolher os empreendimentos. Além de integrar, empreender também aparece como uma “estratégia” para que refugiados possam superar alguns dos desafios na área da inclusão social e econômica, isto é, os desafios são dos refugiados, não “nossos”.

Segundo o que está apresentado no site, “no cenário ideal”, o empreendedorismo seria um caminho escolhido, não uma forma de exploração “diante de dificuldades em encontrar um emprego formal e com remuneração adequada”. Formular dessa forma e não de outra sugere que, em um cenário ideal, ou seja, idealizado, inventado, o empreendedorismo seria uma escolha, e não uma via a ser explorada. Ora, se a idealização está no âmbito do vir-a-ser, só é possível que, então, o cenário seja outro, logo, onde os refugiados não encontram um emprego formal e com remuneração adequada, portanto, o empreendedorismo é, para a sociedade brasileira, uma via a ser explorada, que traz benefícios para a sociedade, como está pontuado na aba em questão.

Pensando que a falsa liberdade defendida pelo modelo econômico neoliberal gere/gesta o sofrimento dos sujeitos, a exploração ocorre de outro modo. Essa responsabilização pela própria condição pode ser observada no excerto que afirma que “assumir riscos é inerente ao próprio deslocamento”, o que seria, portanto, justificativa para as más condições em que os migrantes serão submetidos. Por fim, ressaltamos que também não são quaisquer benefícios que os refugiados trariam, como muitas vezes se naturaliza no discurso humanitário (integrar culturas, vivências, experiências etc.), mas sim a contribuição para a prosperidade da economia, a geração de demandas (e empregos) e o pagamento de impostos.

Para articularmos esta primeira seção analítica com os recortes analisados na sequência, entendemos que a estruturação do site Refugiados Empreendedores nos aponta para duas regularidades. Uma delas é a marca, por mais sutil que seja, do reforço de binarismos como “nós” e “eles”, “brasileiros” e “estrangeiros”, “refugiados” e “não refugiados”, “empreendedores” e “(des)empregados”, entre outros. Há, através do funcionamento do discurso institucional, um direcionamento que determina o lugar que cada um deve ocupar dentro da cadeia produtiva, parecendo que esses estrangeiros, os “úteis”, empreendedores, seriam “melhores” do que os que trabalham

em outros lugares, o que aponta para uma leitura axiológica e maniqueísta do fenômeno migratório. Isso nos leva à segunda regularidade.

Através das marcas fortemente comerciais, compreendemos que o discurso institucional se curva à lógica neoliberal, fazendo com que os sujeitos que se inserem nessas relações sejam geridos por esse funcionamento, tido como verdade. Como diz Foucault (2008, 2010), as formas de subjetivação fazem parte de um processo de agenciamento, inserido numa dada formação discursiva e num dado momento histórico-social. Em todos os recortes parece haver vestígios que indicam possibilidades de subjetivação, traços que constroem esse lugar (de inferioridade) definido pelo outro, que o coloca na obrigação de se submeter às regras dos “donos da casa”. Esse movimento prende os migrantes nessa posição, determinada pela categorização institucional para melhor governá-los, e os insere na cadeia produtiva do neoliberalismo, para que possam render frutos ao país.

Desse modo, entendemos que, nesse cenário, as possibilidades de ser sujeito são atravessadas pela racionalidade neoliberal, em que o migrante “deve” se inscrever em uma posição de vulnerabilidade, construída a partir de marcas como o medo de ficar sem dinheiro (portanto, precisa pedir empréstimo), medo de falir sua empresa (pois é condicionado a ser excluído da plataforma) e medo de errar (pelos inúmeros condicionantes que se colocam, como vimos no R4). Além disso, esse lugar é marcado pela inserção/prisão dos migrantes na cadeia produtiva do neoliberalismo, que provoca a ilusão de liberdade, mas (de)limita a narrativa dos sujeitos à trajetória do *empreendedor* (de sucesso).

Portanto, em um cenário onde os migrantes precisam se vender, vender suas histórias enquanto donos de um negócio bem sucedido para serem mais tolerados, acreditamos ser importante produzir um deslocamento/descolamento entre a história (silenciada) do migrante e a história (inspiradora) do empreendedor, como veremos na seção seguinte.

4.2 DA CADEIA PRODUTIVA À CADEIA DE SIGNIFICANTES

Quando vimos que os migrantes que têm seus negócios divulgados no site Refugiados Empreendedores estão condicionados a falar de si somente através dos seus empreendimentos, notamos que o que circula na plataforma são narrativas enviesadas. Se voltarmos ao R4 e retomarmos as inúmeras condições impostas para

que a divulgação da empresa seja feita, parece-nos que não há espaço, no site, para o migrante escapar das regras e (se) dizer de outro modo. É esse funcionamento que nos move a escutar histórias de vida (silenciadas na plataforma), procurando olhar para outros traços, por outro viés.

Na busca por compreender o discurso *do* migrante, sem o atravessamento do site, tentando nos distanciar daquilo que está na ordem do repetível no discurso *sobre* as migrações, tivemos contato com um grupo de migrantes haitianos que participaram de um curso de português, em Santa Rosa, no qual a pesquisadora participou como professora voluntária. Em uma das aulas, explicamos a temática da pesquisa e propomos a entrevista, que foi realizada em grupo com seis alunos. A partir de suas narrativas, analisamos sete recortes que nos possibilitam refletir sobre a questão da subjetividade, entendendo que, por meio da narrativa de si, o sujeito se “presentifica” nos lapsos, nas falhas, no riso, na ironia, entre outros, como veremos, podendo desestabilizar o que já se encontra estabilizado na memória (ECKERT-HOFF, 2011), a partir de novos gestos de interpretação sobre si. Lembramos que, para isso, ancoramo-nos em uma noção de língua compreendida como opaca, incompleta, em que algo sempre escapa ao domínio (ilusório) do falante.

Vale ressaltar que as condições da entrevista se deram em um ambiente atravessado pelo discurso institucional, visto que aconteceu após a aula de português para migrantes, que é oferecida pelo clube de Rotary da cidade. Logo, não podemos desconsiderar que havia uma expectativa por parte dos entrevistados. Diante disso, a entrevista se deu em grupo, para que as narrativas ocorressem, em sua maioria, entre os migrantes, com o mínimo de intervenção possível.

Mesmo estando em um espaço também institucionalizado, entendemos que, através da escuta dos relatos, oportunizamos um espaço para que os migrantes (se) digam e deixem escapar marcas que apontam para a constituição dos sujeitos migrantes no cenário em que são inseridos. Dessa forma, nesta seção, sem nos afastarmos do que vimos construindo até aqui sobre as marcas do discurso neoliberal e sobre a problemática da hospitalidade, buscaremos identificar marcas da institucionalização de sentidos sobre a imposição da obrigatoriedade de falar português, bem como rastros do processo de constituição desses sujeitos nessas condições – observando, também, o que parece escapar dessa ordem dominante.

Os migrantes entrevistados vieram do Haiti, portanto, é necessário retomarmos as condições históricas, sociais e econômicas que determinam sua vinda ao Brasil.

Segundo Costa (2016, p. 25), migrar é um “projeto de vida” do povo haitiano, pois, principalmente após o terremoto que dizimou grande parte do país e o prejudicou economicamente, a situação ficou insustentável, e era preciso encontrar um lugar para recomeçar. Para o Brasil, a imigração haitiana tomou forma a partir de 2010, devido à ajuda humanitária oferecida para o Haiti, mostrando-se teoricamente aberto a receber haitianos que desejassem vir para cá, fortalecendo a imagem do país como receptivo, acolhedor e hospitaleiro.

A língua falada pela grande maioria dos haitianos é o *créole* (crioulo haitiano) e, no país, crioulo e francês são consideradas, institucionalmente, como línguas oficiais, sendo que 95% dos haitianos falam crioulo e apenas uma parcela de 5% utiliza francês (COSTA, 2016). Hoje, pensando na realidade do sul do Brasil, os migrantes haitianos encontram-se, em sua maioria, trabalhando em agroindústrias e frigoríficos, como é o caso dos nossos entrevistados. Isso se deu devido à intensa busca dessas empresas por mão de obra, principalmente no período em que se intensificou a vinda de haitianos para cá. Entretanto, apesar de a possibilidade empregatícia se tornar um atrativo, falar a língua portuguesa, para muitos deles, é considerado uma barreira. Por isso, nesse cenário, são oferecidos muitos cursos de língua portuguesa como “língua de acolhimento” que, como vimos, parecem condicionar o sucesso (e a inserção) dos migrantes na nova sociedade ao aprendizado da língua. No entanto, concordamos com a crítica que Diniz e Neves (2018) empreitam, pois não é o ensino ou não do português que garantirá o acesso a posições sociais mais valorizadas, tampouco o acolhimento.

Antes de iniciarmos os gestos interpretativos desta segunda seção analítica, vale lembrar que os seis migrantes que aceitaram participar da entrevista tiveram suas identidades preservadas, então, atribuímos a eles nomes fictícios: Bernard, Carlo, Jean, Pierre, Anna e Caleb. Além dos entrevistados, no momento da entrevista, estavam presentes a pesquisadora e uma das professoras responsáveis pelo curso de português. A partir da pergunta norteadora (Vocês poderiam nos contar sobre como foi a vinda ao Brasil?) os migrantes começaram a relatar sobre a chegada à cidade de Santa Rosa e sobre a busca por emprego, passando a interagir entre si e deixando de demandar muitas intervenções. Um participante relata que, quando parte de sua família chegou, havia indústrias oferecendo vagas de emprego na fronteira.

R7:

Bernard: Na fronteira / quando eles chegam lá na fronteira / acho que no... é Boa Vista... Roraima... o [nome do frigorífico] foi... buscou eles / porque naquela época o [nome do frigorífico] **tava necessitando gente pra trabalhar** / e naquela época também o [nome do frigorífico] **ajudou** eles // Agora não ajuda mais // O [nome do frigorífico] **tava ajudando eles / dá casa / dá comida pra eles** // Não existe mais... **Não sei se eles fazem uma coisa errada // mas não ajuda mais.**

Carlo: Hoje **só dão emprego** // tem que pedir.

Bernard: **Só** emprego.

Podemos observar, neste primeiro recorte da entrevista, que, diferentemente daqueles categorizados como refugiados, ou seja, os que supostamente se enquadrariam como vítimas e precisariam de ajuda, a possibilidade de empreender sequer se coloca. As indústrias (nesse caso, o frigorífico) já estavam lá, com vagas de empregos disponíveis, isto é, o lugar de trabalho deles já tinha sido determinado pelo funcionamento governamental sob o qual se estrutura nossa sociedade atualmente. Ressaltamos, ainda, que a oferta de emprego estava condicionada a ganhar “ajuda”, moradia, comida etc. – providenciada pela empresa, ou seja, por aquele que o hospeda, que o “convida” a se instalar em uma nova cidade – o que parece tornar a proposta mais atraente. Derrida e Dufourmantelle (2003) já diziam que são os hospedeiros que ditam as condições para receber o hóspede, levando em conta o que se espera dele, nesse caso, sua força de trabalho.

Retomando Sayad (1998), o trabalho, para o migrante, é a única razão de ser que lhe é reconhecida, tornando-se um dever do migrante. Nesse sentido, essa estruturação também aponta para a precarização da mão de obra migrante, pois, entendemos que esse é um emprego precário que normalmente os ditos nativos não querem ocupar. Diante disso, as indústrias buscam mão de obra barata na fronteira, o que nos remete à memória sobre as migrações antigas, em que o deslocamento de matéria-prima barata e mão de obra precária era (ou é?) vista com bons olhos pela elite econômica, majoritariamente constituída por aqueles que vieram de países europeus.

No entanto, Bernard afirma que, hoje, essa ajuda já não existe mais, e Carlo confirma, “hoje só dão emprego”. É interessante observar como as marcas do discurso neoliberal estão presentes em suas narrativas, neste caso, quando o participante diz “não sei se eles fazem uma coisa errada, mas não ajudam mais”, ou

seja, parece evidente que a responsabilidade pelo fato de a empresa não estar oferecendo mais ajuda é dos próprios migrantes, que só podem ter feito “algo errado”.

Conseguimos observar essas marcas no trecho a seguir, que é um recorte de um diálogo entre Anne e Jean.

R8:

Anne: Eu gosto [da cidade] / só eu tenho dificuldade pra trabalhar/ se eu vou trocar de cidade é só pra isso // eu tenho dificuldade pra trabalho / eu falo com meu namorado / “eu vou trocar cidade” / e aí ele falou “não” / ele vai esperar // mas eu também não vou esperar demais / se não tem atividade ou outro atividade pra mim / eu vou trocar cidade.

Jean: Então **você tem vontade** para trabalhar lá?

Anne: No [nome do frigorífico] não... já dei currículo no mercado e ninguém responde.

Jean: **Então o que tá acontecendo lá** no... na empresa [nome do frigorífico]?

Anne: Você sabe... uma pessoa tem depois 3 mês / **esperança** [experiência] // aí vai passar a experiência. / Tem um mês aí você vai assinar / se você... as monitoras vão / falam com você / se você vai passar pra outro mês ou se você não vai passar pra outro mês // eu passar só um mês.

Jean: No // deixa eu te falar // **você não fez alguma coisa errada?**

Anne: Não...

Jean: Tem que pensar bem porque / enquanto você tá trabalhando / **se você não fazer uma coisa errada é muito difícil pra mandar você embora.**

Anne: É.... Desculpa // você sabe que na empresa tem que aprender.

Jean: Sim / experiência é aprender.

Anne: Sim / eu aprendi // daí eu **não sabe** como trabalha na faca / eu não trabalho bem porque eu **não sabe** / eu não trabalho na faca (...) só faço higienização. (...) eu começo a estudar informática / eu não estudar tudo / até julho que vem eu trabalho na empresa / eu vai terminar o curso de informatique pra trabalhar na: no computador.

A partir desse trecho, compreendemos como o discurso neoliberal direciona a constituição dos sujeitos, independentemente do tipo de trabalho. Os migrantes que

participaram da entrevista trabalham em um frigorífico, com carteira assinada e, mesmo assim, deparam-se com a responsabilização sobre seu próprio vínculo empregatício. Percebemos que esses questionamentos que soam como evidentes a Jean – “você tem vontade?”, “então o que tá acontecendo?”, “você não fez algo errado?” – são marcas de discursos já institucionalizados, que organizam direções de sentidos e formas de agir no todo social (MARIANI, 2015), por isso soam óbvios. Retomando Berger e Berger (2018), mesmo que o migrante não compartilhe dos mesmos valores morais da sociedade, ele está sujeito ao mesmo processo disciplinador, portanto, independentemente de ser um empreendedor ou não, refugiado ou não, o discurso neoliberal, sendo parte da estruturação da sociedade brasileira atualmente, atravessa a constituição desses sujeitos e emerge em suas narrativas.

Podemos compreender que o fato de Anne negar-se a trabalhar com faca, nesse caso, não se resume a uma simples falta de identificação com o trabalho, ou ainda com “estar fazendo errado”, como entende Jean. O que o diálogo nos sugere seria uma possível marca de resistência que emerge nessa relação de poder. Entendemos que Anne sabe trabalhar, mas com informática, por isso, para ela, ela não fez nada errado, embora para Jean, que reproduz os discursos institucional e neoliberal, talvez seja errado não querer/saber trabalhar do jeito que “deveria”. Percebemos que ressoa um possível dizer do outro em “eu aprendi // daí eu *não sabe* como trabalha na faca / eu não trabalho bem porque *eu não sabe*”. O uso da terceira pessoa nos sugere algo que alguém lhe disse (você não sabe). Notamos, também, que ela diz “trabalhar na faca” e não “com faca”, o que pode apontar para um cerceamento, como trabalhar sob pressão, “na faca”. Portanto, Anne parece não se “encaixar” num modo de trabalho que lhe foi imposto.

Sendo os processos de subjetivação sempre gerenciados pelas relações de poder e pelos jogos de verdade de determinada época (FOUCAULT, 2009), chamamos a atenção à resposta de Anne: “Você sabe: ... uma pessoa tem depois 3 mês / **esperança** [experiência]”. O lapso que ocorre em esperança/experiência aponta para a (con) fusão entre-línguas, mas sugere outros sentidos que são produzidos nesse enunciado. Podemos compreender “esperança” como um significante, que emerge na cadeia de significantes, representando o sujeito. São deslizos como esse que, como vimos com Da Rosa, Rondelli e Peixoto (2015), (re)velam o sujeito atravessado pelo inconsciente, manifestando-se como irrupção

através de sonhos, chistes, lapsos e atos falhos, o que só é possível por se tratar de uma língua passível de falhas.

Essa brecha na língua permite que possamos apreender novas formas de significar. Esperança, nessas condições, pode referir à expectativa de encontrar um trabalho digno, que seja adequado às capacitações que ela possui (como informática, por exemplo), mas também à esperança de conseguir encontrar maneiras de ser-estar nesse lugar que se mostra hostil e intolerante (ao seu trabalho e à sua língua, visto que está buscando aprender português para melhorar as oportunidades de trabalho e conseguir encontrar outro), buscando sair dessa posição de subalterna que lhe é imposta na ordem do discurso dominante. A partir desse gesto de interpretação, percebemos, também, que não à toa o lapso se deu em “experiência”, pois, de acordo com Rosa (2012), a experiência é sempre compartilhada com o outro, ou seja, parece-nos que se trata de uma experiência comum a quem vivencia essa situação.

Em outro momento da entrevista, Carlo e Jean também conversam sobre as situações que experienciaram no trabalho no frigorífico.

R9:

Carlo: Quando cheguei eu fui fazer entrevista e depois / um / dois dias comecei a trabalhar // **mas eu tenho dificuldade no meu trabalho pra conversar com meu chefe... às vezes quando preciso sair para fazer alguma coisa eu... eu tenho dificuldade para conversar.** Então eu não tinha vergonha, só eu tenho medo [...] porque eu quebro tudo as palavras, eu falei tem que sair boa... então não é assim // tem que falar a palavra ruim pra ter uma palavra boa.

Jean: e agora você não tem dificuldade pra falar com o chefe não?
[risos]

Carlo: Pra mim alguma vez me passou isso / no meu trabalho / um dia eu lembro / eu tava com dor de barriga e eu chamei minha chefe e eu disse pra ela “eu tô com dor de barriga, eu vou consultar” e ela... ela... disse “você não vai poder sair porque se você sair do trabalho você vai pegar // é.... **falta injustificada**” aí eles descontam do salário // eu pensei que ela tava brincando / mas de verdade / eu tava com dor de barriga / mas ela não... **ela não me deixou sair para consultar** / mas eu fui lá na... como se diz // na enfermaria / eu perguntei / falei e expliquei para ela / ela disse “você pode ir na UPA” / daí eu vou na UPA consultar. // Quando eu volto de novo / quando eu volto no trabalho ela me dá... **falta** // quando chegou o dia do pagamento // meu dinheiro **falta**. / É um abuso, é ruim / apresento atestado e descontam.

Percebemos, a partir do diálogo entre os migrantes, que a inserção linguística seria a condição para que pudessem ter acesso aos seus direitos. Se não sabem falar português, conseqüentemente, têm “dificuldade para conversar com o chefe” e as relações de trabalho acabam sendo (ainda mais) precarizadas. Nossas interlocuções, durante a entrevista, deram-se em português, o que aponta para o fato de que eles sabem se fazer entender. No entanto, não parece suficientemente “correto” pedir para faltar o trabalho por motivos de saúde. Essa “dificuldade pra conversar” nos parece, num primeiro momento, uma questão estritamente linguística, mas no decorrer da conversa, entendemos que a dificuldade vai além e esbarra em questões de falta de direitos básicos, como sair do trabalho para ir ao médico.

Além disso, parte-se do pressuposto de que os migrantes, por desconhecerem a língua, desconhecem a lei (DA ROSA, 2018), então, não saberiam que o salário não deve ser descontado se há justificativa médica para a ausência. Isso nos sugere que a inserção na língua também é uma forma de governar os sujeitos, um modo de governamentalidade pelo mecanismo das leis e pelas relações de trabalho. Logo, sendo inseridos nesse funcionamento, são submetidos à lógica neoliberal de que são responsáveis pelas suas ações (e pelas conseqüências, nesse caso, a falta de dinheiro). O que nos parece é que o discurso institucional, no que diz respeito às migrações, sustenta-se numa concepção precarizada de língua, o que, conseqüentemente, produz sujeitos também precarizados. Aprofundaremos essa questão na análise dos Recortes 11 e 12.

Aqui, ainda consideramos interessante observar a repetição do significante falta. Carlo insiste em marcar que a chefe não o deixou sair, dizendo que ele iria ter uma *falta* injustificada e, mesmo apresentando justificativa médica, ganhou *falta*. Como conseqüência, o dinheiro *falta*. Relacionando a leitura de Lacan feita por Coracini (2019), o sujeito é sempre um ser fal(t)ante, pois só é possível constituir-se sujeito quando inserido na ordem simbólica, ou seja, como efeito da linguagem, que também é constituído pela falta. A repetição desse significante também nos remete ao que Diniz e Neves (2018) vêm chamando de “discurso da falta”, frequentemente associado às migrações, que se trata de um discurso que significa certos sujeitos por aquilo que supostamente “não são”, “não fazem”, “não sabem”, “não conhecem”. Esse funcionamento parece estar na ordem dos discursos dominantes, pois são enunciados que soam como evidentes para os que se dizem acolhedores e, também,

para os que solicitam acolhimento, tanto que transborda em seu dizer. Como postula Andrade (2021, p. 293), ser migrante é ser tratado como um “sujeito em falta”.

Contudo, essa falta a que Carlo se refere carrega um peso: “é um abuso, é ruim”, o que nos leva ao diálogo que se iniciou na sequência. Questionados sobre o tempo que estão no Brasil, Anne comentou que morou em Chapecó com o marido antes de se mudar para Santa Rosa. A partir daí, iniciou-se o seguinte diálogo:

R10:

Jean: antes / quando você tava em Chapecó você não tava trabalhando lá?

Anne: Sim.

Jean: e porque você deixou Chapecó?

Anne: porque **eu tenho problema** // eu pedi a conta e vim pra cá.

Pierre: porque acontece que **ela tá doente... muito.**

Anne: **tô muito doente na cabeça // eu não durmo bem. // Porque eu estudo / eu trabalho / eu estudo / eu trabalho... tenho muita dificuldade // eu agora vou deixar tudo.**

Assim como Carlo se sente mal por ter sido abusado pela empresa em que trabalha, Anne relata problemas mais graves em relação à saúde mental e facilmente os relaciona à sobrecarga de atividades: “eu estudo, eu trabalho, eu estudo, eu trabalho...”. Dunker, Safatle e Júnior (2021, p. 12) relatam que “cada época prescreve a maneira como devemos exprimir ou esconder, narrar ou silenciar, reconhecer ou criticar modalidades específicas de sofrimento”, ou seja, em uma sociedade onde descansar é sinônimo de ficar para trás e fracassar, ultrapassar os limites da própria saúde se tornou frequente e reflete no corpo. Como dizem os autores, o neoliberalismo passou a ser um gestor do sofrimento psíquico, e as marcas que podemos apreender através das narrativas nos mostram isso, mesmo que os migrantes em questão não sejam “empreendedores” e não percebam estar inseridos nessa racionalidade neoliberal.

Em síntese, até aqui, percebemos que as narrativas dos entrevistados apontam para a precarização das relações de trabalho, assim como na primeira seção, voltada ao empreendedorismo. Da mesma forma, esse trabalho parece ser um condicionante da hospitalidade, ou seja, o migrante *precisa* trabalhar para que seja

“mais tolerado” socialmente, e os sujeitos se constituem inseridos nessas relações precarizadas, numa posição que, como vimos, já está determinada institucionalmente.

Nos Recortes 11 e 12 a seguir, perceberemos rastros que apontam para essa imposição do falar português, que também parece ser instalada pelo discurso institucional como condicionante de hospitalidade. É importante lembrar que os participantes da entrevista fazem parte de um curso de língua portuguesa, que foi divulgado (e, talvez, incentivado) pela própria empresa em que trabalham e que foi ministrado por um clube de Rotary. O diálogo a seguir foi desencadeado a partir da questão trazida por Carlo, que vimos no R9, sobre a “dificuldade em se comunicar com seu chefe”. Falar em comunicação, para eles, num primeiro momento remeteu ao aprendizado (e ao “uso”) da língua portuguesa:

R11:

Pierre: Quando eu fico na minha casa / tudo as coisas eu falo português com ela [esposa], porque eu gosto / eu gosto de falar português / porque eu **sou aqui Brasil**, então **eu não sou haitiano agora** / porque eu tô aqui Brasil // depois que eu saí do Haiti eu não sou haitiano / porque tudo os haitianos falam crioulo / eu falo crioulo também / mas eu aqui no Brasil **tem que falar português / obrigação falar português.**

Bernard: Eu faço uma análise, **na nossa língua portuguesa** (...) pra pessoa saber **fala bem direito tem que** estudar // estudar gramática / saber as regras / **pra uma pessoa chegar falar bem a língua portuguesa, tem que esforçar.** Agora tô **se esforçando** pra ter mais habilidade / pra falar **bem direito** // eu sei que eu não vou falar / chegar a falar 100% / mas eu quero ter... acho que 80% ou 90%.

Jean: 80% você fala português / então você virou brasileiro! [risos]

Bernard: Eu to me esforçando pra **chegar lá!** [risos]

Podemos observar que falar a língua tem uma relação direta, para eles, com a identidade de um povo. Como diz Pierre, “eu não sou haitiano agora” e, por isso, deve falar português. Essa imposição da língua portuguesa pode limitar as formas de os sujeitos (se) dizerem e se identificarem sendo, em tese, somente na e através da língua portuguesa que poderiam existir. Porém, como vimos, o ideal de língua única

é inalcançável (DERRIDA, 2001), pois estamos a todo momento entre-línguas e é nesse espaço “entre” que emerge o sujeito.

É interessante pensar que, mesmo que os “nacionais” os vejam como estrangeiros, eles se vislumbram como brasileiros por falar 80% ou 90%. Se considerarmos o 100% como um possível ideal de brasileiro, podemos articular a porcentagem com aquilo que “falta” (DINIZ; NEVES, 2018) para chegarem *lá*, para estarem “prontos”. Parece-nos que, ao materializar em números aquilo que sabem, também possibilita marcar e mensurar aquilo que não sabem, aquilo que (sempre) falta. Notamos, ainda, que eles dizem estar se esforçando para chegar “lá”, mas “virar brasileiro” não é um lugar. Parece-nos que chegar lá aponta para chegar/ir para outro lugar, diferente do “aqui/agora” onde se está.

As expressões no imperativo “tem que”, “você precisa”, “tem a obrigação de” são marcas do discurso institucional, como vimos, o que reforça a gestão dos sujeitos através, também, da inserção linguística. Percebemos, no entanto, que “falar direito” tem a ver com “estudar”, ou seja, parece, num primeiro momento, não se tratar de “aprender” a língua em uso, em seu funcionamento, mas sim, de aprender a norma culta, “estudar gramática, saber as regras”. Contudo, podemos nos questionar: que gramática e que regras seriam essas? As regras dos “donos da casa” (DERRIDA, 2003), que ditam uma gramática bastante específica.

Vejamos, ainda, que Bernard se refere à “nossa língua portuguesa”. Isso sugere que se trata da língua portuguesa “deles”, que não é a mesma que a dos brasileiros, por isso, pra falar “direito”, precisariam “se esforçar”, “estudar mais”. Dizer nossa língua aponta para a ilusão que temos de que falamos uma única língua (DERRIDA, 2001), mas também marca a inserção do sujeito na língua. Voltaremos a esse ponto no Recorte 12, a seguir.

Falar em “dificuldades em se comunicar com seu chefe” fez com que outro ponto surgisse nas narrativas: o *medo* de se comunicar. Isso nos levou a observar outra questão, que vai muito além do “aprendizado” da língua, como no recorte anterior. Vejamos o diálogo a seguir:

R12:

Caleb: acho talvez esse **medo** seja de tentar fazer [entrevista de emprego] porque se você nunca fez você não vai conseguir nada / e **se você não sabe falar direito a língua eles já não querem.**

Professora: mas você fala super bem.

Caleb: **você não entende**... os brasileiros... eles... [risos] eles são todos iguais // **eles não querem ESSA língua // tem que ser a língua certa.**

Pierre: É que se você nunca conversa... é que... a gente tem **medo** com brasileiro que fala... de conversar com ele.

Bernard: É... outra coisa / quando a pessoa... às vezes tem gente que não fala no lugar do trabalho / se o chefe vir // a pessoa não fala / dá pra deixar a pessoa com **medo** e a pessoa não consegue / trava.

Nessa situação, percebemos que não se trata de qualquer língua, é preciso “falar direito a língua”. Contudo, poderíamos sugerir uma inversão: é preciso falar a língua *do direito*. Quando pensamos que Carlo teve seu salário descontado por não conseguir “se comunicar” (R9), que Anne insiste em ir embora, pois ouve que “não sabe” trabalhar (R8) e que Caleb tem medo de ir a uma entrevista de emprego, pois não sabe falar a “língua certa” (R12), todos se deparam com uma concepção do que ousamos chamar de língua burocratizada.

Encurralados pela imposição de aprender aquilo que parece ser a língua nacional, oficial, a gramática, o português correto, muitos migrantes buscam cursos de português como língua de acolhimento e se deparam não com a língua dita oficial, mas com uma língua que dita as burocracias que os migrantes precisam enfrentar: que “ensina” a trabalhar, a pedir emprego, a conhecer a lei e a respeitar as regras dos “nacionais”.

Vale ressaltar que estamos pontuando os cursos de língua de acolhimento, nesta pesquisa, devido ao fato de ser o ambiente em que estávamos inseridos, onde os sujeitos migrantes que participaram da entrevista estavam. No entanto, o que entendemos por língua burocratizada não é apenas o que é ensinado nesses cursos, e sim a língua que é (im)posta ao migrante desde o momento em que cruza a fronteira, onde é barrado pelo exército e é obrigado a, antes de mais nada, realizar inúmeros processos burocráticos.

Portanto, assim como o migrante é barrado por “obstáculos físicos” na chegada ao país, também se constitui como um sujeito barrado por uma língua burocratizada, sendo um “obstáculo colocado pela língua [...] uma barreira imaginária” (DAMIÃO, 2023, p. 39), que entendemos ser uma regularidade no processo de constituição dessas subjetividades. Entendemos, assim, que essa língua burocratizada é uma

concepção precarizada de língua a qual faz parte dos dispositivos de governamentalidade, de modo que agencia os modos de conduta dos sujeitos no território.

Percebemos que a concepção precarizada de língua está marcada institucionalmente quando se trata do seu ensino aos migrantes. Vemos que Caleb diz que “eles [os brasileiros] não querem essa língua”, ou seja, a “nossa língua portuguesa” que foi apontada no recorte anterior, e sim a língua “certa”, dicotomização que coloca a língua dos migrantes em suposta posição de inferioridade. Essa dicotomização (língua certa *versus* língua errada) remete “à hegemonia de um dos lados e à marginalização do outro, que se coloca em relação de subjugação ao primeiro” (ANDRADE, 2021, p. 290), posição que pode ser acentuada devido à incompreensão da língua, dos costumes, dos valores culturais e o que acreditamos ser o mais importante: o sentimento de desestabilização do que se considera, pelos brasileiros, ser a língua portuguesa.

Pontuamos, neste último recorte, que é nessa língua barrada que os sujeitos se constituem e, além disso, que emergem formas de resistência. Um dos participantes está com parte da família morando no Haiti e tem planos de trazê-la para o Brasil nos próximos anos. Interessada em saber como funciona esse processo, uma das professoras voluntárias que estava presente questionou se há algum incentivo financeiro para esse deslocamento familiar. O diálogo seguiu da seguinte forma:

R13:

Bernard: Não não não // só nós mesmos / nós sempre // um sempre **ajuda** o outro. // Se por exemplo eu to aqui / meu primo tá no Haiti / ele tá com problema / e ele me chamou “Ah, você pode me **ajudar?**” / com coração aberto / eu vou **ajudar** ele // cada pessoa tem um coração pra **ajudar** outros / todos os Haitianos.

Carlo: Sim é isso que nós sempre fazemos / um **ajuda** outro / e também se tô aqui / uma pessoa no Haiti quer vir aqui / me pedir para emprestar dinheiro / posso emprestar pra vir / depois que trabalhar me devolve // é isso que nós temos / **nós temos uma união**.

Professora: Mas vocês não têm uma associação formada / é assim / um ajudando o outro?

Bernard: Não tem // associação... **associação é a família**.

Anne: meu marido **tem um amigo** // ele falou... **ele já morou aqui** em Santa Rosa. // Ele falou / aqui em Santa Rosa é bom / tem trabalho / daí ele veio aqui / eu também (...) **ele me ajuda** // Ele **ajuda** eu.

Podemos compreender, a partir deste recorte, que o acolhimento prometido aos migrantes, reforçado pelo discurso institucional, na maioria das vezes é oferecido pelos próprios amigos e familiares. É interessante observar que, para Carlo, é da ordem do evidente que, quando uma pessoa vem do Haiti, ela irá precisar pedir dinheiro emprestado, o que nos remete à aba “acesso à microcrédito” do site Refugiados Empreendedores. São sentidos já instituídos, já cristalizados, que atravessam os dizeres tanto dos discursos sobre as migrações, quanto dos discursos dos migrantes.

O significante ajuda retorna várias vezes nesse diálogo, o que reforça que, quando precisam, de fato, de ajuda, não é aos brasileiros que costumam recorrer, e sim, à família, aos amigos. Vemos que se estrutura uma nova comunidade imaginada (ANDERSON, 2008) que se fortalece entre eles. Sendo assim, parece-nos que pedir ajuda a familiares, ter um amigo que auxilia quando precisar e não ter uma associação institucionalmente formalizada (o que parece que deveria ser da ordem do evidente para a professora), pode ser interpretado como uma forma de resistir. Afinal, os migrantes, teoricamente, teriam amparo do Estado e poderiam pedir ajuda a instituições governamentais, a órgãos humanitários, entre outros, mas não o fazem. Parece-nos que a construção do lugar de vulnerabilidade retorna aqui, rebentando na repetição do significante ajuda.

Analisando os recortes das narrativas de vida, observamos a “insistência” de seis palavras que se repetem, em suas variações, e nos permitem chegar a outro ponto. Não as compreendemos como meras palavras ocasionais, mas sim como significantes que “rebentam” e nos sugerem rastros da constituição de um sujeito que parece ser/estar “preso” em outra cadeia. Assim como refletimos sobre a prisão na cadeia produtiva do neoliberalismo de forma mais aprofundada na seção anterior, cabe nos dedicarmos, aqui, a outra forma de prisão que essa concepção precarizada de língua nos remete: a cadeia de significantes que interpela o sujeito.

Retomando Fink (1998), o sujeito do inconsciente emerge na e pela linguagem, ou seja, é sempre em relação com a ordem simbólica. Acreditamos que o sujeito

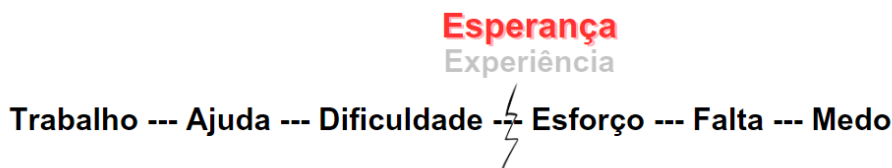
migrante é interpelado pela cadeia de significantes, aqui representada da seguinte maneira:

Trabalho --- Ajuda --- Dificuldade --- Esforço --- Falta --- Medo

É importante ressaltar que, apesar de aqui representado em sequência, não consideramos que o funcionamento da cadeia de significantes seja linear, tampouco ordenado. Mantemos o espaço entre os significantes representado por traços, buscando ilustrar que se trata de um funcionamento intervalar. É nesse intervalo, nesse espaço “entre”, que pode se constituir o sujeito, podendo se revelar através de lapsos, atos falhos, chistes etc. No entanto, o funcionamento da ordem simbólica não é independente e se articula com o imaginário, aquilo que pensamos controlar e acreditamos ser possível circunscrever.

Desde que o migrante chega ao Brasil e passa a ser gerido pelos dispositivos governamentais, como as formas de categorização que vimos no capítulo 2, já lhe é imposto o que ele deve ser, deve fazer, que lugar deve ocupar. Retomando Da Rosa (2021a, p. 271), as categorias sociais “correm o risco de produzir imagens enviesadas, estereotipadas ou mesmo estigmatizadas”, então, a articulação entre simbólico e imaginário reforça a posição de vulnerabilidade que se coloca para o migrante. Na análise que fizemos até aqui, tanto dos recortes do site, como dos excertos da entrevista, parece ser da ordem do repetível a constituição de um sujeito amedrontado, vulnerável. O medo, por exemplo, surge enquanto medo de conversar, como diz Pierre, ou como medo de falar “errado” em uma entrevista de emprego, como relata Caleb. Na narrativa de Anne e Carlo, vem o medo de ficar doente, de faltar (e perder) trabalho e de faltar dinheiro.

Entretanto, simbólico e imaginário só existem atrelados ao real, ao irrepresentável, ao que escapa, ao que faz falhar e que provoca que o eu tropece. Logo, quando o sujeito se imagina inteiro, é apenas uma máscara para sua verdade inacessível (PAVAN, 2022). Logo, é nas falhas da língua que podemos refletir sobre as não coincidências do sujeito (DA ROSA, RONDELLI, PEIXOTO, 2015) e apreender possíveis formas de resistência ao que está posto como verdade. Podemos ilustrar esse funcionamento da seguinte forma:



Ilustramos, nesta segunda representação, o furo, o lapso, a emergência do sujeito na cadeia de significantes, relacionando com a narrativa de Anne (esperança/experiência), no R8, que aponta para uma possível marca que diz do sujeito onde ele não pensa. Podemos sugerir que, assim como entendemos o sujeito laciano como um espaço “entre”, que emerge nas brechas, nunca deixando se capturar, residiria nessa brecha também essa espécie de esperança, no sentido de algo que resiste ao agenciamento que os prende. Contudo, apesar de aqui ilustrada, não foi apenas essa forma de resistir aos discursos dominantes que notamos nos recortes analisados.

Nos Recortes 9, 11 e 12, percebemos que o surgimento do riso produz um sentido irônico. No R11, falando sobre a obrigatoriedade que sentem em aprender português, Bernard diz que deseja aprender a falar ao menos “uns 80%”, e Jean brinca: “80% você fala português, então você virou brasileiro! [risos]”, enquanto Bernard responde: “Eu to me esforçando pra chegar lá! [risos]”. O tom irônico retorna aqui, bem como no R12, onde Caleb ri ao tentar explicar à professora que na entrevista de emprego não adiantava “falar bem”: “você não entende... os brasileiros... eles... [risos] eles são todos iguais [...]”. Nesses dois recortes, o riso fala pelo não-dito (ECKERT-HOFF, 2005) e parece ter um sentido semelhante, ao passo que parece ironizar a figura do brasileiro, supostamente acolhedor, mas que, em relação com a memória discursiva sobre as migrações, mostra-se num contínuo acolher (DA ROSA, 2023).

Eckert-Hoff (2005, p. 188) postula que a ironia aponta para a “alteridade do discurso e indica uma forma de resistência”, ao mesmo tempo em que remete ao sentido da destruição de significados já instituídos, desestabilizando sentidos aparentemente estabilizados. Nas palavras da autora,

Interpretar o discurso e compreender o jogo irônico que se instala nos textos em questão implica reportar o discurso às suas condições de produção e estabelecer as relações que o sujeito tem com a memória. [...] não há sentido sem história: é a inserção da história na língua que faz com que esta signifique e signifique sempre a partir de certas condições de produção (ECKERT-HOFF, 2005, p. 192).

Já no diálogo reproduzido no R9, Carlo narra a dificuldade em se comunicar com o chefe, e Jean o interrompe, dizendo “agora você não tem dificuldade pra falar com o chefe não? [risos]”. Como a entrevista se deu no âmbito de um curso de português, na presença das professoras, parece que a risada de Jean e de Carlo ironiza a situação, como se fosse possível, somente com o curso, sanar todas as dificuldades de Carlo para falar com seu chefe. Temos, aqui, um ponto central de nossa pesquisa: percebemos que se trata de dificuldades de outra ordem, ou seja, elas não serão solucionadas com o “domínio” da língua nacional. Todavia, essas dificuldades deixam rastros na língua que apontam tanto para a precarização do trabalho, quanto para a precarização do sujeito.

O fato de eles narrarem suas experiências em uma língua que supostamente não seria “sua”, deixando vir à tona a precarização que eles vivem diariamente, aponta para uma forma de resistir. Segundo Eckert-Hoff (2016, p. 137), falar de si é fazer “inserções de si no corpo estranho do outro [...] transformando, deformando, degradando, com legitimidade – afinal, o autor se sente ‘dono’ da língua”, o que nos leva a relembrar o que disse Bernard, no R9, ao falar da “nossa língua portuguesa”. Pensando que estávamos em um ambiente institucionalizado e sendo gravados, eles poderiam ter escolhido não (d)enunciar os problemas enfrentados no trabalho.

No que concerne a esse aspecto, acreditamos que a discussão trazida por hooks (2013) condiz com o que estamos buscando construir a esse respeito. A autora retoma o verso de um poema – “Esta é a língua do opressor, mas preciso dela para falar com você” (HOOKS, 2013, p. 223) – como ponto de partida para discutir sobre o processo de aprendizagem do inglês por pessoas negras escravizadas nos Estados Unidos. Porém, deslocando a problemática para o cenário das migrações, podemos sugerir que a “língua do opressor” seria aquela língua burocratizada que se (im)põe aos migrantes a todo momento desde que chegam ao Brasil.

Segundo hooks (2013, p. 224) não é a língua do opressor que machuca, “mas o que os opressores fazem com ela, como eles a moldam para transformá-la num território que limita e define, como a tornam uma arma capaz de envergonhar, humilhar, colonizar”. Por isso, acreditamos que impor que os migrantes saibam falar português faz parte dos mecanismos de gerenciamento, sendo instrumento de controle e opressão, visto que, por um lado, “as palavras se impõem, lançam raízes na nossa memória contra a nossa vontade (HOOKS, 2013, p. 223). Por outro lado, a língua também possibilita resistência, por isso, voltaremos a esse ponto em seguida. O processo de constituição desses sujeitos envolve, além da inserção na ordem simbólica, uma rede complexa de poder, de modos de governamentalidade, de instituição de sentidos e todas as consequências sócio-históricas que isso implica. Logo, podemos pensar que esse funcionamento de regulamentação e gerenciamento de sujeitos se dá atrelado aos dois âmbitos institucionalizantes que são demandados do migrante, trabalhar e falar português.

Articulando o que vimos nas duas seções analíticas, partimos do pressuposto de que a concepção de língua que se tem no âmbito do discurso institucional a resume a uma língua instrumental, utilitária e burocratizada. Ainda, compreendemos que o discurso neoliberal está ancorado ao institucional, quando pensamos que a precarização do trabalho emerge tanto no site Refugiados Empreendedores, quanto nas narrativas de vida como aquilo que está na ordem do evidente. Nesse cenário, seria óbvio que ser um trabalhador autônomo que sabe falar “a língua certa” teria mais vantagens do que ser um empregado que tem “dificuldades para se comunicar”.

No entanto, como vimos, a problemática dos modos de ser migrante no Brasil, seja empreendedor, seja (des)empregado, parece-nos conduzir a outro âmbito. Defender que o migrante autônomo teria mais “sucesso” do que outros nos faz pensar não só na figura do trabalhador, mas também no indivíduo supostamente autônomo, que não precisaria de ajuda, que não demandaria do outro. Se pensarmos que ser autônomo é não criar vínculos, o sujeito migrante autônomo se constituiria sem “depende” do outro. Porém, o sujeito só se constitui no e pelo espelho do olhar do outro, com quem se identifica e que dá a sensação de completude, camuflando a sua natureza clivada, dividida (CORACINI, 2007), sendo sempre sujeito da linguagem.

Então, como se estabeleceria uma relação com o outro a não ser pela língua(gem)? Se essa língua é burocratizada, precarizada, parece-nos que o sujeito que aí se constitui também é precarizado, pois não consegue criar laço com o outro,

ou melhor, criam-se laços sociais precarizados. Sendo os laços sociais sempre simbólicos (ROSA, 2012), feitos de linguagem, quando se perde o laço identificatório é preciso tentar recompô-lo. Para isso, é preciso “reconstruir a história [...] reconstrução já que implica uma deformação” (ROSA, 2012, p. 73). Por isso, podemos pensar que, num primeiro momento, os migrantes estabelecem relações entre eles mesmos. Não é ao brasileiro que eles recorrem, e sim aos amigos e aos familiares (R13). Acreditamos que o sujeito migrante parece se constituir, como postula Angelucci (2023, p. 180), “duplamente amordaçado: tanto pelos valores sociais e paradigmas éticos, quanto pelas armadilhas da subjetividade”²¹, ou seja, preso na cadeia produtiva, o que aponta para uma precarização do trabalho, e preso na cadeia de significantes, o que (re)vela uma precarização do sujeito.

Ainda compreendemos que sentir-se dono da língua, que aparece em “nossa língua portuguesa”, que não seria “a língua certa” na visão dos brasileiros, aponta para a constituição dos sujeitos migrantes num espaço entre-línguas, que aponta para uma língua-outra, possibilitando outras formas de existir e resistir. Retomando hooks (2013), podemos dizer que, nessa língua-outra, a “nossa”, cabe a visão de uma língua que não é mais somente aquela do opressor, aquela burocratizada e precarizada, “mas também aquela que seus falantes reinventaram, refizeram [...] para que ela falasse além das fronteiras da conquista e da dominação” (HOOKS, 2013, p. 226). Essa língua-outra, enquanto espaço de outras possibilidades de ser/estar/resistir, pode ser o espaço também de formação de outros laços, de (re)construir a história. Segundo hooks (2013),

Para curar a cisão entre mente e corpo [...] tentamos resgatar a nós mesmos e às nossas experiências através da língua. Procuramos criar um espaço para a intimidade [...] Tomamos a linguagem do opressor e voltamo-la contra si mesma. Fazemos das nossas palavras uma fala contra-hegemônica (HOOKS, 2013, p. 233).

A constituição dos sujeitos nessa língua-outra possibilita que todos, mas principalmente os considerados marginalizados, subalternizados, engendrem diferentes modos de pensar, de saber e de “ver o mundo do outro e o outro no mundo” (GAMBASSI, 2022, p. 30). Diante disso, reconhecer que é na e pela língua que criamos laços e (re)existimos pode parecer difícil numa sociedade que nos faz crer

²¹ Tradução nossa para: “doblemente amordazado: tanto por los valores sociales y paradigmas éticos, como por las trampas de la subjetividade”.

em relações robotizadas, onde o individualismo e a autonomia prevalecem. Na lógica do dualismo do pensamento ocidental, em que ser nacional é melhor que ser migrante, ser empreendedor é melhor que ser empregado, parece-nos que a racionalidade idealista seria melhor (ou mais importante) do que a subjetividade da/na linguagem. Se, por um lado, a língua se impõe como mecanismo de opressão, por outro, a língua é possibilidade de emergir. Segundo hooks (2013),

como o desejo, a língua rebenta, se recusa a estar contida dentro de fronteiras. Fala a si mesma contra a nossa vontade, em palavras e pensamentos que invadem e até violam os espaços mais privados da mente e do corpo (HOOKS, 2013, p. 223).

Nesse “inconfessável-confesso” (ECKERT-HOFF, 2011, p. 29), é possível observar o atravessamento de discursos acerca do que se considera um migrante “ideal”, “útil”, que “tem que” ser/estar/aprender/fazer, que se choca com o desejo de cada um. Esse embate faz emergir no dizer aquilo que, segundo Eckert-Hoff (2011, P. 29), “se esconde ao próprio sujeito”. Logo, a partir da possibilidade de narrar nesse lugar entre-línguas, numa língua-outra, na “nossa língua portuguesa”, é possível deslocar os sentidos que estão instituídos na ordem do evidente, possibilitando outras interpretações. É preciso fazer os sentidos migrarem.

(IN)CONCLUSÕES: QUE TRABALHO? QUE LÍNGUA? QUE SUJEITO?

Nesta dissertação, buscamos refletir sobre a problemática do acolhimento aos migrantes a partir de dois âmbitos sugeridos pelo discurso institucional como possíveis condicionantes da hospitalidade: trabalhar e falar português. Sabendo que só é possível tornar-se sujeito submetendo-se à língua(gem) e que migrações e trabalho estão intrinsecamente ligados em nossa sociedade, não acreditamos que seja possível separar os dois âmbitos, tal como parece estar instituído. A partir da construção que fizemos, parece tratar-se mais da suposta “inserção” do migrante na sociedade através do trabalho e da forma com que eles se subjetivam na e pela língua.

Para dar forma a nossa pesquisa, organizamos os capítulos e as subseções de maneira a atender aos objetivos específicos da dissertação, sendo eles, a) Compreender como se dá a instituição de sentidos sobre as migrações, bem como a gestão dos sujeitos migrantes, pelo discurso institucional; b) Problematizar como os migrantes são inseridos na racionalidade neoliberal brasileira através do trabalho; e c) Identificar como se constituem os sujeitos migrantes nessas condições, buscando encontrar possíveis marcas de resistência a ordem de discursos dominantes. Como embasamento teórico, mobilizamos os estudos do discurso, tomando como base o viés discursivo-desconstrutivo (CORACINI, 2007, 2019; DA ROSA, RONDELLI, PEIXOTO, 2015), amparando-nos nas noções de discurso, língua e sujeito como pontos centrais. No decorrer do trabalho, constituímos nosso dispositivo teórico, aprofundando as noções de relações de poder, governamentalidade, neoliberalismo e hos(ti)pitalidade.

Como ponto de partida para a análise, elencamos seis recortes do site Refugiados Empreendedores, que reúne páginas do Instagram criadas por refugiados, intitulando-se como uma forma de dar mais visibilidade aos empreendimentos de refugiados que trabalham no Brasil. Entendemos que, por ser um site institucional, inserido nas condições de produção sociais, históricas, políticas e econômicas atuais, ele (re)produz sentidos já estabelecidos pelo discurso institucional, jurídico e neoliberal, como uma prática de convencimento àqueles que estão na suposta posição de acolhedores. Essa construção impacta na constituição do sujeito brasileiro, que se vê como superior, e também na constituição do sujeito

migrante, que, através da língua do outro, se diz e é dito pelos discursos já estabelecidos.

Percebendo que na plataforma Refugiados Empreendedores a narrativa de vida dos migrantes é silenciada, destacando-se somente as “histórias inspiradoras dos empreendedores”, realizamos uma entrevista com migrantes para que pudéssemos ouvir suas histórias e refletir sobre a problemática do acolhimento aos migrantes. Da entrevista, sete recortes compuseram o *corpus* de nossa pesquisa, sendo possível identificar, através das narrativas de si, como se constituem os sujeitos migrantes nesse cenário precarizado, buscando marcas de resistência aos discursos dominantes.

A partir dessa retomada sobre nosso percurso de pesquisa, podemos traçar algumas considerações ao lembrar a questão que trouxemos no início da dissertação: o que você vai *ser* quando crescer?

Se as formas de *ser* em nossa sociedade estão fortemente atreladas com o prestígio social e econômico, o funcionamento do neoliberalismo agencia e reforça binarismos como bem e mal sucedido, produtivo ou improdutivo, bom trabalhador ou mau trabalhador, por exemplo. Olhando para o cenário migratório, esse mecanismo de governamentalidade também marca uma divisão que trouxemos ao longo da pesquisa: não tratamos de quaisquer migrantes, pois as formas de acolhida que oferecemos ao migrante que vem de uma posição social desfavorecida (o que envolve questões de raça, classe e nacionalidade) é diferente daquela que é oferecida aos que vêm de uma situação privilegiada, tanto financeira quanto geográfica.

Dessa forma, inserir os migrantes na sociedade e dar-lhes “melhores condições de vida” implica inseri-los – ou reforçar sua inserção – no funcionamento neoliberal. A partir da análise que realizamos, percebemos que, no site Refugiados Empreendedores (mas não somente), os sujeitos são inseridos num formato de governamentalidade, que permite que os sentidos sejam uns e não outros. Há, através do funcionamento do discurso institucional, que se curva à lógica neoliberal, um gerenciamento que determina o lugar que cada um deve ocupar dentro da cadeia produtiva, parecendo que estes estrangeiros, os “úteis”, empreendedores, seriam “melhores” do que os que trabalham em outros lugares ou que não trabalham. A própria noção de hospitalidade retorna quando pensamos nesse aspecto, pois nos parece que a inserção nesses moldes seria a condição de acolhimento (inclusão).

Portanto, entendemos que, nesse cenário, o sujeito se constitui preso na cadeia produtiva do neoliberalismo, tendo a ilusão de liberdade, mas tendo que se vender, vender sua história enquanto empreendedor de sucesso para ser mais tolerado. Voltando nosso olhar para os dizeres institucionais reunidos no site, vemos que eles regulamentam a hospitalidade, mas tentam camuflar a hostilidade.

Não à toa nos chamou a atenção a expressão cadeia produtiva, frequentemente usada nos enunciados neoliberais que circulam atualmente, como destacamos no R5. Percebemos que essa expressão se repete de forma mais incisiva nos recortes do site Refugiados Empreendedores, pois entendemos ser um espaço onde o atravessamento dos discursos neoliberal e institucional emerge de forma mais escancarada. Nesse caso, os enunciados institucionalizados carregam uma retórica do empreendedorismo criando uma ilusão de que se pode “trabalhar sem sair de casa, ganhar dinheiro pela internet, ir do mil ao milhão com um clique”, reforçando a precarização do trabalho que, na verdade, resulta em sobrecarga e dívidas intermináveis, com pouco ou nenhum amparo jurídico. O que vemos na análise é que “incluir refugiados na cadeia produtiva”, “conhecer mais sobre esses empreendimentos e incluí-los em seu dia a dia”, “estabelecer vínculos duradouros com parceiros”, são alguns exemplos que podemos retomar que apontam para essa prisão, essa *cadeia* produtiva, que ao mesmo tempo os inclui e os aglutina, vigia, governa.

Portanto, o trabalho enquanto condicionante de hospitalidade barra os sujeitos mesmo que cumpram com essa dita condição. Parece-nos que o sujeito migrante que se constitui nas condições sócio-histórico-econômicas é aquele que tem um lugar determinado pela institucionalização de sentidos sobre as migrações e sobre o trabalho, que se curva ao funcionamento do neoliberalismo e faz com que eles estejam presos na cadeia produtiva mesmo sob a ilusão de autonomia. As formas de subjetivação são direcionadas por esse processo de gestão forma(ta)do pelos modos de governar de nossa época, no caso, fortemente atravessado pela racionalidade neoliberal.

Inseridos nos moldes de trabalho brasileiros, os migrantes que participaram da entrevista não eram “empreendedores”, mas nem por isso deixam de estar atravessados pelo neoliberalismo. Além de marcar o binarismo empreendedor *versus* empregado (ou desempregado), esse funcionamento econômico em que os

migrantes são inseridos faz com que pareça impossível *ser* de outra forma, trabalhar com outra coisa (senão nos empregos precários), falar em outra língua.

Assim, aprisionados na cadeia produtiva, os migrantes se deparam com outra problemática imposta pelo discurso institucional, a necessidade de falar português. Nas entrevistas, percebemos que, se não sabem falar (bem) português, conseqüentemente, têm “dificuldade para conversar com o chefe”, para fazer entrevistas de emprego, e as relações de trabalho acabam sendo (ainda mais) precarizadas. Porém, como buscamos problematizar, não se trata da questão de “dominar” uma língua (como se fosse possível), pois a problemática do acolhimento aos migrantes não envolve a língua ou o trabalho, mas uma rede complexa de poder, de modos de governamentalidade, de constituição e instituição de sentidos e todas as conseqüências sócio-históricas que isso implica.

Por isso, compreendemos que, ao chegarem ao Brasil, é uma língua burocratizada que lhes é imposta, que funciona como parte dos dispositivos de introdução à governamentalidade (precisam saber a língua para saberem seus deveres, para melhor serem governados). Assim como o oficial barra os migrantes na fronteira, a língua burocratizada, precarizada, também os cinde, barra-os. Ao mesmo tempo em que estão presos na cadeia produtiva, também estão presos na cadeia de significantes, representada nesta pesquisa a partir da repetição de seis deles (Trabalho -- Ajuda -- Dificuldade -- Esforço -- Falta -- Medo). Nesse sentido, apontamos tanto para uma noção precarizada de língua, quanto para a possível precarização do sujeito, visto que só se constitui sujeito em relação com o outro, pela linguagem. Ora, se a língua é precarizada, parece-nos que o sujeito também é, pois os laços sociais que se criam são, da mesma forma, afetados pela língua.

Porém, como vimos, a ideia de que o sujeito se constituiria numa língua única é inalcançável, pois é no espaço entre-línguas que o sujeito emerge. Ao mesmo tempo em que vimos que parece haver um sujeito que se constitui atravessado pelo medo, e que acaba aprisionado em formas de controle (por mais sutis que sejam) que impactam na constituição de sentidos e de subjetividades, sempre pode haver possibilidade de resistência.

Através da análise dos recortes discursivos da entrevista, conseguimos apreender brechas que apontam para formas de resistir a esses discursos. No lapso, no riso, na ironia e na união com os amigos e com o grupo familiar, entendemos que podemos apreender marcas que (d)enunciam sua insatisfação com o trabalho, com

a suposta acolhida, com o apoio das instituições. Anne não parece se encaixar e busca estudar informática sem perder a esperança em novas oportunidades, assim como Carlo mostra, a partir das “dificuldades em conversar”, uma dificuldade ainda maior, que não esbarra somente na questão linguística e aponta para desafios recorrentes no dia a dia de migrantes que trabalham no Brasil. Ainda, Jean, Bernard e Pierre nos sugerem novas interpretações sobre o ser/existir na língua do outro, o que nos sugere, inclusive, novas formas de identificação com suas próprias nacionalidades através da língua. De certo modo, parece haver uma tentativa de deslocar a visibilidade dos assuntos do trabalho para sua a visibilidade enquanto sujeitos. Na “nossa língua portuguesa” (R11), enquanto língua-outra, espaço em que se colocam em diálogo, lugar de possibilidades, os migrantes (re)constroem sua história, formam outros laços, (re)existem.

Afinal, o que vamos ser quando crescermos? Se o sujeito é constituído pela falta e por algo que o move, nunca estando completo, podemos pensar que o “crescer” está na ordem do vir-a-ser, do caminho, do contínuo, tal como o “ser”, sempre em processo, sempre em formação. Enquanto seres de linguagem, é preciso se abrir ao diálogo, às leituras, à pesquisa, às formas de resistência. É necessário seguirmos pesquisando, indagando, deslocando, buscando formas de desestabilizarmos os sentidos já engessados que circulam sobre as migrações e sobre os migrantes, pois é tênue (e arbitrária) a linha que separa o desejado e o indesejado, o refugiado e o migrante, o bom e o mau, o legal e o ilegal, o estrangeiro e o familiar... É preciso estar sempre em movimento, tal como aquele que migra.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACNUR. **Refugiado ou Migrante?** O ACNUR incentiva a usar o termo correto. 2015. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/2015/10/01/refugiado-ou-migrante-o-acnur-incentiva-a-usar-o-termo-correto/#:~:text=Dizemos%20'refugiados'%20quando%20nos%20referimos,na%20defini%C3%A7%C3%A3o%20legal%20de%20refugiado> Acesso em: 2 jun 2023.

ACNUR; PACTO GLOBAL. **Refugiados empreendedores**, [s.d.]. Disponível em <https://www.refugiadosempreendedores.com.br/>. Acesso em 6 set. 2022.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ANDRADE, Eliane Righi. O entre-espço ocupado pelo migrante (des)acolhido: entre a hospitalidade e a hostilidade. **Revista da Abralin**, v. 20, n. 3, p. 289-309, 2021. Disponível em: <https://revista.abralin.org/index.php/abralin/article/view/1919/2501>. Acesso em: 6 nov. 2022.

ANDRADE, Eliane Righi. A língua do outro: um lugar de tradução que se faz como moradia provisória do sujeito. **Tradterm**, [S. l.], v. 21, p. 157-183, 2013. DOI: 10.11606/issn.2317-9511. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/tradterm/article/view/59362>. Acesso em: 10 jan 2024.

ANDRADE, Eliane Righi. **Entre o desejo e a necessidade de aprender línguas: a construção das representações de língua e de aprendizagem do aluno-professor de língua inglesa**. Tese (Doutorado) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

ANGELUCCI, Thalita Camargo. Lengua-lugar y lengua-hogar: aportes teóricos para abordar la movilidad humana en contextos educativos. **REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, v. 31, n. 69, p. 175–191, set. 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/remhu/a/Y7jhtyCrXn35zDSBGsv8g6q/?lang=es> Acesso em: 22 jan 2024.

BARRETO, Gustavo. **Dois séculos de imigração no Brasil**. Tese de doutorado, UFRJ, Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <https://oestrangero.org.files.wordpress.com/2017/07/tese-gustavo-barreto.pdf> Acesso em: 20 jun 2023.

BERGER, Carlos Norberto ; BERGER, Isis Ribeiro. Imigração e governamentalidade: reflexões sobre o lugar dos imigrantes nos estados-nação. **Ideação**, vol. 20, nº 2, pp. 53-68. Foz do Iguaçu, 2018. Disponível em: <https://saber.unioeste.br/index.php/ideacao/article/view/23561/15975>. Acesso em: 7 out 2023.

BERTOLDO, Jaqueline. Migração com rosto feminino: múltiplas vulnerabilidades, trabalho doméstico e desafios de políticas e direitos. **Revista Katálysis**, v. 21, n. 2, p. 313–323, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/xT4DdVFrGzvz3qmSVkvNvMC/?lang=pt#> Acesso em: 7 out 2023.

BHABHA, Homi. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Ufmg, 1998

BRAGATO, Fernanda. Para além do discurso eurocêntrico dos direitos humanos: contribuições da descolonialidade. **Revista Novos estudos Jurídicos**, Itajaí, SC, v. 19, n. 1, p. 201–230, 2014. Disponível em: <https://periodicos.univali.br/index.php/nej/article/view/5548>. Acesso em: 08 jun. 2023.

BRASIL. **Lei nº 9.474**, de 22 de julho de 1997. Brasília, DF, 1997. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=9474&ano=1997&ato=5a9EzaU90MjpWT13a>. Acesso em: 13 fev.2023

BUCHOLZ, Laura David; DA ROSA, Marluza. O espaço digital como observatório de práticas sociais e linguageiras na pandemia: o agenciamento de sujeitos migrantes a partir do site Refugiados Empreendedores. In: PETRI, V.; DA ROSA, M.; MARTINS, T.; KRÜMMEL, E. (orgs). **Observatório das práticas sociais e linguageiras: produção de sentidos em tempos de pandemia**. São Carlos, SP: Pedro & João, 2024, no prelo.

BUCHOLZ, Laura David; DA ROSA, Marluza. Migração, sujeito e espaço digital: marcas de (re)existência na língua do outro. **Porto das Letras, [S. l.]**, v. 9, n. 1, p. 255–274, 2023. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/portodasletras/article/view/15700>. Acesso em: 16 fev. 2024

CORACINI, Maria José. Transdisciplinaridade e análise de discurso: migrantes em situação de rua. **Cadernos de Linguagem e Sociedade**, vol. 11, n. 1, p. 91-112, 2010. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/les/article/view/9758/8618>. Acesso em: 10 nov. 2022.

CORACINI, Maria José. A celebração do outro na constituição da identidade. **Organon**, v. 17, n. 35, 2003. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/organon/article/view/30024>. Acesso em: 18 nov. 2022.

CORACINI, Maria José. Os sem-teto em comunidades virtuais: entre o ressentimento e a violência. **Guavira Letras**, n. 16, 2013. Disponível em: <http://websensors.net.br/seer/index.php/guavira/article/view/150>. Acesso em: 14 nov. 2022.

CORACINI, Maria José. Língua e efeitos de estranhamento: modos de (vi)ver o outro. **Revista Brasileira de Linguística Aplicada**, v. 9, n. 2, 2009. p. 475-498. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbla/a/sNjFJvpVBvp5gN47WdVLndf/?lang=pt>. Acesso em: 18 nov. 2022.

CORACINI, Maria José. **A Celebração do Outro**: Arquivo, Memória e Identidade: línguas (materna e estrangeira), plurilinguismo e tradução. Campinas: Mercado de Letras, 2007.

CORACINI, Maria José. Entrevista com Maria José Rodrigues Faria Coracini (Instituto de Estudos da Linguagem, UNICAMP). [Entrevista concedida a Juliana Santana Cavallari]. **Entremeios**: revista de estudos do discurso, v. 13, jul./dez. 2016.

CORACINI, Maria José. A perspectiva discursivo-desconstrutiva na pesquisa em Linguística Aplicada. In: SZUNDY, Paula T. C.; TILIO, Rogerio; VALIM de MELO, Glenda C. (orgs.): **Inovações e desafios epistemológicos em Linguística Aplicada**: perspectivas sul-americanas. Campinas (SP): Pontes, 2019.

CORTINA, Adela. **Aporofobia**: a aversão ao pobre, um desafio para a democracia. Tradução de Daniel Febre. São Paulo: Contracorrente, 2020.

COSTA, Débora Cristina. Constituição identitária no espaço entre-línguas: Marcas discursivas em narrativas de imigrantes haitianos. 106 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó. 2016.

DAMIÃO, Estela Aparecida. **Sentidos produzidos pelo sujeito-professor sobre a relação com o outro-aluno-estrangeiro**. 126p. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, 2023. Disponível em: <https://rd.uffs.edu.br/bitstream/prefix/6990/1/DAMI%c3%83O.pdf> Acesso em: 10 jan 2024.

DA ROSA, Marluza Terezinha. **O discurso universitário-científico na contemporaneidade**: marcas e implicações na constituição identitária do pesquisador em formação. 2013. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.

DA ROSA, Marluza Terezinha. Seleção e ingresso de estudantes refugiados no ensino superior brasileiro: a inserção linguística como condição de hospitalidade. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, Campinas, v. 57, n. 3, p. 1534-1551, set./dez. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tla/a/RzLZZKphCt9pWpVLwNXRvFc/abstract/?lang=pt> Acesso em: 6 out 2023.

DA ROSA, Marluza Terezinha; RONDELLI, Daniela Rubbo Rondelli.; PEIXOTO, Mariana. Discurso, Desconstrução e Psicanálise no campo da Linguística Aplicada: (du)elos e (des)caminhos, **D.E.L.T.A.**, 31-especial, p. 253-281, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/delta/a/frQ3jdpCJY7KhftbsgctmnC/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 18 nov 2022.

DA ROSA, Marluza Terezinha. Imagens não só ilustram, palavras não só descrevem: leitura e efeitos de sentido na tessitura verbo-imagética. **Letras & Letras (UFU)**, v. 32, p. 45-67, 2016. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/letraseletras/article/view/33644/19139>. Acesso em: 9 nov. 2022.

DA ROSA, Marluza Terezinha. Nomeação, categorização, subjetivação: um olhar sobre as práticas de acolhida a pessoas refugiadas no discurso institucional e no ensino superior. In: SOARES, T. B.; CRUZ, M. S.; COITO, R. F. (orgs). **Novas fronteiras em Análises do Discurso**: objetos outros. Campinas, São Paulo: Editora Pontes, 2021a.

DA ROSA, Marluza Terezinha. Leis e leituras: análise do discurso institucional sobre as “reformas universitárias” no Brasil e na França (2003-2013). **Avaliação**: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas), v. 26, n. 2, p. 461–482, maio 2021b. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aval/a/568N9NvrGyKkTV5ZjW5kqnd/#> Acesso em: 7 out 2023.

DA ROSA, Marluza Terezinha. Migração e direito ao trabalho: uma análise discursiva da série “ser brasil - migrantes e refugiados”. In: **Congresso Internacional de Direitos Humanos de Coimbra**, v.7 n. 1, 2022. Disponível em: <https://trabalhocidhcoimbra.com/ojs/index.php/anaiscidhcoimbra/article/view/1744> Acesso em: 7 out 2023.

DA ROSA, Marluza Terezinha. Diante da emergência do outro: refúgio, língua e hospitalidade. In: SOUZA, Ana Lúcia; MUNIZ, Kassandra (orgs). **Práticas**

identitárias na linguística aplicada. Campinas/SP: Mercado das Letras, 2024, no prelo.

DERRIDA, Jacques. **O monolinguismo do outro ou a prótese de origem.** Trad. Fernanda Bernardo. Porto: Campo das Letras, 2001.

DERRIDA, Jacques; DUFOURMANTELLE, Anne. **Anne Duformantelle convida Jacques Derrida a falar da Hospitalidade.** São Paulo: Escuta, 2003.

DERRIDA, Jacques. **Hostipitality.** Angelaki: Journal of the Theoretical Humanities, vol. 5, n. 3, 2000. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/09697250020034706> Acesso em: 02 jun 2023.

DERRIDA, Jacques. **A farmácia de Platão.** 3. ed. São Paulo: Iluminuras, 2005.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal.** São Paulo, Boitempo, 2016.

DI CESARE, Donatella. **Estrangeiros residentes: uma filosofia da migração.** Belo Horizonte: Ed. Âyiné, 2020. 356p

DINIZ, Leandro Rodrigues; NEVES, Amélia Oliveira. Políticas Linguísticas de (in)visibilização de estudantes imigrantes e refugiados no ensino básico brasileiro. **Revista X**, v. 13. n. 1, p. 87-110, 2018. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/revistax/article/view/61225/36629>. Acesso em: 22 jan 2024.

ECKERT-HOFF, Beatriz Maria. Sujeitos entre-línguas em contextos de imigração: incidências na subjetividade. **Letras & Letras**, Uberlândia, v. 32, n. 3, p. 135–147, 2016. DOI: 10.14393/LL65-v32n3a2016-8. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/letraseletras/article/view/33640>. Acesso em: 3 jul. 2023.

ECKERT-HOFF, Beatriz Maria. Nos relatos de história de vida do sujeito-professor: confissões de si. **Revista Educação**, v. 4 n. 4, p. 25-38, 2011. Disponível em: <https://revistas.anchieta.br/index.php/RevistaEducacao/article/view/787/682> Acesso em: 15 jan 2024.

ECKERT-HOFF, Beatriz Maria. Os sem-terra e o senso comum na política do dizer: o jogo (destrutivo) da ironia. In: Regina Célia de Carvalho de Pascoal Lima. (Org.). **Leitura: Múltiplos Olhares.** Campinas / SP: Mercado de Letras, 2005.

ELIA, Luciano. **O conceito de sujeito**. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

FAUSTINO, Deivison Mendes, OLIVEIRA, Leila Maria de. Xenoracismo ou xenofobia racializada? Problematizando a hospitalidade seletiva aos estrangeiros no Brasil. **REMHU**: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana. v. 29, n. 63, 2021, p. 193-210. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-85852503880006312>. Acesso em 1 dez. 2022.

FINK, Bruce. **O sujeito Lacaniano**: entre a linguagem e o gozo. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 7ª edição, Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008a. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4070132/mod_resource/content/1/FOUCAULT.pdf. Acesso em: 17 nov. 2022.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 1996. Disponível em: https://moodle.ufsc.br/pluginfile.php/1867820/mod_resource/content/1/FOUCAULT%20C%20Michel%20-%20A%20ordem%20do%20discurso.pdf. Acesso em: 17 nov. 2022.

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: Hubert, L. Dreyfus e Paul Rabinow: **Michel Foucault, uma trajetória filosófica**. Para além do estruturalismo e da hermenêutica. 2ª edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade** (1975-1976) Tradução Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 20. ed. São Paulo: Graal, 2004

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

FREUD, Sigmund. **O infamiliar**. Belo Horizonte: Autêntica, 1919 - 2019. Disponível em: https://lotuspsicanalise.com.br/biblioteca/Sigmund_Freud_O_Infamiliar.pdf. Acesso em: 18 set 2023.

GAMBASSI, Giulia.; LIMA, Érica. Práticas tradutórias como práticas de si: migração e hos(t)ipitalidade. **caleidoscópico**: literatura e tradução, [S. l.], v. 4, n. 1, p. 69–81, 2020. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/caleidoscopio/article/view/26685>. Acesso em: 1 dez. 2022.

GAMBASSI, Giulia. **Mulheres, adolescência e conflito com a lei**: uma análise discursivo-desconstrutiva, 194 p. Dissertação (mestrado em linguística) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2018. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/333287104_Mulheres_adolescencia_e_conflito_com_a_lei_uma_analise_discursivo-desconstrutiva Acesso em: 18 nov. 2022.

GAMBASSI, Giulia. Nomear o humano: a migração como acontecimento discursivo. 245p. **Tese** (doutorado em linguística aplicada) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas/SP, 2022.

HOOKS, bell. A língua: ensinando novos mundos/novas palavras. In: HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática de liberdade. São Paulo: Martins Fontes, (1994) 2013.

KRIEG-PLANQUE, Alice. **Analyser les discours institutionnels**. Paris: Armand Colin, 2017.

KRISTEVA, Julia. **Estrangeiros para nós mesmos**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

LACAN, Jacques. A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud. **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

LARA, Glaucia; DA ROSA, Marluza; TAUZIN-CASTELLANOS, Isabelle. Migrações e refúgio: abordagens discursivas. **Revista da Abralín**, v. 20, n. 3, p. 1-11, 2021. Disponível em: <https://revista.abralin.org/index.php/abralin/article/view/2019/2529>. Acesso em: 6 nov. 2022.

LARA, Glaucia. De “ouvrons les portes” a “em casa, no brasil”: olhares contemporâneos sobre a migração. **Gláuks**: Revista de Letras e Artes – jan/jun. – Vol. 19, Nº 1, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/47650> Acesso em: 02 jun 2023.

MARIANI, Bethânia. Discurso e instituição: a imprensa. **RUA**, Campinas, SP, v. 5, n. 1, p. 47–62, 2015. DOI: 10.20396/rua.v5i1.8640651. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rua/article/view/8640651>. Acesso em: 1 jul. 2023.

MARINUCCI, Roberto. Migrações e trabalho: precarização, discriminação e resistência. **REMHU**: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana, v. 25, n. 49, p. 07–11, jan. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/remhu/a/jMcTPPLCs3pxCYvXvC93k9c/#> Acesso em: 7 out 2023.

MATTOS, Luan; STÜBE, Angela. Migração, sujeito e entre-línguas: perder-se no labirinto da palavra. *Revista da Abralín*, v. 20, n. 3, p. 310–330, 2021. Disponível em: <https://revista.abralin.org/index.php/abralin/article/view/1945>. Acesso em: 1 dez. 2022.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**, 1948. Disponível em: <https://www.unicef.org> Acesso em: 8 jun 2023.

PAVAN, Louise Hélène. **Ser-estar longe de casa**: experiências de (des)acolhimento de estudantes refugiados. 213 p. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2022. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/4130> Acesso em: 18 nov. 2022. 18

REDIN, Giuliana; BERTOLDO, Jaqueline. Narrativas da exclusão de migrantes e refugiados na universidade. **SER social**, vol. 23, nº 49, Brasília, p. 296-317. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/35802/30491. Acesso em 8 jun 2023.

RIBEIRO, Jocenilson. Da xenofobia à glotofobia: a estrangeiridade como um problema discursivo. **Revista da ABRALIN**, [S. l.], v. 20, n. 3, p. 331–356, 2021. Disponível em: <https://revista.abralin.org/index.php/abralin/article/view/1991>. Acesso em: 3 dez. 2022.

ROSA, Miriam Debieux. Migrantes, Imigrantes e Refugiados: a Clínica do Traumático. **Revista De Cultura E Extensão USP**, 7, 67-76, 2012. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9060.v7i0p67-76> Acesso em: 20 jan 2024.

SAFATLE, Vladimir; JÚNIOR, Nelson, DUNKER, Christian (orgs.). **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2021, 286 p.

SAFATLE, Vladimir. A economia é a constituição da psicologia por outros meios: sofrimento psíquico e o neoliberalismo como economia moral. In: SAFATLE, Vladimir; JÚNIOR, Nelson, DUNKER, Christian (orgs.). **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

SANT'ANA, Maíra. **A migração de venezuelanos para o Brasil**: representações sociais e imaginários (socio)discursivos em narrativas de vida e textos jornalísticos. Tese de doutorado, UFMG. Minas Gerais, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/44920> Acesso em 10 jun 2023.

SAYAD, Abdelmalek. **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: EDUSP, 1998.

UYENO, Elzira. “Blog”: o efeito terapêutico como economia do dispositivo confessional. **Caminhos em Linguística Aplicada**. v. 7 n. 2 (2012). Disponível em: <http://periodicos.unitau.br/ojs/index.php/caminhoslinguistica/article/view/1690>. Acesso em: 18 jun 2023.

ANEXO
INSTRUMENTO DE PESQUISA

INSTRUMENTO DE PESQUISA

As questões a seguir constituem o roteiro semiestruturado para as entrevistas. Os participantes serão orientados previamente sobre a possibilidade de, a qualquer momento, interromper sua participação e/ou não responder a questões que possam lhes causar qualquer tipo de constrangimento, conforme o TCLE.

1. Você poderia me contar sobre sua vinda ao Brasil?
2. Você poderia me contar sobre sua vida antes de vir para o Brasil?
3. Como é sua vida aqui hoje? Algo mudou desde que você chegou?
4. Como foi seu contato com a língua portuguesa?
5. Você ainda usa sua língua materna hoje? Em que situações?
6. Qual é sua profissão atualmente? Ela mudou depois que você veio ao Brasil?
7. Como foi a busca por trabalho no Brasil?
8. Como você avalia seu trabalho atual? O que almeja profissionalmente?